

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA DO ALUNO NA
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA PROFISSIONAL DA REDE
FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO NO IFRR

ROBERTO DE QUEIROZ LOPES

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA DO ALUNO NA EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA PROFISSIONAL DA REDE FEDERAL: UM ESTUDO DE
CASO NO IFRR**

ROBERTO DE QUEIROZ LOPES

Sob a Orientação da Professora

Sandra Barros Sanchez

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Abril de 2013

630.7

L864p

T

Lopes, Roberto de Queiroz, 1970-

Programas de permanência do aluno na educação agrícola profissional da rede federal: um estudo de caso no IFRR / Roberto de Queiroz Lopes - 2013.

97 f. : il.

Orientador: Sandra Barros Sanchez.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 81-84.

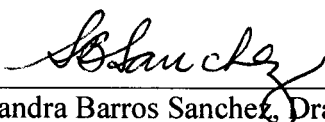
1. Ensino agrícola - Teses. 2. Evasão escolar no ensino de segundo grau - Teses. 3. Estudantes do ensino de segundo grau - Permanência - Teses. 4. Estudantes - Auxílio financeiro - Teses. 5. Ensino profissional - Teses. 6. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - Teses. I. Sanchez, Sandra Barros, 1963-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

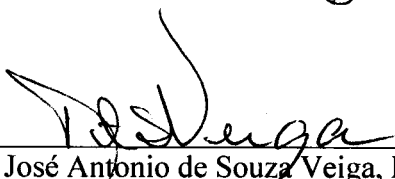
ROBERTO DE QUEIROZ LOPES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

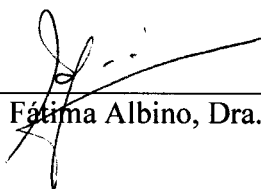
DISSERTAÇÃO APROVADA EM ROBERTO DE QUEIROZ LOPES.



Sandra Barros Sanchez, Dra. UFRRJ



José Antonio de Souza Veiga, Dr. UFRRJ



Sirlei de Fátima Albino, Dra. IFC – Campus Camboriu

DEDICATÓRIAS

Eu sei que só não conseguiria, então, nada mais gratificante do que dedicar este humilde trabalho a:

Andreia, esposa dedicada e carinhosa que muito me orgulho de tê-la ao meu lado, você me ajudou a realizar mais este sonho.

Aléxia, filha amada e estudiosa que escrevia cartinhas, fazia desenhos e guardava em minha bolsa de viagem para diminuir a saudade de casa.

A Manoel e Rocilda, pais sempre dedicados que muito lutaram para formar os filhos e sempre entenderam que a educação é o melhor caminho e a todos meus familiares.

A minha querida Orientadora Prof^a. Dr^a Sandra Barros Sanchez, que com a devida paciência e compreensão oportunizou-me liberdade para expor meu pensamento ao tempo em que me fazia refletir sobre o melhor caminho a ser escolhido.

AGRADECIMENTOS

A Deus que em sua infinita bondade iluminou meu caminho

Aos professores das semanas de formação que dividiram o saber de forma tão humana e com muita competência.

A prof^a Dr^a Sirlei Fátima Albino, exímia profissional, que pela riqueza de suas contribuições ainda na minha qualificação mostrou-me o caminho que deveria seguir.

Ao prof. Dr. José Antônio de Sousa Veiga, que gentilmente aceitou compor a banca e contribuir com excelentes sugestões com base em sua experiência profissional a frente da UFRRJ como Reitor.

Aos servidores do PPGEA, Nilson, Marise, Cícero e estagiários Rafael, Kelly, Graça e Luciene, que com a atenção necessária ajudaram-me a percorrer este caminho.

Ao prof. Dr. Gabriel de Araújo Santos e Prof. Msc Edvaldo Pereira da Silva que uniram esforços para garantir a realização deste Mestrado no extremo norte, acima do equador, a 15 (quinze) servidores do IFRR oportunizando-lhes um crescimento profissional e pessoal.

Ao Diretor Geral do Campus Amajari Prof. George Sterfson Barros, Diretor de Ensino Prof. Hudson Vale, ao Diretor do Campus Novo Paraíso Prof. Eliezer Nunes, Pedagogo Everaldo Carvalho, a Pedagoga Antônia Luzivan M. Policarpo, que sempre me receberam com educação e garantiram espaço para realização desta pesquisa mediante auxílio à aplicação dos questionários e entrevistas nos Campi Amajari e Novo Paraíso.

BIOGRAFIA

Roberto de Queiroz Lopes, natural de Boa Vista – RR (Roraima), professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, filho de Manoel Pessoa Lopes e Maria Rocilda de Queiroz Lopes, é graduado em Pedagogia (Administração Escolar) iniciado em 1988 e concluído em 1991 na União das Escolas Superiores do Pará – UNESPA, hoje UNAMA Universidade da Amazônia, possui também graduação em Direito, 1993-1998 na Universidade Federal de Roraima – UFRR.

Iniciou sua experiência profissional em 1992, como professor da Rede Municipal de educação em Boa Vista – RR, onde ministrava aulas na educação infantil (1º ao 3º período, à época pré-escola), permanecendo até meio do ano de 1993.

Em meados de 1993 na Rede Municipal foi convocado para assumir na Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista a função de Diretor do Departamento de Ensino, tinha a responsabilidade da Gestão do Sistema Municipal de Educação de Boa Vista, realizava reuniões com os Diretores das Escolas, Supervisores Escolares, com o objetivo de coordenar o processo pedagógico e políticas do sistema municipal de educação, onde, permaneceu até ser aprovado em concurso público para a então Escola Técnica Federal de Roraima em 1994.

Em abril de 1994 tomou posse no cargo de professor do ensino de 1º e 2º graus na Escola Técnica Federal de Roraima, ministrava aula do componente curricular Fundamentos da Educação para o curso de Magistério em Educação Física; e Língua Portuguesa para o curso Técnico em Edificações. Mais tarde em 1995 fui convidado para assumir a função de Coordenador Pedagógico, responsável pelo acompanhamento da execução dos currículos e planos de curso de formação profissional nas áreas de Edificações, Eletrotécnica, Agrimensura, Magistério em Educação Física, e ainda o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, permaneci nesta função até 1996.

Além de exercer a função de coordenador pedagógico ministrou aula de Língua Portuguesa (1994), Fundamentos da Educação; e, Estrutura e Funcionamento do Ensino (1994-1996), Metodologia do Trabalho Científico, Introdução à Filosofia, Informática Básica (1996 - 1998).

Foi Pró-Reitor de Ensino no período de junho de 2009 a março de 2012 no IFRR, atualmente é professor das disciplinas de Didática Geral, Direito na Informática, Estrutura e Funcionamento da Educação.

RESUMO

LOPES, Roberto de Queiroz. **Programas de Permanência do Aluno na Educação Agrícola Profissional da Rede Federal: Um Estudo de caso no IFRR**. 2012. 101 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

Esta pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR com 219 (duzentos e dezenove alunos) dos cursos técnicos: agricultura e agropecuária ambos integrados ao ensino médio, 01 (um) Reitor *Pro Tempore* do IFRR, 01 (um) Diretor Geral, 01 (um) Diretor de Ensino, 01 (um) Coordenador de Curso, todos do *Campus* Novo Paraíso; 01 (um) Diretor Geral, 01 (um) Diretor de Ensino, 01 (um) Coordenador de Curso, todos do *Campus* Amajari e 02 pedagogos, compondo desta forma o público alvo. No caso do Instituto Federal de Roraima, a sua expansão está ocorrendo de modo significativo para a zona rural, com oferta de cursos técnicos em Agricultura e Agropecuária, uma vez que os produtores rurais necessitam de profissionais com conhecimento técnico para favorecer o desenvolvimento local considerando os arranjos produtivos locais. Ocorre que a permanência do estudante até a conclusão do seu ensino agrícola fica prejudicada pelo abandono do curso, tornando-se uma questão que inquieta a gestão das unidades agrícolas do IFRR, surgindo assim um problema, que deve ser investigado, para que a utilização dos recursos disponíveis seja direcionada a corrigir este êxodo escolar. Portanto, esta pesquisa pretende apresentar um estudo que demonstre a) quais são programas de Assistência Estudantil que estão disponíveis na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, consoante ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010; b) qual o nível de compreensão para utilização destes programas por parte da Direção Geral dos campi agrícolas do IFRR; c) analisar a contribuição da Assistência Estudantil na vida acadêmica dos discentes; d) ouvir dos alunos quais os fatores que atraem e aqueles que os afastam da instituição; e) consequentemente apontar sugestões que favoreçam a permanência do estudante da Educação Agrícola na instituição até o término de seu curso auxiliando assim no processo de decisão dos Gestores de unidades agrícolas do IFRR.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, PNAES, Permanência, IFRR

ABSTRACT

LOPES, Roberto de Queiroz. **Student Programs Remain in Agricultural Education Professional Federal Network: A Case Study in IFRR.** 2012. 101 p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

This research was conducted at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Roraima - IFRR with 219 (two hundred and nineteen students) technical courses: agriculture and farming both integrated into the high school, 01 (a) Rector Pro Tempore of IFRR, 01 (a) Director General, 01 (a) Director of Education, 01 (a) Course Coordinator, all of Campus New Paradise; 01 (a) Director General, 01 (a) Director of Education, 01 (a) Course Coordinator, all Campus Amajari and 02 teachers, thus composing the target audience. In the case of the Federal Institute of Roraima, its expansion is occurring significantly to the countryside, offering technical courses in Agriculture and Livestock, since farmers need professionals with technical knowledge to foster local development considering the local clusters. It happens that the permanence of the student until the completion of its agricultural education is hampered by the abandonment of the course, becoming a question that troubled the management of the farms IFRR, thus resulting in a problem that should be investigated, so that the use of available resources be directed to correct this exodus school. Therefore, this research aims to present a study that shows a) what are Student assistance programs that are available in the Federal Network of Technological Education, according to Decree n°. 7234, of July 19, 2010, b) what level of understanding for use of these programs by the Director General of the agricultural campuses IFRR c) analyzing the contribution of Student Assistance in the academic life of students, d) hear the students what factors attract and those who deviate from the institution, and) consequently point suggestions that favor the permanence Student of Agricultural Education at the institution until the end of your course thereby assisting in decision making of managers of agricultural units IFRR.

Keywords: Student Assistance, PNAES, Permanence, IFRR

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 01: Estudantes dos Campi Novo Paraíso e Amajari por sexo.	59
Gráfico nº 2: Estudantes por faixa etária dos Campi Novo Paraíso e Amajari	60
Gráfico nº 03 . Opção de curso	61
Gráfico nº 04 . Recebe alguma assistência estudantil	61
Gráfico nº 05 . Tipo de Assistência Estudantil recebida pelo Estudante	62
Gráfico nº 06 . Tipo de Assistência Estudantil que ajuda a permanecer e concluir estudos.	63
Gráfico nº 07 . Auxílios que receberam grau máximo (10) de importância.	64
Gráfico nº 8: O recurso da Assistência Estudantil poderia ser substituído?	65
Gráfico nº 9: Você estudaria no Campus AMAJARI – IFRR?	66
Gráfico nº 10: Você estudaria no Campus Novo Paraíso – IFRR?	67
Gráfico nº 11: Tipo de assistência que garante acesso ao campus Novo Paraíso (segundo estudantes)	67
Gráfico nº 12: Fatores que contribuem/levam à desistência dos estudos pelos alunos do Campus Amajari	68
Gráfico nº 13: Fatores que contribuem/levam à desistência dos estudos pelos alunos do Campus Novo Paraíso	69
Gráfico nº 14: O que poderia substituir a Assistência Estudantil?	70
Gráfico nº 15: O que poderia substituir a Assistência Estudantil?	71
Gráfico nº 16: A falta de Assistência Estudantil causa Evasão Escolar?	72
Gráfico nº 17: A falta de Assistência Estudantil causa Evasão Escolar?	73
Gráfico nº18: Gestores quanto ao Gênero Masculino / Feminino	74
Gráfico nº19: Tempo de experiência como Gestor do IFRR	75
Gráfico nº 20: Tempo de experiência como Gestor do IFRR	75
Gráfico nº 21 Fatores que levam o estudante a desistir de concluir o curso	76
Gráfico nº 22 Documento legal que garante a concessão da Assistência Estudantil no IFRR	77
Gráfico nº 23 Opinião do Gestor sobre o verdadeiro sentido da Assistência ao Estudante	78

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1: Assistência disponibilizada aos Estudantes CEFET/RR 2003	32
Quadro nº 2: Assistência disponibilizada aos Estudantes CEFET/RR 2004	33
Quadro nº 3: Assistência disponibilizada aos Estudantes CEFET/RR 2005	33
Quadro nº 4: Assistência disponibilizada aos Estudantes CEFET/RR 2006	33
Quadro nº 5: Dados de quantidade de alunos do Campus Novo Paraíso 2012.2	38
Quadro nº 6 Principais potencialidade econômicas de Caracaraí	41
Quadro nº 7: Matrícula inicial nas comunidades indígenas por nível município de Amajari –2004 a 2006	46
Quadro nº 8: Composição étnica no município do Amajari	47
Quadro nº 9: População no município Amajari por situação de domicílio e sexo 2010	47
Quadro nº10: Atividades Econômicas do Município do Amajari	49
Quadro nº11: Índice de Desenvolvimento Humano no Município de Amajari em 2000	50
Quadro nº 12: Valor do auxílio alimentação dos estudantes do Campus Amajari.	53

LISTA DE FIGURAS

Fig. nº 1: Reordenamento e criação dos Institutos Federais	21
Fig. nº 2: Cenário da Rede Federal até 2010	22
Figura nº 03 (Hierarquia das Leis)	24
Figura nº 4: Mapa do estado de Roraima com destaque (vermelho) município de Caracaráí.	39
Figura: 5 Mapa do estado de Roraima com destaque (vermelho) município de Amajari.	48

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA–LEGAL	
2.1 Breve Histórico sobre Assistência Estudantil no Brasil	5
2.2 A Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica	17
2.3 A Assistência Estudantil na Legislação Brasileira	23
2.4 Considerações sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil no Brasil previsto no Dec. 7234/10.	26
2.5 Panorama da Assistência Estudantil no IFRR	27
2.6 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro do IFRR	31
2.7 Programas de Assistência Estudantil no <i>Campus</i> Novo Paraíso	38
2.8 Programas de Assistência Estudantil no <i>Campus</i> Amajari	45
3. METODOLOGIA	
3.1 Etapas e coleta de dados	55
3.2 População e Amostra	56
3.3 Instrumentos de coleta de dados utilizados	56
4 RESULTADOS e DISCUSSÕES (Análise crítico-reflexiva dos dados coletados)	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
7 ANEXOS	85

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem um significado muito especial, por isso, antes de enveredar no tema proposto, permita-me expor uma pequena trajetória da minha vida profissional, sou Roberto de Queiroz Lopes, nasci em Roraima, estudei meu ensino fundamental e médio todo em escola pública (Década 70 e 80). Minha graduação foi Licenciatura em Pedagogia (Administração escolar e Magistério) e também Bacharelado em Direito (Década de 90). E em razão da distância dos grandes centros urbanos com suas Universidades e Faculdades tive que adiar meus estudos na pós-graduação em stricto sensu, e aqui cabe um elogio ao PPGA que de modo pioneiro percebeu a importância de um programa destinado a muitos professores da Rede Federal de Educação Profissional

Na Região Norte, especificamente em Roraima, percebe-se a ausência de políticas de gestão voltadas ao Ensino Agrícola, as quais vejam o homem do campo como um cidadão possuidor de direitos e obrigações, e com importante papel para o desenvolvimento do país e principalmente em um lugar assolado pelo isolamento.

Com a nova institucionalidade implantada pela lei 11.892/2008 o então CEFET/RR passou a ser chamado de IFRR compondo-se de 01 (uma) Reitoria e 03 (três) campus: Novo Paraíso, Boa Vista e Amajari.

Então, de modo a perpetrar no estudo proposto nesta Dissertação, pode-se destacar que no contexto educacional brasileiro não basta, todavia, que o Estado, o Município ou a União garantam tão somente a educação materializada em um prédio – a escola em si – mais do que isso, como garantir que a criança, o jovem e o adulto permaneçam estudando? Faltam instrumentos que facilitem a permanência e acesso à Educação.

Percebe-se que a definição de Estado Democrático de Direito nos conduz a uma a noção de um INSTRUMENTO ORGANIZACIONAL capaz de reduzir desigualdades sociais, por meio da implementação de políticas públicas que promovam a cidadania. Nessa direção, o Estado deve estar a serviço da coletividade, primando por políticas públicas que a Constituição Federal de 1988 atribui como direitos fundamentais, quais sejam aquelas voltadas à educação, saúde, alimentação, transporte e outros.

A Eficiência é um dos princípios constitucionais imposto ao Estado, logo, há de ser efetivado, no entanto, o modo de colocá-lo em prática na Educação Profissional Agrícola é um dos motivos que vinculam o presente projeto a área de Educação e Gestão no Ensino Agrícola, que no decorrer deste texto ficará ainda mais visível.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (L. 9394/96) e a Constituição Federal do Brasil de 1988 destacam a educação como um dos pilares para formação integral do homem, pautada na universalização do atendimento e baseada nos princípios de democratização do acesso, permanência, gestão e qualidade social.

No documento Resignificação do Ensino Agrícola destaca-se que “(...) faz-se necessário que as nossas escolas compreendam o seu papel nas ações que permitem dar condições de igualdade para o acesso de jovens e adultos em seus quadros, implementando efetivamente políticas que contemplem a inclusão, mas também e, sobretudo, criando condições físicas, humanas e materiais, que objetivem a permanência do educando na escola para que possa concluir com êxito todas as etapas de sua formação escolar.” (Re-significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, SETEC, 2009)

Portanto, repensar o modelo de sistema de educação e a forma de gestão de políticas de permanência do jovem à escola são preocupações que certamente oferecem um excelente campo para pesquisa.

Tornam-se necessários novos instrumentos que promovam a permanência do estudante na escola; uma vez que os métodos obsoletos que visam somente aumentar o quantitativo de alunos e professores em escolas não funcionam muito bem, já que o foco é sempre para dentro da escola tornando-a isolada do contexto social que está inserida.

O programa de permanência do aluno na escola deve considerar sua trajetória social, pois alguns jovens não frequentam a escola porque não conseguem chegar até ela, outros não conseguem permanecer porque trabalham para sobreviver. E estes estudantes submetidos ao currículo escolar elaborado para uma camada da população representada pela classe média brasileira, acaba excluindo dos bancos da escola aquele jovem carente (nos aspectos sociais e econômicos).

Tanto as teorias voltadas aos currículos de ensino, quanto o Sistema Educacional Brasileiro afirmam a necessidade de adequação à realidade, mas o que comumente vemos é uma dissociação da teoria com a realidade.

Devemos efetivar currículos e programas de ensino que atendam de modo mais pontual a realidade da Educação Agrícola da nossa região, e mais do que isso, é necessário um processo de inclusão com uma metodologia para gestão de programas e políticas de permanência do aluno na educação agrícola profissional. Como garantir a eficiência de uma política ou programa do Estado se os Gestores da área do Ensino não sabem fazer funcionar esta prática de permanência? Somente aumentar o número de salas de aula não basta.

É nesse quadro que se torna necessário uma efetiva gestão do implemento e manutenção de Políticas e Programas de Estado que favoreçam a permanência do Aluno no Ensino Agrícola.

Na Região Norte, podemos constatar sem grande esforço o isolamento de muitas comunidades pequenas, formadas por família de agricultores, disseminadas em regiões que apresentam um ecossistema sensível que não é percebido na hora do manejo agrícola promovido pelo agricultor (pai, filho ou esposa), os quais não tiveram acesso a educação, não dispõem de tecnologia, portanto não sabem fazer o devido manejo do solo acabam causando prejuízos ambientais. Sem fonte de renda que garanta um sustento adequado da própria família, o “agricultor” acaba realizando apenas o extrativismo vegetal sem controle (carvão, palmito e madeira), falta-lhe uma formação empreendedora, ecológica e crítica, formação essa que pode ser garantida ao ter acesso e permanecer até a conclusão dos estudos na Educação Agrícola Profissional do IFRR.

Busca-se, portanto, nesta pesquisa propor estudos que favoreçam a execução de forma produtora no Instituto Federal de Roraima das Políticas e Programas de Permanência do Aluno no Ensino Agrícola, e não ações de forma sumária e imediatista – mas, sim, primando pelos princípios da legalidade, isonomia e eficiência da administração pública, com respostas mais duradouras alicerçadas em uma base sólida de efetivo compromisso Educacional.

Esta pesquisa é importante porque vem ao encontro da natureza dos Institutos Federais de Educação, que é de garantir a oferta de uma educação de qualidade à população.

Especialmente em Roraima onde a atuação do IFRR está em expansão na zona rural, com oferta de cursos técnicos em Agricultura e Agropecuária em regiões que necessitam de profissionais com conhecimento técnico para o desenvolvimento local.

O abandono do curso feito pelos estudantes inquieta a gestão das unidades agrícolas do IFRR, tornando-se de fato um problema, que deve ser investigado para que a utilização dos recursos disponíveis sejam mais bem direcionados a corrigir este êxodo escolar.

Desta forma, o estudo proposto nesta pesquisa não tem a pretensão de esgotar o tema, sabe-se que o assunto é vasto, a intenção aqui é fomentar um debate para que se possa refletir acerca da realidade que se insere a Assistência Estudantil no IFRR, portanto o objetivo geral buscou apontar os programas de permanência destinados a alunos do ensino agrícola, no IFRR, visando analisar o processo de gestão dos mesmos; e para melhor detalhar o foco da pesquisa preconizou-se como objetivos específicos: a) Apresentar quais são programas de

Assistência Estudantil que estão disponíveis na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica destinados a unidades agrícolas; b) Identificar o nível de compreensão para utilização destes programas por parte da Direção Geral dos campi agrícolas do IFRR em prol dos alunos; c) Analisar a contribuição da Assistência Estudantil na vida acadêmica dos discentes; d) Relatar informações dos alunos sobre quais os fatores que atraem e aqueles que os repulsam da instituição; e) Apontar sugestões que favoreçam a permanência do estudante da Educação Agrícola na instituição até o término de seu curso auxiliando assim no processo de decisão dos Gestores de unidades agrícolas do IFRR.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-LEGAL

2.1. Breve Histórico sobre Assistência Estudantil no Brasil

A importância de buscar aspectos, eventos e condicionantes sócio-econômico-culturais que contribuíram para o atual estágio da Assistência Estudantil em nosso país é em si um fato muito relevante, pois, permite uma avaliação histórico-dialética deste auxílio estudantil que tem como objetivo contribuir para a permanência do discente em sala de aula favorecendo a sua jornada escolar e conseqüentemente a conclusão dos seus estudos.

Antes mesmo de pormenorizar o estudo sobre Assistência Estudantil no Brasil torna-se relevante realizar uma abordagem sobre a Assistência Social em um contexto mais amplo, pois conforme estudos realizados às leituras para produção desta Dissertação ficou evidenciado que a origem do que hoje conhecemos assistência ao estudante remonta ao surgimento da Assistência Social.

Neste sentido o breve histórico sobre Assistência Social consolidada em Políticas Sociais, será feito como ponto de partida para uma posterior análise crítica da atual estrutura da Assistência Estudantil, em especial na análise de caso do Instituto Federal de Roraima, foco desta dissertação, e, com isso, oferecer mais fidedignidade às considerações expostas nesta dissertação.

Ao discorrer sobre a Assistência Social no Brasil é válido realizar um resgate sobre o Welfare State, que se trata de uma expressão inglesa habitualmente traduzida por Estado do bem-estar social, também conhecida como Estado-Providência, e que se refere às instituições e mecanismos de previdência social estatais, criados nos países da Europa Ocidental após a II Guerra Mundial.

Segundo Gomes (2006), o Welfare State pode ser compreendido como “um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovido pelo Estado com a finalidade de garantir certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social”; pode-se, portanto, afirmar que o objetivo da ação do Estado é de suprir “a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente.”

Esta expressão tornou-se mais relevante nos países afetados pela II Guerra Mundial, bem destaca Outhwaite e Bottomore (1996) quanto a finalidade desta iniciativa

governamental, cujo conjunto de benefícios sociais visava combater os cinco maiores males da sociedade: "a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade".

Pode-se dizer que o Welfare State tem sua origem teórica no pensamento Keynesiano, que na essência considerava o fato de que o ciclo econômico não consegue se autorregular, pois os empresários capitalistas possuem um insano "espírito animal", pensavam somente em seus interesses, torna-se necessário a intervenção estatal na economia.

Esta forma de assistência deflagrada na Europa no final do século XIX, surge nos EUA nos anos 30 do século XX.

No Brasil, Sposati (2010) ressalta que "a década de 50 tem como preocupações o esforço de reconstrução do pós-guerra, a busca de libertação do colonialismo, o combate ao comunismo e as tentativas de expansão do capitalismo internacional." Diante deste panorama percebe-se a necessidade de modernizar e ampliar as políticas sociais no país. Tem-se, portanto, neste panorama o desenvolvimento social e concretização do Estado de Bem-Estar Social.

Percebe-se neste período que o governo populista de Getúlio Vargas crescia como forma de legitimação do poder e comando da chamada burguesia nacional, com apoio da massa trabalhadora em razão da garantia de oferta de benefícios sociais.

O discurso do governo brasileiro encontra amparo nos planos internacionais propagados pela ONU que ajudavam a reforçar a ideia de programas de desenvolvimento comunitário destinados às comunidades e regiões com problemas de estagnação sócio-política, com afirma Sposati (2010). Estes programas, verdadeiros "pronto-socorro" social, destinam-se aos hipossuficientes economicamente com prestação de serviços sociais básicos.

É neste período que se expandem os programas de alfabetização de adultos, preparação de mão de obra com objetivo de suprir a indústria e conseqüentemente gerar renda ao país. Na verdade, o que estava intrínseco nesta ideologia de geração de renda e ascensão social era atender o modo de produção capitalista, à medida que ratificava a subordinação e o anestesiamiento através do atendimento tutelado e ilusório prestado pelos programas assistenciais.

Aproveitando o contexto histórico exposto nos parágrafos anteriores pode-se fazer uma reflexão, diria um paralelo com a atual situação dos programas de Assistência Estudantil e Social (sentido lato) uma vez que: atualmente percebe-se a necessidade de uma qualificação profissional via Instituições de Educação Profissional, "Sistemas S", PRONATEC, MULHERES MIL, dentre outros, para atender a demanda da Construção Civil,

Setores de Serviço como hotéis, restaurantes, empresas aéreas e muitas outras, com o único objetivo de satisfazer os interesses capitalistas e aqui há certa semelhança com o que foi praticado na primeira metade do século XX, pois, a mídia destaca que esta elevação de estudos é importante para o trabalhador, pois irá melhorar sua condição de empregabilidade e conseqüentemente seu perfil sócio-econômico, porém omite por outro lado o interesse capitalista em uma massa de mão-de-obra para atender seus interesses econômicos.

Além deste conjunto de programas de qualificação e requalificação profissional oferecidos à massa trabalhadora tem-se ainda os programas de bolsa família, vale gás, são executados corretamente, ou seja, cumprem um Direito Social previsto na Constituição ou servem a uma função verdadeiramente de garantia de permanência de mão-de-obra para interesse de empresários capitalistas (neoliberal)?

Por isso a política de assistência estudantil deve ser refletida, discutida para não se transformar em um sofisticado sistema de produção de mão-de-obra capitalista, que torna o sujeito (estudante) um fantoche nas mãos dos capitalistas.

Espera-se que a formação profissional garantida via programas de assistência estudantil para permanência na escola, não seja tecnicista, mas busque a formação crítica do estudante, sob uma visão dialética, que consiga interpretar o mundo a sua volta para que não se transforme em um autômato.

De volta ao contexto do final da primeira metade do século XX no Brasil, o panorama político-social, caracteriza-se por um predomínio de políticas sociais definidas por organismos internacionais, como ONU, Convênio MEC-USAID, que sob a crítica do jornalista e político brasileiro Marcos Moreira Alves, tal convênio na verdade traduzia nas entrelinhas, a proposta inicial privatizar as escolas públicas, para se ter uma ideia, matérias como História tiveram sua carga horária reduzida para que estudantes da época não pudessem entender o que verdadeiramente acontecia na sociedade.

Ao se fazer uma análise mais crítica sobre os programas de assistência social é possível perceber que na verdade eles atendiam aos interesses do modo de produção capitalista, porque garantiam uma letargia, ou como bem aborda Sposati (2010) reiterava a subordinação e anestesiamento através do atendimento tutelado e ilusório prestado pelos programas assistenciais, (...) para atender às novas exigências da produção industrial, qualificando-os a custos mais baixos.

Para Sposati (2009), Araújo (2003) e Iamamoto (1998), evidencia-se que a assistência em nosso país é um instrumento social recente, pois surge nas primeiras décadas

do século XX e de lá para cá vem sofrendo ajustes desde uma concepção assistencialista, voltada a benevolência, a bondade até chegar aos dias de hoje com entendimento de direito social garantido na Carta Magna do Brasil.

Neste contexto a pobreza no aspecto econômico é vista como de ordem intrínseca ao indivíduo, reforçando o próprio “status quo” da sociedade da época (início do século XX), e não como uma má distribuição de renda, ou exclusão social de minorias desprivilegiadas, Segundo Sposati (2009) no Brasil, até 1930, a pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos e a competência para tratar esse problema era colocada à rede de organismos de solidariedade social ficava mais ao encargo das Santas Casas de Misericórdia e instituições religiosas.

A sensível mudança deste cenário, sob forma de intervenção estatal, tem como marco o DECRETO Nº 4.682 - DE 24 DE JANEIRO DE 1923 - DOU DE 28/01/1923 - LEI ELOY CHAVES que é a primeira iniciativa sobre a questão social em se tratando de política pública, que de certa forma, estabelece as primeiras bases do sistema previdenciário brasileiro.

Na década de 30 como bem assevera Sposati (2010), é que “a assistência começa a se configurar como uma esfera programática da ação governamental para a prestação de serviços, como mecanismo político para amortecimento de tensões sociais.”

Até então a figura do Estado aparecia de forma sutil neste tecido social, como agente de apoio, ainda um tanto obscuro, ou exercendo papel fiscalizador.

Iamamoto (1998) assinala que o Serviço Social surgiu como uma das estratégias concretas de disciplinamento, controle e reprodução da força de trabalho. E seu papel era conter e controlar as lutas sociais.

À medida que o Estado se responsabiliza pelas condições de reprodução da força de trabalho, passa a incorporar igualmente a nova técnica social, o Serviço Social, transformando seus profissionais em agentes fundamentais na execução desta área programática, afirma Sposati (2010)

Em face da depressão econômica que atingiu países desenvolvidos e subdesenvolvidos, caracterizada pelo desgaste do modelo de acumulação de bens de capital pela autocracia burguesa, viu-se um novo debate sobre a assistência no final da década de 30 em razão do aumento da pobreza nas classes menos favorecidas economicamente.

Tal contexto social é corroborado por Araújo (2003), ao estabelecer que a formulação da política de assistência requer o conhecimento sobre os condicionantes

propostos pela conjuntura política e econômica do Brasil na formulação das políticas educacionais; e continua na sua abordagem afirmando que uma característica marcante da política de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superiores Brasileiras, o mesmo autor confirma que a seletividade dos programas e acesso e/ou permanência dos estudantes encontram-se formalmente baseados nos critérios da carência socioeconômicos ou caráter meritório.

Percebe-se que gradativamente a política de assistência estudantil no Brasil vai se firmando, mesmo que de maneira tímida, mas passa a ser reconhecida pelo Estado ainda na década de 30. Destaca-se neste período a chamada Reforma Francisco Campos, onde em 1931, por meio do Decreto 19.85/031, a Lei Orgânica do Ensino Superior, consolida-se na vanguarda de regulamentação da política de Assistência Estudantil em nosso país.

Contudo, somente em 1934 é que a Política de Assistência estudantil no Brasil ascende frente a hierarquia das leis e chega a um patamar Constitucional, uma vez que consoante ao que dispunha o § 2º do art. 157 da CF/1934:

Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.

Chama atenção à expressão “vilegiatura” que conforme dicionário Priberan da Língua Portuguesa traduz como sendo “(italiano villegiatura) s. f. Temporada que se passa fora da terra, a banhos, no campo ou viajando, para descansar dos trabalhos habituais.” Neste sentido muito se assemelha ao que hoje é praticado como Assistência Estudantil aos alunos das turmas de Técnico em Agricultura que emprega a Pedagogia da Alternância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR.

Nesta seara do Direito Constitucional mais uma vez a assistência estudantil tem destaque, agora na Carta Magna de 1946 em seu Título VI que trata da Família, da

Educação e da Cultura, se tornando obrigatória para todos os sistemas de Ensino conforme disciplina o artigo 172, a saber:

Art 172 - Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Neste lapso temporal o Estado tinha a concepção de que a Política de Assistência Estudantil tratava-se exclusivamente de uma ajuda aos estudantes carentes, porém com o advento da Lei de Diretrizes e Bases nº 4024/61 a Assistência Estudantil tomou status de Direito à Educação com o título de Assistência Social Escolar. Para ilustrar tal situação evoca-se os arts. 90 e 91 da referida lei:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade.

A título de registro é sabido que a lei supracitada foi revogada com o advento da Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9394/96.

Consoante ao que afirma Almeida (2000), a política de assistência estudantil, na qualidade de política pública, teve sua inclusão na agenda governamental na década de 1960, em consequência da pressão da sociedade civil para a manutenção do estudante pobre no ensino superior.

Fazendo uma análise mais crítica sobre a década de 60, percebe-se que este período foi um desenrolar da ditadura militar, logo, o que era direito tornou-se verdade expectativa de direito, muito em razão da hostilidade dispensada pelos militares aos estudantes.

No âmbito do MEC, já na década de 70, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante, ou simplesmente DAE, que propusera uma política nacional voltada à assistência do estudante universitário, enfatizando “programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico” (FONAPRACE, 1995), tal iniciativa não prosperou, uma vez que nos governos subsequentes a mesma foi extinta.

Importante ainda destacar a lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983 que altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar - FENAME, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades surgindo assim a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

O art. 3º da lei nº 7091/83, estabelecia que a FAE tivesse por finalidade assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2º Graus, constituindo seus objetivos básicos: a melhoria de qualidade, a diminuição dos custos e a criação de melhores condições de acesso dos usuários ao material escolar e didático, à alimentação escolar e às bolsas de estudo e manutenção; a coordenação da política de assistência educacional, bem como o desenvolvimento de estudos visando a subsidiar a sua formulação; e por fim apoiar à administração dos serviços de assistência educacional dos sistemas de ensino.

Cabe destacar a título de informação que com o advento da lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a FAE foi extinta pelo art. 19, VIII, d; juntamente com as Fundações Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), vinculadas ao Ministério do Bem-Estar Social, todos citados no inciso I deste mesmo artigo e lei acima expressa.

A então Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira, criada em 1985, de iniciativa do Ministro da Educação Marco Maciel, tinha como lema “uma Nova Política para a Educação Superior”, preocupando-se com a estrutura física das IES propusera à época, um orçamento dedicado ao ensino superior, com crédito necessário para “recuperação e conservação de prédio de refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em instituições de Ensino Superior que ainda não possuíam tais ambientes de apoio ao estudante” (FONAPRACE, 1995).

Porém, esta iniciativa de reestruturar e aparelhar as IES com melhores condições de permanência dos estudantes no ensino superior não prosperou, pois havia somente o discurso político uma vez que a própria instituição de ensino teria que lançar mão de seus próprios recursos para custear a Assistência Estudantil, tendo que protelar outras ações de igual importância, logo, o dirigente da IES tinha outras prioridades, como por exemplo, a própria manutenção e conservação da estrutura física do prédio.

Já em 1988 com a pressão popular clamando com o slogan “Diretas Já”, é aprovada a Constituição Federal de 1988 ou CF/88, também conhecida como Constituição

Cidadã, por trazer na sua essência um amparo maior ao cidadão no que tange a direitos e garantias sociais.

Destaca-se nesta Carta Magna os conceitos sobre Educação e as proteções sociais garantidas ao cidadão, insculpidas logo de início no art. 1º, inciso II e IV:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Fazendo uma correlação com o processo histórico apresentado linhas atrás, sobre a assistência social no Brasil, percebe-se que a CF/88 recepciona a luta das classes sociais no tocante a direitos e garantias quando em seu Art. 6º destaca que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010).

Em seus artigos 205 e 206 a Constituição Federal de 1988 define:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;(grifei)

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

(...)

Insculpido no artigo 205 tem-se, portanto a preocupação com a universalização da educação a medida que é direito de todos, em particular a qualificação para o trabalho relaciona-se com o objetivo dos Institutos Federais de Educação Profissional.

Quanto ao artigo 206 especificamente o inciso I, há a garantia de acesso e permanência do estudante na escola, o que certamente expressa a necessidade da existência de programas que venham garantir o sucesso na formação e conclusão dos estudos para aqueles que necessitam além da formação escolar uma garantia assistencial.

Percebe-se que a CF/88, traz de modo mais claro a assistência social tanto em um sentido amplo como mais específico. Pode-se afirmar que a Política Social do Brasil toma corpo, e torna-se mais explícita quanto aos seus objetivos à medida que se alia às políticas de saúde e de previdência social.

O Estado assume um papel mais evidente quanto a sua obrigação de garantir juntamente com a Educação um conjunto de medidas, materializadas em “programas sociais” que mesmo de forma inicial já representam o resgate da dívida social estatal com a população, em especial a classe estudantil, percebe-se que o estado deve proporcionar condições de equidade para que todos tenham acesso ao Direito à Educação.

Vasconcelos (2010) traz uma análise muito pertinente quanto ao período do governo de Fernando Henrique Cardoso, à medida que destaca o fato das instituições superiores e a própria sociedade serem privadas de investimentos estatais, pois houve defasagem salarial e falta de investimento na pesquisa.

No entanto tal postura político-econômica adotada pelo governo em questão trouxe no seu bojo também atitudes contrárias a democracia, uma vez que enfatiza a propriedade privada, mercados soberanos, privilegia os detentores do meio de produção, em detrimento das proposições apresentadas pela sociedade organizada conforme bem lembra Romano (1999)

Havia, portanto, neste período 1995 a 2002 (dois mandatos de FHC), um verdadeiro sucateamento das instituições públicas de ensino superior, respingando este tratamento na rede de educação profissional.

Quanto a Assistência Estudantil, praticamente não se ouviu falar em nenhum programa voltado ao interesse da classe estudantil.

Um fato marcante no governo FHC foi em 1996 a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, que se arrastou em debates por 6 (seis) longos anos tendo como relator o senador Darcy Ribeiro.

Há de se observar que nesta sequencia de eventos que está sendo apresentada neste capítulo suscitam elementos que gradativamente vão constituindo a Assistência Estudantil no Brasil, e com o advento da LDB/96 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, constata-se dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca especialmente os que se referem nos arts. 2º e 3º nos incisos I e VI, a saber:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (grifei)

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;(grifei)

(...) omissis

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;(grifei)

As discussões sobre o tema voltado a Assistência Estudantil, quanto aos itens democratização, acesso e permanência dos estudantes vem se intensificando a cada ano e este fato já remonta há aproximadamente duas décadas (1970 e 1980), se considerarmos como marco a Constituição Federal de 1988, o que já foi abordado linhas atrás.

Pela educação perpassa o interesse da elite dominante, e muitas ações aparentemente inocentes serviam a política neoliberal que acompanhava o governo FHC, fato este que pode ser evidenciado ainda em 1996 com a nova política de reforma universitária, com base em diretrizes elencadas pelo Banco Mundial, a saber: 1) a implantação do sistema de avaliação institucional e do exame nacional de cursos (ENADE), 2) pela autonomia universitária e 3) pelo programa de Gratificação e Estímulo a Docência (GDE) que como bem destaca Vasconcelos (2010) representa a tentativa de privatização da universidade pública a medida que há o distanciamento do Estado com o seu compromisso de financiamento da educação.

Em 2003 inicia-se o Governo Lula, e ao longo do seu mandato percebe-se a iniciativa de interlocução com os organismos supranacionais, mas considerando a participação de diversos segmentos ligados a educação, tais como sindicatos, representantes de discentes, docentes e técnicos administrativos. Destaque ainda para a educação profissional que é um conceito de ensino regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que neste período foi complementada pelo Decreto 2208/97 e reformado pelo Decreto 5154/04.

Outro marco histórico que também merece um olhar mais pormenorizado é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), consolidado pelo Decreto nº 6.096, de 24.04.2007, expressando em seu art. 2º, inciso V, uma diretriz que afunila ainda mais o foco a Assistência estudantil:

Art.2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; (grifei)

Espera-se, portanto, que estas orientações básicas sob a forma de diretrizes favoreçam o acesso e permanência do estudante como bem ressalta o Plano Nacional de Assistência ao Estudante ao comentar que esses princípios legais levam à reflexão e à revisão das práticas institucionais. Cabe às IFES assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador.

A portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, editada pelo Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, representa mais um importante evento constitutivo da Assistência Estudantil, de modo mais direcionado, pontual às Instituições Federais de Ensino Superior. Aponta no texto deste documento que a centralidade da assistência estudantil é estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, e de relevante importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal.

Tal instrumento congrega a luta de trabalhadores em educação, por uma garantia da efetividade de um programa de assistência que há muito vinha sendo insculpido em documentos legais, mas não era efetivado nas instituições públicas de ensino superior.

Por fim, esta portaria normativa toma força com a edição do Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, especialmente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pois no artigo 4º garante o atendimento as especificidades dos Institutos, pois como ofertam educação básica, e superior, além de outras, ficaria a desejar o benefício para o ensino médio, para melhor caracterizar tal situação observe o que diz o decreto conforme artigo retrocitado:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Atualmente este Decreto congrega todas as assistências estudantis disponibilizadas aos discentes das universidades e institutos federais como será estudado no capítulo assistência estudantil na legislação brasileira.

2.2. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Ao se falar de Educação profissional, torna-se importante fazer uma breve reflexão sobre o binômio Educação e Trabalho à luz do que Dermeval Saviani tão bem expôs em sua abordagem “o trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias”.

Há muito tempo o trabalho é associado a situações penosas, um bom exemplo é quando Adão, após comer o fruto proibido foi banido do paraíso e teve que trabalhar para viver, lavrar a terra, e tirar o sustento “com o próprio suor”.

De modo mais crítico o texto “O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias” apresenta uma relação entre Trabalho e Educação. No entanto, de modo a apresentar uma nova abordagem deste tema, será apresentada uma nova leitura, a fim de reconstituir este binômio, considerando o aspecto crítico enfocado pelo autor que é a utilização da escola para propagar as relações de trabalho em uma sociedade.

A educação é vista sob vários ângulos, e de acordo com o interesse do agente ela proporciona um fim, ou melhor, um objetivo a ser alcançado que normalmente traduz o interesse subliminar embutido naquela ação que será desenvolvida, ensinada no banco da escola. Porém, a educação não está circunscrita apenas à Escola, possui na verdade várias aplicações, pois, em todos os lugares há educação, na conversa do pai com o filho, no trânsito, na roda de amigos, no clube, e vários outros lugares. No entanto, de acordo com o objetivo que ela deve alcançar a educação trabalha a serviço de um grupo, mas por ter um caráter ideológico não há como perceber de imediato com um olhar simples, desprovido de criticidade.

O entendimento mais comum pela tendência majoritária de opinião pública é que educação reflete apenas um *refinamento cultural*, isto é, apenas um adorno ao histórico pessoal do homem, sem um vínculo de transformação da sua realidade, a esta situação Dermeval Saviani, atribui a expressão de “bem de consumo”.

Conforme exposto no parágrafo anterior fica evidente que a Educação é um item disponível no mercado capitalista, cabe a você se apropriar do “tipo de educação” que mais lhe interessa ou do que está disponível. E nessa seara onde fica o trabalho? Evidente que a escola aparece neste cenário para garantir o *Status Quo* vigente, logo, na sociedade capitalista a educação proporciona a formação profissional qualificando a mão-de-obra para gerar a força de trabalho necessária para suprir uma demanda econômica, um exemplo bem oportuno é a Copa de 2012, os brasileiros lembraram que existe escola, educação, aulas de

inglês, francês, espanhol, matemática e boas maneiras, disciplinas disponíveis em cursos rápidos para garantir um emprego no evento que se aproxima.

Ora, só agora se tornou necessária a qualificação profissional, infelizmente sim, pois, como já foi exposto a educação era vista por muitos apenas como um item disponível no mercado para refinamento cultural, e não como elemento indispensável à libertação, entendendo-se como possibilidade de ver, reescrever a história, de integrar, interagir, criticar e interpretar o mundo que se vive.

Há de se destacar que ao longo dos tempos a educação esteve disponível para quem possuía *patrimônio*, aqui empresto este termo da contabilidade para expressar: bens, móveis, imóveis, pecúnia, investimentos dentre outros. Portanto, tem-se uma educação dominante, própria àqueles que comandam a sociedade e uma educação básica aos desprovidos de patrimônio. Na Idade Média, os homens viviam no campo e do campo, a diferença para a Antiguidade é que o trabalho escravo perde força para o surgimento do trabalho servil.

Há na Idade Média uma ideologia dominante propagada pelas escolas catedráticas e monacais, cujos objetivos educacionais destinados à elite procuravam garantir ocupações que não incluíam o trabalho, pois este era entendido como indigno. Ensina-se, portanto um estilo de vida aristocrático e uma formação na arte militar.

Por outro lado os camponeses continuavam garantindo a opulência dos senhores feudais, desta forma há aqui um ato de relegar ao trabalho um distanciamento da educação. Portanto, educação não conduz ao trabalho.

Mas com o passar do tempo o comércio cresceu e alavancou uma classe que até então não conhecia seu potencial, então toma força a figura do comerciante, e observando as relações sociais e econômicas existentes, procura aumentar seu patrimônio e investe cada vez mais nos meios de produção, o que favoreceu o surgimento do capitalismo, onde Dermeval Saviani (1994) destaca que as relações passam de uma fase natural para essencialmente social. Neste sentido a Escola passa a ser o veículo condutor da ideologia dominante, perpassa por um modelo de Educação voltado a atender os interesses dominantes, formação de mão de obra especializada para atender segmentos no mercado industrializado.

Vale destacar que a escola na sociedade Moderna agrega funções que até então não lhe pertenciam, não se referem ao pedagógico, mas ao familiar, ao estatal, ou seja, atribui-se a escola valores que deveriam ser desenvolvidos em casa, como afeto, amor ao próximo, respeito pelo semelhante, e outras atribuições que seriam do próprio Estado como saúde,

segurança, e acesso (transporte). Pode-se afirmar que há uma contradição de valores uma verdadeira inversão de papéis.

Com o advento da informática percebe-se uma nova era, onde o homem deve ter uma educação mais completa, pois a necessidade de mais conhecimento para acompanhar as sucessivas mudanças de tecnologia força o homem a ter acesso a um leque de informações em velocidade necessária a sua sobrevivência no mercado de trabalho. Mas a dinâmica do trabalho muda, não há de se falar em um trabalho essencialmente manual, pesado que exija força física; a essência do trabalho informatizado reside no valor intelectual do trabalhador que melhor utiliza a máquina para realizar as tarefas pesadas, há automação que garante ao homem uma transferência de trabalho à própria máquina. Para Dermeval Saviani (1994) o processo se apresenta fases que tornam o homem autônomo, auto-regulável, conduzindo-o para a esfera do não-trabalho.

A abordagem sobre trabalho e educação feita nos parágrafos anteriores contribuem para que se possa analisar a evolução histórica da educação profissional no Brasil com um olhar mais crítico, uma vez que proporciona ao leitor uma análise da importância do trabalho no contexto educacional, trabalho este não como mera labuta, mas como processo político e ideológico arraigado no processo educativo.

Como marco histórico que ajuda a caracterizar a Educação Profissional no Brasil, vale destacar o fato de que os índios e os escravos, desde o princípio da colonização do Brasil já desempenhavam papel que sob um olhar mais apurado iria caracterizá-los como artífices, verdadeiros trabalhadores da construção civil, uma vez que muito contribuíram nas edificações no período da colonização portuguesa no Brasil, no mais tal trabalho lhes era reservado, pois como bem lembra FONSECA (1961, p.68) “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

Ainda neste tecido social de construção de uma identidade da Educação Profissional no Brasil, destaca-se que havia um movimento contrário ao aperfeiçoamento das fábricas e mão de obra nacional, pois o desenvolvimento local tornava-se uma ameaça aos interesses portugueses no Brasil. Aqui se pode destacar o Alvará de 05/01/1785 que proibiu a existência de fábricas neste período, o que contribui para um retrocesso no desenvolvimento tecnológico nacional, para ratificar este fato basta recordar FONSECA(1961, p. 68) que bem nos lembra o teor deste documento ao escrever “O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto

lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil” (Alvará de 05/01/1785).

Como se pode ver esta análise esta sendo feita de modo diacrônico, em um período anterior a formalização da educação profissional como política governamental, mas com tudo isso já se percebe indícios do quão importante é o vínculo educação e trabalho como combustível que impulsionam um país a independência.

Neste diapasão a gênese da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil, remonta há cem anos, iniciada em 1909, quando nesta época Nilo Peçanha, que era o presidente da República, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices por meio do Decreto nº 7.566 instituídas para oferecer ensino profissional gratuito.

Este feito repercutiu no futuro, pois estas escolas transformaram-se em escolas técnicas e agrotécnicas federais, mais tarde nos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica – CEFETs e na sequência constituíram o que hoje conhecemos como Institutos Federais de Educação.

No entanto a existência da rede passou por diversas dificuldades, dentre elas a que chamou mais atenção foi o cerceamento de investimento sentido no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, com a edição da Lei 9649/98 proibida de forma velada à expansão da Educação Profissional no Brasil, pois em seu artigo 47 § 5º que dizia:

Art. 47. O art. 3º da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (grifei)

Como se pode ver com a edição da lei 9649/98 a oferta de educação profissional fica condicionada, isto é, somente poderá ocorrer mediante o estabelecimento de parcerias da União com os Estados, Municípios, Distrito Federal, Setor Produtivo ou organizações não-governamentais.

Com este empecilho expresso no § 5º do artigo 45 da já citada lei, o Governo Federal encontra-se impedido por iniciativa própria ampliar a Rede Federal de Educação Profissional, em razão deste impedimento legal, tornou-se necessário modificar a lei (9649/98) para que a União tivesse mais autonomia na expansão de oferta de vagas na Educação Profissional, por isso o artigo 47 da Lei 9649/98 acaba sendo revogado com o advento da Lei 11.195/05.

Nesta sequência de atos legislativos, a Lei 11.195/05 que modifica, especificamente o § 5º do art. 3º da lei 8.948/94 apresenta um novo texto que diz:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.(grifei)

Observe que o termo “preferencialmente” garante a União à oferta da Educação Profissional independente do condicionante “somente poderá ocorrer”, conforme visto na lei nº 9649/98. Com o advento do Governo Lula, percebe-se um novo olhar para a educação profissional no Brasil, pois como marco temos a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, podendo ser expressa na linha do tempo abaixo, que foi extraída do site do MEC:

Fig. nº 1: Reordenamento e criação dos Institutos Federais



Fonte: site do MEC.¹

¹ Disponível em: http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=27> Acesso em junho de 2012

O governo Lula vislumbra uma ampliação da oferta de educação profissional sem precedentes, pois logo após a transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFETs, é neste momento que e consequente expansão de novos campi em cada região, capilarizando de modo inicial a oferta desta modalidade de educação, a Rede de Educação Profissional experimenta uma nova Institucionalidade com a criação de 38 (trinta e oito) Institutos Federais por meio da lei 11.892/08, há de se destacar que essa rede se completa complementa por instituições que já haviam protocolado no MEC processos para sua transformação em Universidades Tecnológicas, como é o caso do CEFET/RJ e o CEFET/MG, e mais 25 escolas vinculadas a universidades e a universidade tecnológica do Paraná.

Na sequência da consolidação dos Institutos surge a expansão da rede denominada de fase II, com construção de mais unidades em 2010, conforme gráfico abaixo, extraído do site do MEC.

Fig. nº 2: Cenário da Rede Federal até 2010



Fonte: site do MEC ²

² Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2> Acesso em Junho de 2012.

2.3. A Assistência Estudantil na Legislação Brasileira

Percebe-se que há uma vasta, porém esparsa coletânea de documentos legais sobre este tema, e que a legislação brasileira ao longo das últimas décadas vem abordando o tema Assistência Estudantil com mais atenção, desta forma para não delongar a abordagem aqui proposta, será feita uma delimitação de 03 (três) instrumentos legais:

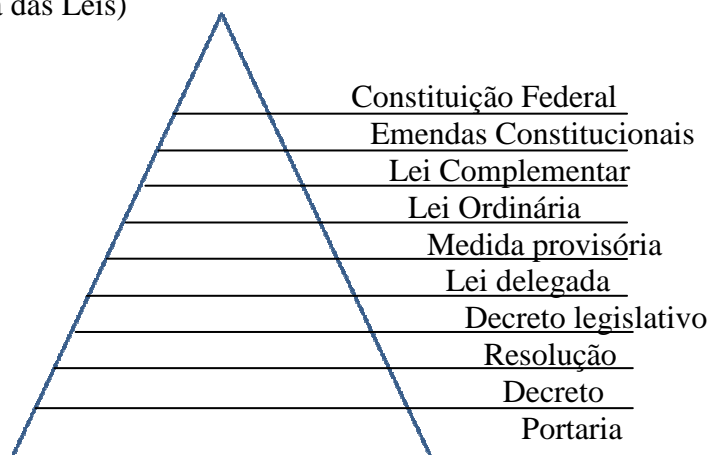
1. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88);
2. O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e;
3. A lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A seleção destes três instrumentos legais justifica-se pelo fato da relevância de cada um no contexto da Assistência Estudantil, pois com previsão constitucional do art. 206 da CF/88 percebe-se a indispensabilidade da garantia da educação para o pleno desenvolvimento do homem, no mesmo sentido a LDB/96 trata com igual valor no art. 3º inc. I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e cita ainda no art. 70 a necessidade de considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a concessão de bolsa de estudo, aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar. Quanto ao Decreto nº 7.234/10, o mesmo é ponto nodal do tema aqui em debate, pois apresenta um elenco de áreas que balizam a assistência estudantil no Brasil.

Para ratificar tal posicionamento quanto a importância dos três diplomas legais, há de se evocar aqui a hierarquia das leis, tema este abordado por Hans Kelsen ao tratar em seus estudos a ideia de ordenamento jurídico estabelecendo um grupo organizado hierarquicamente de normas jurídicas que podem ser representadas na forma de uma pirâmide abstrata, cuja norma mais importante, que subordina as demais normas jurídicas de hierarquia inferior.

Aproveitando esta teoria de Hans Kelsen, muitos doutrinadores jurídicos estabeleceram como o ápice desta hierarquia a Constituição Federal e por último, mas com sua devida importância a Portaria a figura abaixo serve para expressar o pensamento aqui exposto, advertindo-se que há certas divergências doutrinárias quanto a forma e elementos que compõem tal ilustração.

Figura nº 03 (Hierarquia das Leis)



Fonte: KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*, Martins Fontes, São Paulo, 1987, p. 240

Como se pode perceber a partir da Constituição Federal emanam os demais diplomas legais, e como foi apresentado no estudo feito no item Breve Histórico sobre Assistência Estudantil no Brasil, há uma previsão sobre acesso e permanência no inciso I, do artigo 206, trata-se de um princípio, então para garanti-lo é imprescindível à edição de lei que venha discipliná-lo no cenário jurídico brasileiro. Como bem assevera GOMES (2011) vê-se que o legislador constitucional reservou ao Poder Executivo a missão basilar não só de garantir a educação, em si, como também de facilitar e promover a igualdade de acesso a esse serviço essencial à sociedade e a permanência dos alunos na escola.

Portanto, quando a CF/88 em seu art. 205 afirma que a educação é um direito de todos, corrobora para o entendimento de que o binômio acesso–permanência é uma responsabilidade capital do Estado, pois o mesmo deve assegurar educação àqueles que não tem condições por meios próprios de custear os estudos por encontrarem-se em situação de insuficiência econômica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional possui um status de lei Ordinária e desta forma tem especial relevância no cenário jurídico pátrio, pois apresenta em regra normas gerais, visa à regulamentação de preceitos destinados ao convívio social e à estruturação do Estado em suas diversas áreas (Saúde, Educação, Segurança, etc).

Desta forma percebe-se quão importante é o texto contido nesta lei Ordinária, uma vez que vem definir a forma como deverá se materializar o direito, que no presente estudo é a Assistência Estudantil. A própria LDB ratifica o que foi escrito no texto da CF/88, quanto a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Mas é no Decreto 7234/10 que esta matéria torna-se mais pontual, pois, disciplina o Programa Nacional de Assistência

Estudantil – PNAES, apontando o Ministério da Educação como órgão com prerrogativa de execução, tendo como finalidade precípua ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

É no art. 3º do Decreto 7234/10 que se começa a delinear a forma de execução do Programa de Assistência ao estudante, pois a sua implantação deverá ser de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, e continua no § 1º do mesmo artigo, estabelecendo que as ações deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; por fim o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Neste interim, caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados, conforme previsão feita no § 2º ainda do art. 3º.

Cabe neste momento ressaltar que em um olhar menos apurado, que precipita uma cega reflexão sobre o decreto em voga, induz a perceber que tal instrumento legal deixa a margem os Institutos Federais de Educação, portanto, sem a legitimação para concessão de auxílio aos estudantes da educação básica atendidos nos seus *campi*, a medida que estabelece em seu art 1º a assistência aos estudantes da Educação Superior Pública Federal, não fazendo menção à educação básica, a saber:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. (grifei)

Porém, a situação acima descrita restringindo o PNAES apenas para a educação superior será objeto de discussão no item a seguir, que melhor debaterá a compreensão desta disposição legal.

2.4. Considerações sobre o Programa de Assistência Estudantil no Brasil previsto no Dec. 7234/10.

Como bem mencionado ao final da seção anterior, há certa dissonância entre o Decreto 7234/10 e os Institutos Federais de Educação, quanto a legitimidade de estes utilizarem a assistência estudantil prevista nesse decreto, pois, no texto legal do PNAES em seu art. 1º evidencia-se que sua finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, portanto os IFEs estariam de fora quanto ao atendimento da Educação Básica.

Ocorre que não é bem assim, ao se fazer uma leitura mais detalhada do corpo do decreto em questão, percebe-se que há dispositivo como é o caso do art. 4º que amplia a possibilidade para que os IFEs possam garantir também o atendimento de estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio, subsequentes, EJA, FIC e outros, conforme disposto na lei 11.892/10 que assim estabelece:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

(...)

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

E complementa a atuação dos Institutos Federais de Educação com o estabelecimento de percentuais para distribuir à oferta das modalidades e níveis de ensino a sociedade ao dizer na mesma lei que:

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o

mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

Percebe-se que o lastro de oferta educacional atribuída aos Institutos Federais de Educação em cursos que vão desde a educação básica passando pela superior até cursos de pós-graduação é muito vasto, por isso é pertinente apresentar o que o artigo 4º do já multicitado decreto estabelece, ao dizer que as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Nota-se, portanto, que o próprio legislador tratou a matéria relativa à assistência estudantil de maneira diferente no mesmo documento ao entender que educação superior refere-se só às universidades; mas que em tempo tratou de corrigir. Intui-se que o tema Instituto Federal por ser novo ante sua especificidade de atendimento houve certa omissão ao definir os Institutos Federais como instituições que ofertam o ensino superior, e por pouco não deixou de ficar amparado pelo decreto em questão.

2.5. Panorama da Assistência Estudantil no IFRR

Como ponto de partida para a análise da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, torna-se interessante contextualizar esta instituição para que se possa entender a dinâmica de sua constituição e posição na sociedade que está inserida.

Mediante levantamento de informações colhidas em documentos oficiais e no site do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, foi possível fazer um levantamento histórico do desenvolvimento da Instituição ao longo dos seus quase 19 anos de existência (somente como órgão federal). Deste modo, implantado como Escola Técnica em 1986, começou suas atividades em 1987 somente com dois Cursos Técnicos: Eletrotécnica,

atendendo 105 alunos; e Edificações com 70 alunos. Suas instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

Ainda no levantamento de pesquisa bibliográfica feita, em especial na parte introdutória do plano de curso de Técnico em Agricultura, cita-se o Decreto nº 026 (E) de 12 de outubro de 1988, onde Governo do então Território Federal de Roraima criou a Escola Técnica de Roraima. O Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação autorizou e reconheceu a Escola, aprovou o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos Cursos por ela ministrados e tornou válido todos os atos escolares anteriores ao Regimento.

Destacando a transição de unidade estadual para federal em virtude da Lei Federal nº 8.670 de 30 de junho de 1993, momento em que foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, iniciando, em 1994, suas atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do ex-Território Federal de Roraima, incorporando ao seu patrimônio rede física, materiais e equipamentos e absorvendo todos os discentes matriculados naquela escola nos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

Ainda no preâmbulo padrão do plano de curso técnico em Agricultura cita-se que a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, através da Lei nº 8.948/94, porém, chama atenção o fato de que esta mesma lei em seu artigo 3º e §§ 1º, 2º e 3º cita que tal transformação será gradativa, observe:

Art. 3º As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982.

§ 1º A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica. (grifei)

§ 2º A complementação do quadro de cargos e funções, quando necessária, decorrentes da transformação de Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica, será efetivada mediante lei específica.

§ 3º Os critérios para a transformação a que se refere o caput levarão em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Por isso, como a Escola técnica ainda estava com sua estrutura tanto física como Recursos Humanos em formação, tornou-se necessário aguardar mais um tempo para que se efetivasse a consolidação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima –

CEFET/RR o que veio a ocorrer com a edição do Decreto Presidencial nº 13 de novembro de 2002.

Ainda conforme informações contidas no sitio do IFRR, percebe-se que com a transformação desta Instituição em CEFET-RR – Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, em 2002 com o já citado Decreto, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior.

Uma das condições principais para ser CEFET, foi a implantação de cursos de graduação, e para atender esta situação foi criado o curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, esta verticalização possibilitou à instituição uma mudança de status – de ofertante de cursos técnicos para ofertante de curso superior – cuja ação impulsionou a transformação da ETFRR para CEFET/RR.

Consta ainda no histórico do IFRR, disponível na página da instituição, que esta nova institucionalidade cresce de modo vertiginoso, pois, em 2005 o Governo Federal por meio do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas – UNEDs em diversas unidades da Federação, sendo o estado de Roraima contemplado na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no município de Caracaraí, sul do Estado, onde em agosto de 2007, iniciaram as atividades pedagógicas desta Unidade com 210 alunos matriculados no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma de PROEJA.

O Governo Federal segue com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, agora em uma II fase, cujo o IFRR foi recepcionado com uma nova unidade, agora mais ao norte do Estado de Roraima situada no Município do Amajari, iniciando sua construção em 22/05/2010 concluindo-se em 25/08/2012.

Conforme dados colhidos nos documentos oficiais do IFRR, no dia 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República sancionou a lei nº 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da federação. Então, a partir desta data, o CEFET/RR passou a ser chamado de IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – com três campi: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. No ano de 2011, o IFRR, através do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, fora contemplado com mais uma unidade: o campus Zona Oeste, com sede na cidade de Boa Vista.

Por conseguinte como Autarquia o IFRR é uma Instituição integrante do Sistema Federal de Ensino, possui organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio, está vinculada ao Ministério da Educação, e é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC.

Possui como Missão Institucional – Desenvolver de forma articulada os processos de educação, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e extensão, valorizando o ser humano, considerando a territorialidade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

Quanto a Assistência Estudantil no IFRR, encontrou-se nos documentos oficiais do IFRR, em especial nos arquivos do Conselho Superior – CONSUP, a **RESOLUÇÃO** Nº 066-CONSELHO SUPERIOR, de 14 de fevereiro de 2012, que de forma mais pontual REGULAMENTA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – IFRR., o interessante é que o processo de concepção deste documento teve o início em 2011, mediante um movimento de articulação com equipes das Coordenações de Assistência ao Estudante - CAES dos *Campi* (Amajari, Boa Vista e Novo Paraíso) produzindo ainda de forma inicial as diretrizes de Assistência Estudantil a serem adotadas no IFRR a partir das Políticas Nacionais de Assistência Estudantil.

Esta Resolução de nº 66/2012 visa definir as diretrizes para os programas e projetos a serem implementados e a proposição da criação de mecanismos pelas equipes das CAES, que viabilizem a redução da evasão, do abandono e da repetência nos cursos ofertados pelo IFRR. O regulamento foi encaminhado ao Conselho Superior do IFRR, entrando em vigor em 2012.

Em seu artigo 2º a resolução 66/2012 do CONSUP/IFRR afirma que a Assistência Estudantil executada no âmbito do IFRR constitui-se no conjunto de ações voltadas para o atendimento de necessidades dos discentes regularmente matriculados, ampliando as condições de permanência e êxito no percurso formativo, de maneira a contribuir para o seu desenvolvimento integral.

Proporciona ainda uma independência para cada *campus* no tocante a formulação própria de suas políticas de Assistência Estudantil a partir das diretrizes básicas constantes nesta resolução, por isso a Assistência Estudantil, instituída em cada *campus*, realizar-se-á mediante Programas de Assistência Estudantil – PAE.

No entanto, as ações do IFRR quanto a Assistência Estudantil remontam a época de Escola Técnica Federal, claro que a filosofia daquele momento, ou seja, na década de 90, possuía como objetivo garantir o empréstimo de material acadêmico técnico àqueles

desprovidos de recursos financeiros para compra dos mesmos. Em entrevista com o reitor do IFRR ainda no primeiro semestre de 2012, o Prof. Edvaldo Pereira da Silva (Reitor/2012) bem lembra que havia o setor de apoio didático pedagógico que realizava este empréstimo.

Ainda neste período (1994-2010) era feita uma seleção de estudantes, cuja pouca condição socioeconômica era determinante para o ingresso no Programa Aluno Bolsista. O estudante selecionado para este programa realizava atividades de cunho administrativo auxiliando em setores específicos tais como Coordenação de Transporte, Gabinete, Coordenações de Ensino, Biblioteca, Diretoria de Informática, ficando excluído o setor de Registro Escolar.

2.6. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro conforme PDI do IFRR

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR, com data de junho de 2009, há referência aos programas de apoio ao estudante, com a condição de que sejam respeitadas as dotações orçamentárias, e com isso manterá em funcionamento os programas abaixo descritos:

O primeiro deles refere-se ao Programa de Alunos Bolsistas, cuja finalidade é atender aos alunos que apresentam maior grau de carência socioeconômica. Destaca-se aqui um ponto importante, pois este programa é mantido pela própria instituição, ou seja, com seu orçamento, não há descentralização de recurso “carimbado” da SETEC para este caso. Para tanto, os critérios de adesão ao programa são definidos pelo Serviço Social, que inclui: o preenchimento da ficha de inscrição, entrevista, a análise da renda familiar per capita e visitas domiciliares. O valor da bolsa pago mensalmente corresponde a 50% do valor do salário mínimo e a quantidade de alunos bolsistas depende da disponibilidade orçamentária e financeira. Como contrapartida, esses alunos bolsistas no turno oposto ao horário das aulas desenvolvem atividades específicas nos vários setores do IFRR;

De modo a garantir o desenvolvimento do currículo acadêmico, existe o Programa de Alunos Estagiários, cuja finalidade é oportunizar a prática do estágio profissional com o desenvolvimento de atividades em setores específicos do IFRR, segundo o perfil profissional exigido pelo Curso, sem nenhum custo para a instituição;

Implantado em 2007 o Programa de Fardamento Escolar, possui como critério de seleção de estudante, o perfil socioeconômico, seu objetivo é garantir o fardamento escolar

para que o aluno beneficiado possa permanecer frequentando as aulas. O PDI apresentou a condição de que “a quantidade de alunos a serem beneficiados depende da disponibilidade orçamentária e financeira do IFRR”;

O Programa de Bolsa de Assistência Estudantil PROEJA: O IFRR, através do Governo Federal/ SETEC/MEC, desde 2008, vem contemplando os alunos matriculados nos Cursos do PROEJA e que apresentam frequência em sala de aula e um rendimento satisfatório, são contemplados com a bolsa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensal. A finalidade da bolsa é fomentar o desenvolvimento da Educação Profissional para assistência ao estudante do PROEJA, com vistas a contribuir para a permanência desse aluno na escola.

O Programa do Livro Didático: o IFRR foi contemplado desde o ano de 2007 no programa de livro didático do MEC para todos os alunos do 1º ano do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas Disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa.

A partir do segundo semestre de 2009 o IFRR, através de recursos descentralizados da SETEC, iniciou o repasse de auxílio com o recurso financeiro de R\$ 100,00, a todos os alunos matriculados no Campus Novo Paraíso para o custeio da alimentação, uma vez que o regime de estudos naquele Campus é integral; nesse mesmo período alunos daquele Campus que estavam estudando em regime de alternância foram beneficiados com uma bolsa de R\$ 200,00, também para o custeio da alimentação, este valor é maior porque na permanência dos estudantes é garantido além do almoço, também o café da manhã e o jantar.

Realizou-se uma análise histórica de 2003 até 2011, nos Relatórios de Gestão do IFRR, e foi possível observar a evolução da Assistência Estudantil, conforme dados que serão apresentados nos parágrafos adiante.

O Relatório de Gestão do CEFET/RR referente ao ano de 2003, o então CEFET/RR apresentava os seguintes dados relativos ao programa aluno-bolsista e serviços de atenção à saúde dos estudantes:

Quadro nº 1: Assistência disponibilizada aos Estudantes CEFET/RR 2003

Ord.	Assistência Disponibilizada aos Estudantes	Estudantes/atendidos
1	Serv. Médico	1.007
2	Serv. Odontológico	685
3	Serv. Ambulatorial (curativo, inalação, medicação)	1.744
4	Aluno-Bolsista	67

Fonte: Relatório de Gestão do CEFET/RR. Ano 2003

O Relatório de Gestão do CEFET/RR do ano de 2004 cita os dados abaixo relativo a Assistência Estudantil:

Quadro nº 2: Assistência disponibilizada aos Estudantes CEFET/RR 2004

Ord.	Assistência Disponibilizada aos Estudantes	Estudantes/atendidos
1	Serv. Médico	2.087
2	Serv. Odontológico	3.550
3	Serv. Ambulatorial (curativo, inalação, medicação)	2.666
4	Aluno-Bolsista	98

Fonte: Relatório de Gestão do CEFET/RR. Ano 2004

Em 2005 o CEFET/RR publicou o Relatório de Gestão que detalhou suas atividades em várias áreas, no que tange a Assistência Estudantil foi possível observar que:

Quadro nº 3: Assistência disponibilizada aos Estudantes CEFET/RR 2005

Ord.	Assistência Disponibilizada aos Estudantes	Estudantes/atendidos
1	Serv. Médico	2.189
2	Serv. Odontológico	2.423
3	Serv. Ambulatorial (curativo, inalação, medicação)	3.174
4	Aluno-Bolsista	90

Fonte: Relatório de Gestão do CEFET/RR. Ano 2005

No que se refere ao Relatório de Gestão do CEFET/RR do ano de 2006 encontrou-se os seguintes dados:

Quadro nº 4: Assistência disponibilizada aos Estudantes CEFET/RR 2006

Ord.	Assistência Disponibilizada aos Estudantes	Estudantes/atendidos
1	Serv. Médico	2.579
2	Serv. Odontológico	2.280
3	Serv. Ambulatorial (curativo, inalação, medicação)	3596
4	Aluno-Bolsista	130

Fonte: Relatório de Gestão do CEFET/RR. Ano 2006

A partir de 2007 o Relatório de Gestão do IFRR apresenta um novo formato ao tratar da Assistência ao estudante, pois expõe os dados sob forma dissertativa, não mais em quadro.

Desta forma o Relatório de Gestão 2007 define em um breve texto a assistência ao estudante citando dentre outras informações que a finalidade do programa é de fornecimento de alimentação, atendimento médico odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sobre o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.

No entanto este documento de 2007 não apresenta de forma detalhada como os anteriores os serviços disponibilizados, citando as seguintes informações ao explicar as ações voltadas ao estudante: Os gastos por aluno/ano corresponderam a R\$ 7.306,58 (Sete mil trezentos e seis reais e cinquenta e oito centavos). O que demonstra o custo mensal de R\$ 608,88 (seiscentos e oito reais e oitenta e oito centavos) por aluno.

O programa bolsista em linhas gerais tinha como objetivo selecionar estudantes de acordo com o perfil socioeconômico e/ou habilidade técnica exigidos pelos setores de lotação do Campus Boa Vista do IFRR, tal programa visava cumprir dupla função, pois ao tempo que garantia uma bolsa de 50% do salário mínimo ao discente colocando-o diante de situação de preparação para o trabalho, fortalecia por outro lado o setor administrativo com sua presença, como possuidor de conhecimentos nas áreas de informática, secretariado, eletrotécnica dentre outros.

O Relatório de Gestão 2008 do CEFET-RR destaca que esta instituição tem como Missão o ensino público, gratuito e de excelência, faz parte de sua responsabilidade possibilitar educação com qualidade a todo cidadão. Entretanto, para garantir a execução de sua missão institucional, [procurou-se] elaborar indicadores de demanda e de níveis de ensino.

E continua ao afirmar que complementarmente outras ações existem para garantir a qualidade do ensino ministrado. Através do programa de Assistência ao Educando da Educação Profissional são desenvolvidas ações que tiveram por finalidade manter o aluno na escola, auxiliando na prevenção a evasão, reprovação e desistência escolar: há o pagamento de bolsas de auxílio a estudantes, atendimento médico e odontológico, serviço social com psicólogo e assistente social, distribuição gratuita de fardamento, material didático e medicamentos de emergência.

Seguindo a mesma sistemática de apresentação de dados do documento anterior, mas agora com informações mais pontuais, o Relatório de Gestão 2008 destaca que a Assistência Estudantil quanto ao Atendimento Médico e Odontológico, Assistência Social e Psicológica,

o CEFET/RR disponibiliza estes serviços com suporte dos seguintes profissionais: três Médicos, dois odontólogos, um assistente social, um psicólogo e um auxiliar de Enfermagem integrante de seu quadro de servidores.

E continua explicando a garantia da assistência ao estudante ao citar que a Coordenadoria de Serviço Social vem atendendo aos discentes nos seus aspectos psicossociais e econômicos, buscando favorecer um aprendizado de forma integral, promovendo atendimento e sessões de orientação individual e/ou grupal, buscando minimizar os problemas que afetam a vida dos estudantes. o Serviço Social desenvolve outras atividades preventivas no âmbito escolar em parceria com diversos setores bem como visitas domiciliar objetivando estabelecer o perfil de nossa clientela e através do serviço social, que podemos ter o perfil socioeconômico, do discente.

Como benefício explicitado no Relatório de Gestão 2008 encontrou-se a Bolsa Auxílio: que oportuniza ao aluno com condição sócio econômico de baixa renda, receber o valor mensal de cinquenta por cento do salário mínimo, incentivando a permanência do aluno no CEFET/RR, aprofundando a participação na vida acadêmica, complementando sua formação, reduzindo a evasão escolar e estimulando o desenvolvimento de novas práticas e experiências relacionadas a sua área de formação treinando-os em serviço com atividade supervisionada, complementando sua formação para o mundo do trabalho. Neste exercício (2008) foram contemplados 108 alunos.

Ainda no Relatório de Gestão 2008, chama atenção a no campo da pesquisa com bolsa destinada aos estudantes, pois demonstra que a preocupação com formulação de política de iniciação a pesquisa para alunos de graduação é decisiva para estimular pesquisadores (docentes) a envolverem seus alunos de graduação nas atividades científicas.

Expõe ainda que a pesquisa científica proporciona ao aluno bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como o desenvolvimento do pensar cientificamente, contribuindo para a formação de recursos humanos para a pesquisa.

Conclui o documento informando que com o Programa Institucional Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica para alunos do Ensino Técnico e da Graduação – PIBICT 2008, esta Instituição ampliou o numero de bolsas que eram de 15 no exercício de 2007 para 30 no exercício de 2008 e possibilitou que os professores-orientadores também ingressassem. Neste programa, o valor da bolsa individual de incentivo para cada um dos 30 estudantes foi de R\$207,50.

Quanto ao Relatório de Gestão 2009 foi possível constatar que a Assistência ao Estudante direcionou esforços ao incentivo da pesquisa discente onde foram contemplados 30 alunos com bolsa do PIBICT, sendo 20 do Campus Boa Vista e 10 do Campus Novo Paraíso, o documento explica que a bolsa de iniciação científica para alunos tem por finalidade promover a formação complementar do futuro profissional através da prática da investigação científica.

Em outra ação, agora com a descentralização de créditos pela SETEC beneficiou-se 226 alunos do Campus Novo Paraíso com auxílio alimentação, cujo objetivo é garantir o bom desenvolvimento do processo de aprendizagem do discente, permitindo a sua permanência na escola durante todo o dia com o repasse dos recursos financeiros para que os mesmos cubram os gastos com sua alimentação, em especial o almoço no restaurante do Campus Novo Paraíso, sem prejuízo para seus orçamentos familiares.

Uma terceira ação dentro da Assistência Estudantil mantida pelo IFRR em 2009 foi a bolsa-auxílio, que com recursos próprios beneficiou 102 alunos com o valor mensal de cinquenta por cento do salário mínimo, tal auxílio garantiu ao estudante carente os recursos necessários ao seu deslocamento para a escola, além de propiciar-lhe também, recursos para ajudar a custear os demais gastos necessários à sua permanência na escola.

De modo mais enxuto o Relatório de Gestão 2010, seguindo a nova sistemática de orientação do TCU, apresentou a Ação 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional: destinou-se a atacar a evasão acadêmica por parte de estudantes em situação de vulnerabilidade social, assegurando não somente bem estar aos beneficiários, mas estimulando a participação e afirmação dos alunos em atividades nas respectivas áreas de formação.

O aludido Relatório de Gestão 2010 especificou que os benefícios concedidos foram distribuídos nas seguintes modalidades: a) bolsa de assistência ao estudante, b) bolsa de incentivo a pesquisa-PIBICT, c) bolsa extensão, d) seguro de vida, e) bolsa de assistência ao EJA, f) contratação de empresa para transporte de alunos. A meta física foi informada de forma equivocada, tendo em vista que esta ação tem por objetivo atender àqueles estudantes com riscos de não permanecerem na instituição, e não todos os estudantes matriculados. Considera-se, assim, que o número de alunos atendidos ocorreu de acordo com a realidade escolar de cada Campus.

Neste momento surge uma nova forma de participação do IFRR na concessão do benefício auxílio transporte, pois até então os municípios circunvizinhos (Caracaráí, São João

da Baliza, Entre Rios, Caroebe, Rorainópolis), sob o amparo do Governo do Estado de Roraima, que possuíam alunos matriculados no Campus Novo Paraíso eram responsáveis por disponibilizar ônibus que realizavam o itinerário Município-Campus Novo Paraíso-Município os jovens estudantes naquela unidade. No entanto esta prática passou a ficar instável, e para que não ocorresse uma evasão em massa, a Reitoria realizou por meio do setor competente licitação para tornar estável a garantia de transporte escolar aos estudantes, lançando mão do crédito disponibilizado pela ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL encaminhado pela SETEC/MEC de forma descentralizada.

2.7 Programas de Assistência Estudantil no Campus Novo Paraíso

Ao abordar este tema será necessário fazer uma breve contextualização do *campus* Novo Paraíso, destacando sua localização geográfica, sua inserção no espaço da comunidade do Município de Caracaraí, de modo a oferecer um panorama sócio-econômico que justifica e explicita a existência dessa unidade agrícola do IFRR.

Pode-se observar que na parte introdutória dos planos de Curso do Campus Novo Paraíso, existe um relato sobre a mantenedora desta unidade que é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima como originário da extinta Escola Técnica que foi implantada, informalmente, em outubro de 1986, iniciando suas atividades em 1987, e continua com as informações já citadas no início do item anterior denominado “Panorama da Assistência Estudantil no IFRR”

O *campus* Novo Paraíso foi a primeira unidade essencialmente agrícola do IFRR, localiza-se no Município de Caracaraí (RR), as margens da BR nº 174 (interliga Boa Vista-RR a Manaus-AM), km 512, s/nº.

Em 11 de novembro de 2007 foi inaugurada pelo Ministro da Educação Fernando Haddad a unidade UNED Novo Paraíso vinculada ao CEFET/RR.

Com o advento da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, surge nova institucionalidade para a UNED Novo Paraíso passando a se denominar *Campus* Novo Paraíso.

O campus Novo Paraíso oferta prioritariamente vagas para cursos do eixo tecnológico de recursos naturais, tendo já implantado os cursos: Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio na modalidade PROEJA e Técnico em Agricultura, em regime de alternância.

Em 2012.2 o campus Novo Paraíso tinha o seguinte quantitativo de estudantes matriculados, conforme dados coletados junto à coordenação de Registro Escolar – CORES, daquela unidade:

Quadro nº 5: Dados de quantidade de alunos do Campus Novo Paraíso 2012.2

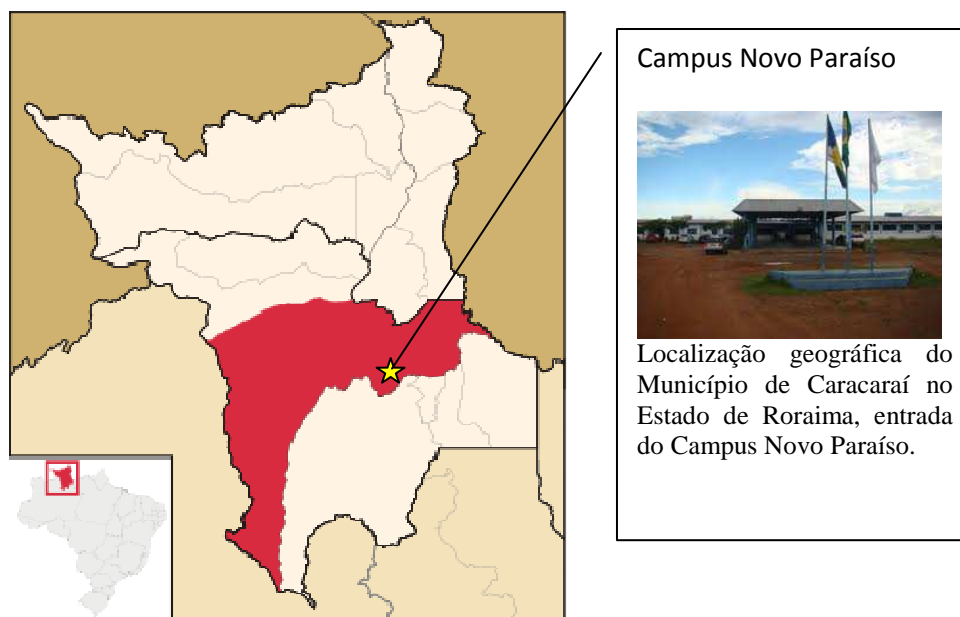
Ord.	Curso	Estudantes
1	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ens. Médio	170
2	Técnico em Agricultura Integrado ao Ens. Médio	36
3	Técnico Subsequente em Agropecuária em Regime de Alternância	58

4	Técnico Subsequente em Agricultura	56
	TOTAL	320

Fonte: Coordenação de Registro Escolar – CORES /Ano 2012

Quanto a localização geográfica do campus Novo Paraíso, como também a caracterização do entorno sócio-econômico, foi realizada pesquisa junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, onde consta o ano de 2010 como informação mais recente, e neste contexto o município de Caracaraí aparece com uma população de 18.384 habitantes sendo o maior município do Estado de Roraima, está localizado na região centro-sul do Estado atravessando-o de leste a oeste. A área do município de Caracaraí é pouco maior do que os estados brasileiros do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo. Também é maior que a Suíça, Holanda, Dinamarca, Estônia ou Butão, possuindo 47.411 km².

Figura nº 4: Mapa do estado de Roraima com destaque (vermelho) município de Caracaraí.



Fonte: Site da Wikipedia disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Caracara %C3%AD](http://pt.wikipedia.org/wiki/Caracara%C3%AD) acesso em 12/09/2012

Outras informações importantes que melhor caracterizam a economia do município de Caracaraí constam no Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – PDLIS (com atualizações feitas na base de dados do IBGE para o ano de 2010 para esta pesquisa), onde o município de Caracaraí apresenta atividades voltadas para o cultivo de alimentos de subsistência (arroz, feijão, milho, mandioca) e pescado. O extrativismo vegetal madeireiro alimenta duas serrarias e duas marcenarias de pequeno porte; o não madeireiro supre o

artesanato rural, em franca expansão; as atividades agrícolas, desprovidas de mecanização, reduzem a velocidade do desmatamento; apenas 25% da superfície espacial do município não se encontra protegida por instrumentos legais. O extrativismo animal encontra na ictiofauna ornamental um dos principais vetores econômicos da região Sul do município, ocupado por um contingente populacional da ordem de 1.800 habitantes, ou 12,64% da população total.

Ainda segundo o referido PDLIS, existe no Município o hábito de cultivar hortas e pomares, aplicando tecnologias elementares. A produção é destinada às feiras semanais realizadas na sede do Município. As hortaliças predominantes são tomate, alface, couve e pimentão. Nos pomares, as principais frutas são citros, coqueiros, goiaba e graviola.

O PDLIS informa que há um grande potencial para a pecuária em geral, com ênfase à bovinocultura de corte e leite e a suinocultura, potencial este determinado, sobretudo, por experiências e tradições já estabelecidas. O gado bovino abastece todo o Município de Caracará e o seu excedente é vendido para a capital e outros municípios. O sistema criatório é o extensivo, porém, alguns criadores fazem subdivisões de pastagens para melhor aproveitamento.

Percebe-se na leitura do Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável que o Município de Caracará é um importante produtor de pescado do Estado. Há um significativo grupo de pescadores atuantes. A colônia de pescadores possui uma associação que procura dar condições tanto financeiras quanto estruturais para o melhor desempenho de seus membros.

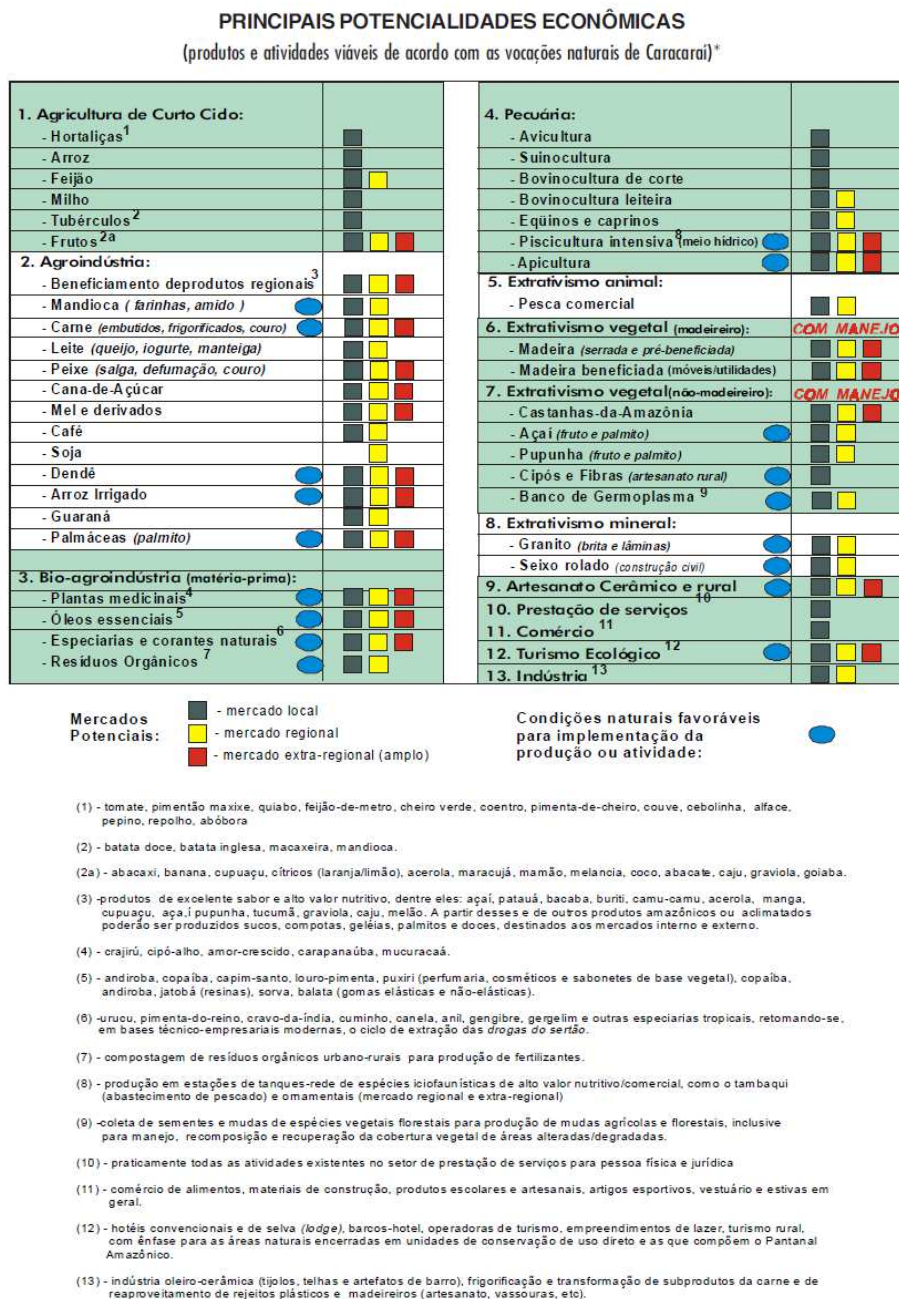
E continua ao comentar o setor terciário ao citar que as empresas de comércio e de prestação de serviços são inúmeras e diversificadas, abrangendo os ramos de abastecimento (atacado e varejo), alimentação, lazer e transportes. Por conta da existência de um invejável capital natural, a partir de 1999 consolidou-se a convicção que o Ecoturismo representava um dos mais eficazes instrumentos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Investimentos públicos e privados foram carreados para o setor, no sentido de inserir Caracará no contexto ecoturístico da Amazônia. Agregado ao turismo vem sendo fomentado o artesanato, desde janeiro/2001, em parceria com SEBRAE/RR.

Ainda conforme o PDLIS, encontrava-se em fase de projeto, no ano de 2004, a implantação de agroindústria para beneficiamento de açaí (frutos e palmito) utilizando a estrutura ociosa da Central de Abastecimento de Novo Paraíso. Abundantes no Sul do Estado, as palmáceas factíveis de aproveitamento comercial serão extraídas sob planos de manejo.

Ocorre que em visita feita em 2012, cumprindo estágio profissional do Mestrado, percebeu-se que a referida Central de abastecimento continua ociosa.

O quadro nº 6, a seguir, foi extraído do PDLIS de Caracará e expõe de forma resumida as suas potencialidades:

Quadro nº 6 Principais potencialidade econômicas de Caracará



Fonte PDLIS – Potencialidades econômicas de Caracará, 2004

Após esta caracterização do entorno do campus Novo Paraíso passa-se agora a pormenorizar a assistência estudantil ofertada nesta unidade agrícola do IFRR.

O campus Novo Paraíso possui os programas de assistência nas seguintes áreas: transporte e alimentação.

Quanto ao transporte escolar, houve ao longo dos anos de implantação do Campus Novo Paraíso (2007 a 2009) esforços do IFRR junto ao governo do Estado de Roraima em garantir sob a forma de convênios o acesso dos estudantes do sul do estado ao campus.

Consta no Relatório de Gestão 2007 que em razão do funcionamento da UNED Novo Paraíso, o CEFETRR possuía convênios com as prefeituras dos seguintes municípios: Rorainópolis, São Luiz do Anauá e São João do Baliza. Através desses convênios as prefeituras se comprometiam com o transporte diário dos alunos de seus municípios para a UNED e também arcavam com as despesas de almoço. Essa parceria possibilitou que a UNED funcionasse atendendo aos alunos em regime integral de dois turnos de aulas diários de segunda a sexta feira.

No entanto, alunos de outras localidades que não eram amparados por convênios via prefeitura de sua região receberam o Bolsa Auxílio: que de acordo com o relatório de gestão do referido período dava oportunidade para que o aluno com condição sócio econômico de baixa renda, recebesse o valor mensal de cinquenta por cento do salário mínimo, o que contribuía para que o mesmo pudesse arcar com as despesas necessárias à sua permanência na escola, tais como: aquisição de material didático, vale transporte, auxílio alimentação, entre outros.

Percebe-se, portanto, que em 2007 houve o início da preocupação em garantir a assistência ao estudante sob a forma de parcerias ou convênios, uma vez que a matriz orçamentária daquele ano não comportava este crédito para tal finalidade.

Ainda caracterizando a assistência ao estudante no campus Novo Paraíso com enfoque na sua trajetória histórica, consta no Relatório de Gestão 2009 que nesse ano ocorreu a Descentralização de créditos pela SETEC, beneficiando 226 alunos do campus Novo Paraíso, permitindo a sua permanência na escola durante dois turnos (manhã e tarde) com o repasse dos recursos sob forma de bolsa para que os mesmos cobrissem os gastos com sua alimentação, em especial o almoço no restaurante da escola, sem prejuízo para seus orçamentos familiares.

Conforme dados disponibilizados nos Relatórios de Gestão de 2007 e 2009 do IFRR, PDI/2009, documentos oficiais do Campus Novo Paraíso, e informações obtidas mediante questionamentos ao Diretor Geral daquela unidade e à coordenadora da Coordenação de Assistência ao Estudante como também matérias divulgadas pela Coordenação de

Comunicação Social, ficou evidenciado que desde o início de seu funcionamento, em 15 de agosto de 2007, o Campus Novo Paraíso disponibilizava transporte escolar e alimentação por meio de uma parceria entre a instituição e as prefeituras dos municípios do sul do Estado de Roraima.

Percebe-se nesta pesquisa sobre o atendimento ao estudante no quesito transporte escolar uma preocupação intermitente, pois como os municípios não conseguiam arcar com a garantia deste serviço em 2010 o transporte escolar passou a ser oferecido pelo Governo do Estado por meio de um convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação, sendo assim executado até abril de 2011.

No entanto a partir de maio de 2011, o Campus Novo Paraíso/IFRR teve que assumir o transporte escolar, ação possível graças ao recurso da assistência estudantil. Segundo o Diretor de Administração e Planejamento Deybe José Viriato dos Santos, em nota expedida à CCS, o Campus Novo Paraíso realizou licitação para contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços de transporte escolar de alunos. "A necessidade desta contratação é propiciar ao Campus condições ao pronto atendimento da necessidade do deslocamento de alunos residentes nos municípios São João da Baliza, São Luís do Anauá, Rorainópolis e as Vilas: Petrolina, Moderna, Novo Paraíso, Martins Pereira e Nova Colina".

Os recursos destinados para atender estas despesas são oriundos do programa assistência ao aluno do Campus Novo Paraíso que tem como objetivo principal a permanência do aluno na instituição.

Foto nº: 2: Estudantes do Campus Novo Paraíso no fim da aula dirigindo-se aos ônibus.



Fonte: Coordenação de Comunicação Social do Campus Novo Paraíso.

Logo abaixo consta o quadro extraído do pregão eletrônico realizado pelo IFRR para atender aos estudantes daquela região com transporte escolar, o objetivo de trazer esta informação é para melhor caracterizar tanto os valores pecuniários destinados a esta assistência, quanto fomentar a discussão sobre o custo benefício de garantir a educação a jovens e adultos residentes em vicinais (pequenas estradas que dão acesso a lotes rurais), ou seja, quanto vale a garantia do direito a educação, portanto, constatou-se que o valor estimado nesta licitação foi de R\$ 1.141.365,16; importante destacar que o valor expresso consta disponível no processo nº 23230.000001/2012-98.

Quanto à assistência na área de alimentação, o estudante do Campus Novo Paraíso recebe um auxílio no valor de R\$: 200,00 (duzentos reais) para custear somente o almoço, que é praticado ao preço de R\$ 8,00 (oito reais), sem contar a bebida (suco, água mineral, refrigerante).

Importante destacar o fato de que o estudante deve abrir uma conta no Banco do Brasil para receber o valor do auxílio alimentação, sacá-lo e pagar o valor das refeições feitas no restaurante do campus.

2.8 Programas de Assistência Estudantil no Campus Amajari

De modo similar ao item anterior será feita uma breve contextualização da inserção social do Campus Amajari para que se possa melhor compreender o porquê da existência desta unidade, que é a mais setentrional do Brasil.

No plano do curso técnico em Agricultura do *campus* Amajari, percebe-se que esta unidade tem oferta prioritária de ações educacionais relacionadas ao eixo tecnológico de recursos naturais, compreendendo, em especial, as tecnologias pertinentes à produção vegetal e animal. Contudo, estenderá o atendimento em outras áreas profissionais como educação, saúde, turismo e informática, sobretudo a partir de atividades de extensão.

O município de Amajari foi criado pela Lei Estadual nº 097, de 17 de outubro de 1995 e está localizado na região norte do Estado. A sede municipal dista 154 km de Boa Vista, pelas rodovias BR-174 e RR-203. Está localizado na região norte do estado de Roraima, na Vila Brasil, sede do município de Amajari com uma área de 28.472 km², conta com uma população de 9.327 habitantes, conforme dados do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O campus Amajari iniciou seus trabalhos de implantação no começo do ano de 2010, porém a autorização para funcionamento desta unidade ocorreu mais tarde com a publicação da Portaria 1.366 de 06 de dezembro de 2010. Como já havia feito um planejamento prévio, ofertou neste mesmo ano o curso técnico subsequente em agricultura para 65 alunos, uma vez que ainda não possuía estrutura física, funcionou provisoriamente na Escola Estadual Ovídio Dias, em três salas, sendo 01(uma) de aula e 02(duas) administrativas, localizado na Vila Brasil que é a sede do Município do Amajari, este espaço foi cedido pela Secretaria estadual de Educação em razão de convênio firmado pelo IFRR junto a esta secretaria.

Em 2012 o campus Amajari foi inaugurado, situado à Vicinal que dá acesso a Balsa de Aparecida, Km3, Município de Amajari-Vila Brasil, dispõe de uma área total de 257 ha, possui uma edificação moderna que comporta um bloco para a área administrativa com dois pisos e dois blocos para ensino, pesquisa e extensão com oito salas de aula, três laboratórios e biblioteca; possui ainda um refeitório, alojamentos feminino e masculino com coordenação e um espaço de convivência, em forma de tapiri.

Foto nº 3: Frente do Campus Amajari



O Campus Amajari no segundo semestre de 2012 ofertava os seguintes cursos: Curso Técnico em Agricultura Concomitante ao Ensino Médio Turma 40103 com 41 discentes, Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio Turma 40104: 27 discentes. Turma 40105: 24 discentes. Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio em Regime de Alternância, Turma 40106: 32 discentes. Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio em Regime de Alternância, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA Turma 40107: 20 discentes. Totalizando 144 discentes.

No quadro demonstrativo abaixo é possível constatar a demanda social que poderá ser atendida pelo campus Amajari oriunda do Ensino Fundamental e Médio da rede Estadual.

Quadro nº 8: Matrícula inicial nas comunidades indígenas por nível município de Amajari –2004 a 2006

Nível	ANO		
	2004	2005	2006
Educação Infantil	58	86	80
Ensino Fundamental	835	836	817
Ensino Médio	109	122	94
Ensino EJA	197	222	170
Total de Alunos	1.199	1.266	1.161
Nº de Professores	84	111	*
Nº de Salas de Aula	50	*	*
Nº de Escolas	23	21	34

Fonte: Informações Socioeconômicas do Município de Amajari-RR, disponível em <http://www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/dados_municipios/Amajari.pdf>. Acesso em 10/08/2012.

No tocante ao atendimento de jovens provenientes de comunidades indígenas, há um número considerado de povos indígenas de 03 (três) etnias mais recorrentes, tais como: Macuxi, Wapixana e Yanomami, conforme publicado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima–SEPLAN-RR em seu documento Informações Socioeconômicas do Município do Amajari demonstrado no quadro a seguir:

Quadro nº 9: Composição étnica no município do Amajari

Terra Indígena	Grupo Indígena	Município	Superf. (Ha)	Situação	Ato Legal	População Indígena
Ananás	Macuxi	Amajari	1.769	Registrada	DH 86920-6.02.82	28
Anaro	Wapixana	Amajari	30.000	Em Estudo	-	55
Aningal	Macuxi	Amajari	7.627	Registrada	DH 86920-6.02.82	153
Araçá	Macuxi / Wapixana	Amajari	50.018	Registrada	DH 86934 - 17.02.82	1.025
Cajueiro	Macuxi	Amajari	4.304	Registrada	DH 86932 - 17.02.82	46
Ouro	Macuxi	Amajari	13.573	Registrada	DH 86931 - 17.02.82	169
Ponta Da Serra	Macuxi	Amajari	15.597	Registrada	DH 86935 - 17.02.82	176
Santa Inês	Macuxi	Amajari	29.698	Registrada	DH 86922 - 16.02.82	177
Yanomami*	Yanomami	Iracema/Amajari/Caracarai/Mucajai/Alto Alegre	5.792.669	Registrada	DH S/Nº 25.05.92	8.403
Participação em relação ao total de terras do Município →				58,71%		

DH. Decreto Homologatório.

Fonte: Informações Socioeconômicas do Município de Amajari–RR, disponível em <http://www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/dados_municipios/Amajari.pdf>. Acesso em 12/08/2012.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia divulgados em seu site oficial sobre a população no município do Amajari por situação de domicílio e sexo em 2010, a saber:

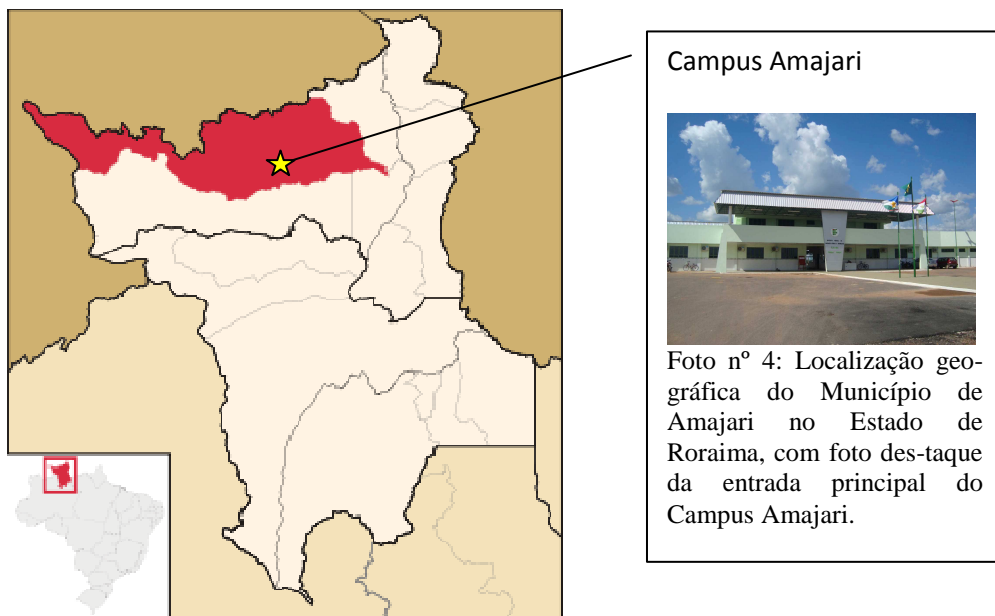
Quadro nº10: População no município Amajari por situação de domicílio e sexo 2010

Ano	Urbana			Rural			Total
	Homem	Mulher	Subtotal	Homem	Mulher	Subtotal	
2010	631	588	1219	4361	3747	8108	9327

Fonte: Informações sinopse do censo 2010 Município de Amajari–RR, disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 06/09/2012.

O município de Amajari tem como limites: ao norte e oeste a República da Venezuela; ao sul os municípios de Alto Alegre e Boa Vista; a leste o município de Pacaraima.

Figura: 5 Mapa do estado de Roraima com destaque (vermelho) município de Amajari.



Fonte: Wikipedia disponível em wikipedia.org/wiki/Amajari. Acesso em 12/09/2012

Percebe-se que a localização do Campus Amajari facilita o acesso de estudantes que são filhos de pequenos produtores de áreas de assentamentos rurais, e outros de etnia indígena, e por último os filhos de fazendeiros e jovens da área urbana da sede do município. Há uma predominância da agropecuária, identificando-se ainda produções voltadas à agricultura familiar.

Conforme dados apresentados pela SEPLAN-RR, a população residente neste município tanto em 2000 quanto em 2007 concentrava-se na zona rural (84,91% em 2000 e 84,72% em 2007).

De modo a oferecer um panorama sobre as Atividades Econômicas do Município do Amajari foi consultado o Plano de Desenvolvimento Local e Integrado – PDLIS (2001-2004) deste município que destacou como atividades econômicas as seguintes: Os principais produtos agrícolas comercializados são o milho, arroz, feijão, mandioca, laranja, abacaxi e banana. Entre os grãos, a cultura do arroz detém o primeiro lugar em produtividade. A mandioca, em termos relativos, apresenta o segundo maior nível de produtividade das culturas agrícolas, perdendo apenas para a laranja. A pecuária bovina é a atividade autônoma de maior peso na economia do Município. A produção abastece Amajari e o excedente é exportado para

a capital e outras cidades do Estado. Uma das limitações para o desenvolvimento da atividade pecuária empresarial é o baixo nível de capitalização dos pecuaristas.

E continua ao informar que na sede do Município há uma associação de pecuaristas, três associações de produtores rurais na área de colonização do Trairão e outra na área do Pau-Barú. Os estabelecimentos comerciais e de serviços formalmente constituídos, são os seguintes: 1(um) posto de gasolina e derivados de petróleo, 2 (dois) restaurantes, 1(um) bar, mercearia, restaurante. Em termos de indústria, de caráter formal, inexistente em Amajari.

Quadro nº11: Atividades Econômicas do Município do Amajari

1. Agricultura de Curto Gdo:					
- Hortaliças ¹		■	■		
- Arroz		■	■		
- Feijão		■	■		
- Milho		■	■		
- Tubérculos ²		■	■		
- Frutas ^{3a}		■	■		
2. Agroindústria:					
- Beneficiamento de frutas regionais ³	●	■	■	■	■
- Mandioca (<i>farinhas, amido</i>)		■	■		
- Carne (<i>embaladas, frígidas, couro</i>)	●	■	■		
- Leite (<i>queijo, iogurte, manteiga</i>)	●	■	■		
- Peixe (<i>salga, defumação, couro</i>)		■	■		
- Cana-de-açúcar	●	■	■	■	■
- Café	●	■	■	■	■
- Soja		■	■		
- Dendê	●	■	■	■	■
- Arroz irrigado	●	■	■	■	■
- Guaraná	●	■	■	■	■
3. Bio-agroindústria: (matéria-prima):					
- Plantas medicinais ⁴	●	■	■	■	■
- Óleos essenciais ⁵	●	■	■	■	■
- Especiarias e corantes naturais ⁶	●	■	■	■	■
4. Pecuária:					
- Avicultura		■	■		
- Suinocultura		■	■		
- Bovinocultura de corte		■	■		
- Bovinocultura leiteira		■	■		
- Equinos e caprinos		■	■		
5. Extrativismo animal:					
- Pesca comercial					
- Piscicultura	●	■	■	■	■
- Apicultura		■	■		
6. Extrativismo vegetal (c/manejo):					
- Madeira (<i>serrada e pré-beneficiada</i>)		■	■	■	■
- Madeira beneficiada (<i>móveis e utilidades</i>)		■	■	■	■
- Castanhas-da-Amazônia					
- Produção de mudas agrícolas e florestais					
7. Extrativismo mineral	●				■
8. Prestação de Serviços⁷		■			
9. Turismo Ecológico⁸	●	■	■	■	■
10. Comércio⁹		■			
11. Artesanato	●	■	■	■	■
12. Indústria¹⁰	●	■	■		

Mercados Potenciais:
 ■ - mercado local
 ■ - mercado regional
 ■ - mercado extra-regional (amplo)

Condições naturais favoráveis para implementação da produção ou atividade: ●

Fonte: PDLIS 2001-2004.

- (1) - tomate, pimentão, maxixe, quiabo, feijão-de-metro, cheiro verde, coentro, pimenta-da-cheiro, couve, cebolinha, alface, pepino, repolho, abóbora.
- (2) - batata doce, batata inglesa, macaxeira, mandioca.
- (2a) - abacaxi, banana, cupuaçu, cítricos (laranja, limão), acerola, maracujá, melão, melancia, coco, abacate, caju, graviola, goiaba.
- (3) - frutas amazônicas de excelente sabor e alto valor como alimento, dentre elas: açaí, patê, bacaba, buriti, camu-camu, acerola, manga, cupuaçu, pupunha, tucumã, graviola, caju, melão. A partir dessas e de outras frutas amazônicas ou aclimatadas poderão ser produzidos sucos, compotas, geléias e doces, destinados aos mercados interno e externo.
- (4) - crajinã, cipó-alho, amor-crescido, carapanaúba, mucuracá.
- (5) - andiroba, copaiba, capim-santo, louro-pimenta, puxiri, para perfumes, sabonetes e cosméticos de base vegetal, resinas (copaiba, andiroba, jatobá) e gomas elásticas e não-elásticas (sorva).
- (6) - urucu, pimenta-do-reino, cravo-da-índia, cominho, canela, anil, gengibre, gergelim e outras especiarias tropicais, retomando-se, em bases técnico-empresariais modernas, o ciclo de extração das *drogas do sertão*.
- (7) - praticamente todas as atividades existentes no setor de prestação de serviços para pessoas física e jurídica.
- (8) - hotéis convencionais e de selva (*lodge*), operadoras de turismo, empreendimentos de lazer, turismo rural.
- (9) - comércio de alimentos, material de construção, produtos escolares, artigos esportivos e estívia em geral.
- (10) - frionificação e transformação de subprodutos da carne.

(Fonte PDLIS – Potencialidades Econômicas do Amajari) Indicadores Sociais do Município do Amajari-RR.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido e calculado pelo Programa das Nações Unidas e Desenvolvimento (PNUD) e idealizado para comparar o nível de desenvolvimento humano dos países.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) originou-se do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A metodologia de cálculo do IDH-M envolve a transformação de três dimensões que são: 1) Educação, 2) Longevidade e 3) Renda; em índices que variam entre 0 (zero) PIOR e 1 (um) MELHOR e a combinação destes índices em um indicador síntese.

Outro ponto importante é que os municípios com IDH-M até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; enquanto que os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; por fim os municípios com IDH-M maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

A Divisão de Estudos e Pesquisas da SEPLAN-RR especifica que os índices característicos, que compõem o IDH-M, são calculados em cada uma das três dimensões analisadas: IDHM-E para Educação; IDHM-L para Longevidade e IDHM-R para Renda. A dimensão Educação é composta pela taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade e pela taxa bruta de frequência à escola. A dimensão Longevidade é dada pelo indicador esperança de vida ao nascer. A dimensão Renda é dada pela renda municipal per capita.

O quadro abaixo foi extraído do documento Informações Socioeconômicas do Município de Amajari-RR e apresenta os índices acima mencionados com base o ano de 2000, para melhor caracterizar o perfil socioeconômico da população deste município.

Quadro nº12: Índice de Desenvolvimento Humano no Município de Amajari em 2000

Município	IDH-M 2000	Índice de Esperança de Vida IDH-L	Índice de Educação IDH-E	Índice de PIB IDH - R	Ranking Nacional
BRASIL	0,766	0,727	0,849	0,723	-
RORAIMA	0,746	0,691	0,865	0,682	13º
Alto Alegre	0,662	0,651	0,831	0,503	3.580º
Amajari	0,654	0,724	0,707	0,530	3.705º
Boa Vista	0,779	0,702	0,910	0,725	1.100º
Bonfim	0,655	0,651	0,785	0,527	3.697º
Cantá	0,659	0,651	0,761	0,566	3.610º
Caracarái	0,702	0,698	0,789	0,619	2.958º
Caroebe	0,661	0,582	0,805	0,595	3.595º
Iracema	0,713	0,698	0,821	0,619	2.762º
Mucajai	0,727	0,753	0,795	0,631	2.497º
Normandia	0,600	0,582	0,747	0,472	4.654º
Pacaraima	0,718	0,698	0,849	0,607	2.665º
Rorainópolis	0,676	0,669	0,766	0,593	3.356º
S. J. Baliza	0,729	0,724	0,853	0,609	2.462º
São Luiz	0,704	0,662	0,842	0,609	2.923º
Uiramutã	0,542	0,582	0,621	0,423	5.364º

Fonte: Informações Socioeconômicas do Município de Amajari-RR, disponível em <http://www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/dados_municipios/Amajari.pdf>. Acesso em 12/09/2012.

Tais valores, sob forma de índice, servem de referência para balizar a importância do trabalho que está sendo desenvolvido pelo *Campus Amajari*, pois no ranking nacional o município ocupa a posição de número 3.705 (três mil setecentos e cinco), o que traduz o volume de ações que devem ser planejados por esta unidade para contribuir ao desenvolvimento local.

Como preparativo a implantação do campus Amajari, foram realizadas três audiências públicas no município de Amajari, sendo uma na sede do município, uma na comunidade indígena Três Corações e uma no assentamento da localidade Trairão.

A diversidade cultural do estado é intensificada em Amajari pela convivência entre os diferentes saberes e tradições indígenas, de fazendeiros e de pequenos produtores rurais, regra geral, migrantes de outros estados do país.

Segundo informação constante no plano de curso técnico em Agricultura do Campus Amajari, foi realizado levantamento de dados que evidenciam a existência de grupos diferentes, com demandas específicas: populações oriundas de Projetos de Assentamentos Rurais que atuam na área da agricultura familiar, apresentando produções reconhecidas de culturas anuais, olericultura e fruticultura, alguns produtos fruto do extrativismo, como o açaí, o cupuaçu e o buriti, tendo ainda a ocorrência de criação de animais de grande, médio e pequeno porte, sendo estas atividades mais voltadas à subsistência.

O plano de curso destacou que há ainda áreas do município ocupadas por fazendas destinadas à produção animal, notadamente a bovinocultura de corte, embora se encontrem produtos da agroindústria, derivados do leite; para este segmento, existe uma enorme demanda de formação profissional para o manejo de gado.

Relevante constatação é apontada no aludido plano de curso ao explicitar que o mapeamento da matrícula inicial da rede pública de ensino no município do Amajari, conforme os dados do Censo Escolar de 2011, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), há 671 matrículas nas séries finais do ensino fundamental. Estes dados demonstram a existência de um público para a formação profissional integrada ao Ensino Médio, numa projeção a curto e médio prazo, conclui o documento.

Outro dado que chama atenção é nas informações socioeconômicas do município de Amajari é que no ano de 2006 o número de matrículas iniciais nas comunidades indígenas no nível infantil totaliza 80, sendo no ensino fundamental 817, ensino médio 94 e EJA (Educação de Jovens e Adultos) 170 matrículas. Assim perfaz um total de alunos matriculados nas

Comunidades Indígenas de 1.199 em 2004, 1.266 em 2005 e 1.161 em 2006, 1.300 em 2007, 1.382 em 2008 e 1.200 em 2009.

Há, portanto um público específico que merece uma atenção do Campus Amajari, justamente pela sua inserção social nesta comunidade.

Apresentadas as devidas características mais relevantes sobre a população do município de Amajari, passa-se agora a expor a Assistência Estudantil praticada no *Campus Amajari*.

Há nesta unidade federal de ensino, oferta de auxílios aos estudantes que caracterizam a Assistência Estudantil, tais como: programa auxílio alimentação, auxílio transporte, kit fardamento escolar (kit campo), bolsa de pesquisa – PIBICT, e bolsa Extensão, porém a ênfase à permanência do estudante concentra-se nos dois primeiros.

Foto nº 5: Estudantes do curso técnico em agricultura integrado ao Ens. Médio



O auxílio alimentação concedido em 2012, conforme edital nº 01/2012, consiste no repasse financeiro aos estudantes de todos os níveis e modalidades de ensino ofertado pelo Campus Amajari, voltado para aqueles que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e minimizar a evasão escolar. a avaliação socioeconômica realizada pelo Serviço Social que está inserido na Coordenação de Assistência ao Estudante – CAES, a esta Coordenação cabe a responsabilidade de planejar, coordenar, executar e divulgar o resultado do processo seletivo para ingresso no Programa, bem como todas as informações a ele pertinentes.

O quadro abaixo caracteriza e especifica a concessão do auxílio aos estudantes do campus Amajari.

Quadro nº 13: Valor do auxílio alimentação dos estudantes do Campus Amajari.

AUXÍLIO	TURMA	MODALIDADE	BENEFÍCIOS
Auxílio Alimentação	Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio	Assistência financeira mensal concedida para auxiliar no custeio de despesas com alimentação.	O estudante bolsista receberá, durante 08 (oito) meses (maio a dezembro), a assistência financeira no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensal.
Auxílio Alimentação	Curso Técnico em Agricultura Subsequente ao Ensino Médio	Assistência financeira mensal concedida para auxiliar no custeio de despesas com alimentação.	O estudante bolsista receberá, durante 02 (dois) meses (maio a junho), a assistência financeira no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensal.

Fonte: Edital Nº 001/2012 que estabelece normas para seleção de candidatos às vagas do programa de assistência estudantil: auxílio alimentação 2012.1, oferecidas pelo instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Roraima para o campus Amajari.

Para receber o auxílio alimentação o estudante participa de um processo de seleção composto de duas etapas, conforme exposto no documento editalício: A primeira etapa consiste na apresentação de documentos para a comprovação da situação socioeconômica; e a segunda etapa A segunda etapa que consiste na entrevista de avaliação socioeconômica realizada pela Assistente Social com horário marcado e divulgado que possui como critérios os seguintes itens: Renda familiar per capita de até 1 e ½ (meio) Salário Mínimo; Condições de trabalho e/ou ocupação do(s) responsável(is) financeiro(a, os/as) mantedor(a/es) da família (tipo de vínculo empregatício, salário, outros); Escolaridade dos pais; Condições de moradia (casa própria, alugada ou cedida, energia elétrica, saneamento básico, número de cômodos, número de residentes, outros); Despesas mensais com água, luz, telefone, moradia, financiamento, faculdade e outros cursos.

O edital especifica que por renda familiar per capita considera-se: a soma dos rendimentos brutos obtidos mensalmente pelos membros da família, composta por salários, proventos, pensões, pensões alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio e de eventuais pessoas jurídicas, rendimento oriundo da produção agrícola e agropecuária, dividida pelo número de pessoas que compõem o grupo familiar.

Sobre a permanência no programa de auxílio alimentação constatou-se que a validade para 2012 é de 08 (oito) meses para as turmas do Curso Técnico em Agricultura Integrado ao

Ensino Médio e de 02 (meses) meses para a Turma do Curso Técnico em Agricultura Subsequente ao Ensino Médio (em razão da forma de execução deste curso). Sendo que a renovação carece de participação em novo processo seletivo.

Ainda segundo informações contidas no edital 01/2012, poderá ocorrer o cancelamento da bolsa do Programa Auxílio Alimentação nas seguintes situações: conclusão do curso; desempenho acadêmico insuficiente (após análise realizada pela equipe pedagógica); trancamento de matrícula; desistência da bolsa ou do curso; abandono do curso; práticas de atos não condizentes com o ambiente escolar/acadêmico, nos termos da disciplina própria da instituição, garantida a ampla defesa e o contraditório

Quanto ao programa Auxílio Transporte, o Campus Amajari, garante por meio de licitação a contratação de pessoa jurídica para efetivar este benefício.

A licitação em 2012 para contratação do transporte escolar para esta região chegou ao patamar de R\$ 159.126,00; para um total de 144 estudantes que se encontra o valor de R\$ 1.105,04 *per capita*. O que garante o transporte durante o período letivo de março a dezembro.

3. METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa foi Exploratória com estudo de caso, desenvolvida em 2012 feita por meio de 02 (duas) etapas, sendo a primeira QUANTITATIVA utilizou-se procedimentos estruturados e instrumentos formais para coleta de informações: questionário, testes, entrevistas e levantamento bibliográfico. A segunda será uma abordagem QUALITATIVA, que requer abertura, flexibilidade e utiliza entrevistas semiestruturadas, observação e depoimentos (DYNIEWICZ, 2009).

3.1 Etapas e coleta de dados

Deste modo esta pesquisa foi desenvolvida em 03 (três) fases, sendo:

A Fase 1: (Revisão de literatura) O estudo desta problemática será feito por meio de pesquisa bibliográfica alicerçado em um raciocínio lógico, que (...) também auxilia o pesquisador, na captação de fontes de ideias para investigações (orientando-o) em relação ao que já é conhecido (ECHER, 2001). Definida ainda como sendo de fontes secundárias, abrange, o estudo de bibliografia já tornada pública em relação ao tema, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa, monografias e teses (...) (LAKATOS, 2009), desse modo a intenção é garantir ao pesquisador uma visão sobre o que já foi pesquisado por renomados autores acerca do tema escolhido, garantindo-lhe melhor discernimento nas inferências e afirmações a serem feitas no seu trabalho.

Para Dank (1989 apud SAMPIERI; COLLADO; LUCIO), há três tipos básicos de fontes de informação para realizar a revisão de literatura: a) fontes primárias, b) fontes secundárias e fontes terciárias. As primárias estabelecem um vínculo mais efetivo com o objeto de estudo, como livros, monografias e teses; já as secundárias derivam de um estudo anterior, diria, filtram informações acerca daquilo que já foi discutido em determinada área do conhecimento, e por último as terciárias que se reportam a documentos relativos a títulos de revistas, boletins, congressos e simpósios, são úteis também para detectar fontes não documentais.

Portanto, a revisão de literatura possibilitará ao pesquisador uma melhor fundamentação teórica sob o ponto de vista, educacional, político, econômico e social, contribuindo assim para constatar o lastro de aprofundamento que se encontra o conteúdo exposto, a fim de que a pesquisa encontre respaldo necessário para sua execução.

A Fase 2 será desenvolvida por meio de um ESTUDO DE CASO, ou seja, uma pesquisa que se concentra (na análise) de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente expressivo conforme explicita SEVERINO (2007). Por isso a escolha das unidades agrícolas do IFRR, traduz uma representação em escala menor do universo de várias realidades similares de instituições de ensino que estão surgindo no país em razão do plano de expansão da rede federal de educação profissional.

3.2 População e Amostra

A amostra desta pesquisa foi obtida em dois *campi* agrícolas do IFRR, que são o campus Novo Paraíso e o *campus* Amajari, o primeiro está localizado ao sul e o segundo ao norte do Estado de Roraima.

Para tanto foram alvos deste estudo: o Reitor, os Diretores Gerais dos *campi* já citados, os Diretores de Ensino, os Coordenadores de cursos técnicos em agricultura e buscando atingir 100% de alunos dos curso técnico em Agricultura integrado ao Ensino Médio, Técnico Subsequente em Agricultura e técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, e suas modalidades EJA.

3.3 Instrumentos de coleta de dados utilizados

Para o Reitor do IFRR e aos Diretores Gerais de unidades agrícolas foi realizada uma entrevista, pois como bem assevera DYNIEWICZ (2009) a entrevista tem por finalidade obter informações verbais de uma parcela representativa de uma população (...) auxilia como roteiro, na coleta de dados; e ajudar a motivar o entrevistado. Com isso percebeu-se que no contato com o Reitor e os Diretores Gerais de cada campus, foi possível obter dados que até então a aplicação de questionário não seria suficiente, porque aspectos da gestão poderão surgir durante os diálogos e suscitar pontos importantes da pesquisa.

Aos Diretores de Ensino e Coordenadores de curso foram aplicados questionários fechados; consoante ao que afirma LAKATOS (2009) este instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, (...) apresentou como vantagem a economia de tempo, atinge maior número de pessoas simultaneamente e economiza pessoal.

Para os alunos foi utilizado um questionário misto, buscou-se com este instrumento ao mesmo tempo a obtenção de uma resposta objetiva e um ponto de vista pormenorizado do aluno sobre os benefícios trazidos a sua vida com o auxílio estudantil que recebe do governo,

há um objetivo implícito neste questionário misto que é buscar uma informação qualitativa do processo em curso da utilização do auxílio Assistência Estudantil, ou seja, se é eficaz e/ou eficiente na sua aplicação ao estudante, ou se é dinheiro “jogado fora”.

Torna-se importante destacar que como se trata da análise da utilização de recurso na Assistência Estudantil, ação esta mais administrativa do que pedagógica, a participação de docentes como amostra, será desnecessária no processo investigativo.

Desta forma, esta pesquisa abrangeu coleta de dados com aspectos quanti-qualitativos que segundo SAMPIERI (2006, p. 18) trata-se de um modelo misto, representam um grau de integração e um domínio completo do pesquisador sobre os enfoques – quantitativo e qualitativo. Necessário, portanto, um esquema de pensamento indutivo e dedutivo durante o processo investigativo e de análise dos dados coletados.

Dados estatísticos oficiais colhidos de órgãos como o INEP, o IBGE e o MEC, foram utilizados para se comparar com os dados colhidos de alunos no aspecto sócio-econômico e de vulnerabilidade social, com o fito de comparar a efetividade de atendimento a estudantes que necessitavam deste auxílio de assistência estudantil.

Para gestores a investigação por meio de entrevista e questionário ocorreu em abril de 2012, enquanto que para os alunos a aplicação de questionário deu-se ao final do semestre de 2012, pois, foi neste período que se verificou a eficácia, a eficiência e pertinência do programa de Assistência Estudantil, investigando quais alunos receberam e quais os benefícios à vida escolar dos estudantes, e de sobremaneira qual o percentual de permanência no curso daqueles que receberam o auxílio.

Por fim, na Fase 3, foram consolidados os dados sob forma dissertativa clara e objetiva expondo o ponto de vista de acordo com o que foi investigado com base nos dados colhidos, tornando-os públicos para difundir o conhecimento em especial no meio educacional e, por conseguinte, na sociedade como um todo.

4. RESULTADOS e DISCUSSÕES (Análise crítico-reflexiva dos dados coletados)

Como ponto de partida para análise dos dados coletados nesta pesquisa, foi adotada a seguinte sistemática:

1. A primeira abordagem a ser feita diz respeito aos resultados da aplicação dos questionários aos estudantes dos *campi* Novo Paraíso e Amajari, mediante a exibição de gráfico em formato “pizza”, seguida de uma análise acerca do objeto pesquisado.
2. A segunda abordagem é referente aos dados colhidos via questionário aplicado aos Gestores de cada um dos *campi* Novo Paraíso e Amajari.
3. A terceira abordagem diz respeito aos dados obtidos junto ao Reitor do IFRR.

A pesquisa via questionário objetivo/subjetivo aos estudantes tem por objetivo diagnosticar o discernimento da classe estudantil acerca do programa de assistência que recebem.

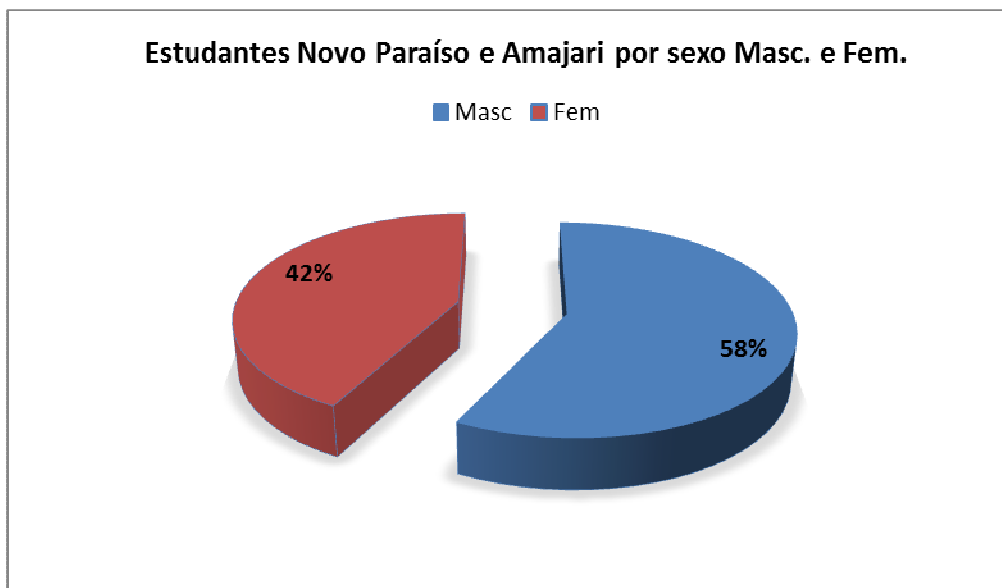
Após estas breves, mas necessárias, explicações tem-se a partir deste ponto o início da análise dos dados coletados dos estudantes via questionário.

4.1 Assistência Estudantil na opinião dos discentes.

4.1.1 Perfil dos estudantes

Os dados colhidos junto aos estudantes quanto a primeira questão: (Sexo: Masculino e Feminino) obteve-se o seguinte resultado:

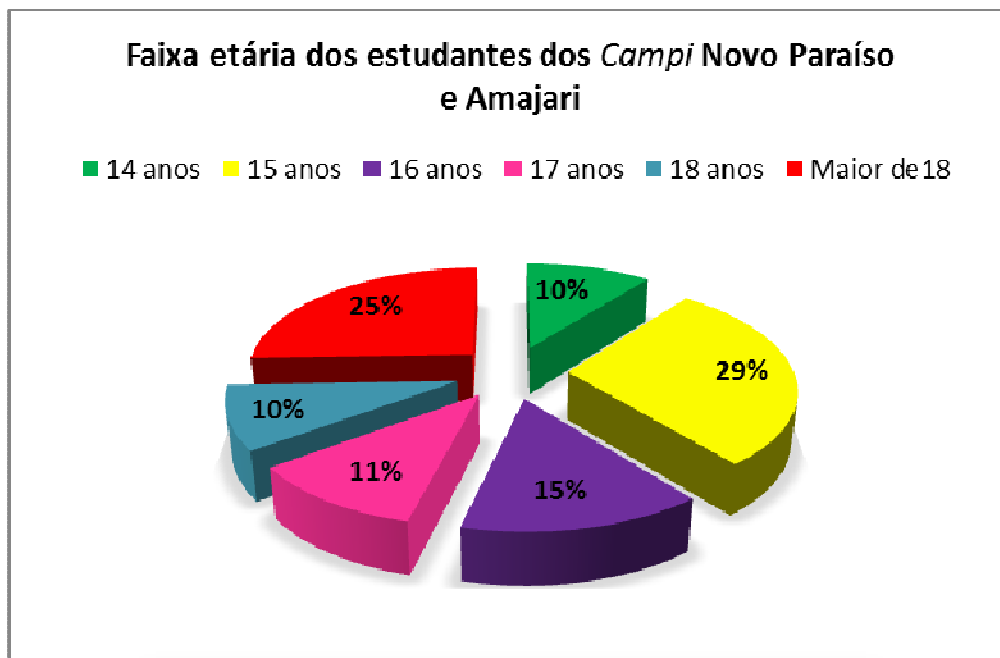
Gráfico nº 01: Estudantes dos Campi Novo Paraíso e Amajari por sexo.



É evidente o predomínio de homens, em mais da metade dos cursos ofertados nas duas unidades investigadas, o que é interessante nesta consolidação de dados é a aproximação da correlação de homens e mulheres na sociedade de cada município com o público estudantil ali matriculado que respondeu ao questionário, ou seja, há uma representação muito próxima da sociedade dentro dos campi agrícolas do IFRR, com base nos dados do IBGE ao extrairmos os percentuais dos valores absolutos no comparativo entre homens e mulheres presentes em cada uma das unidades pesquisadas observou-se que Amajari teve a composição da população em: Homens 53,52% e Mulheres 46,77%; enquanto no município de Caracaraí os percentuais são: Homens 52,89% e Mulheres 47,10%.

Percebeu-se que tanto nos municípios quanto nos *campi* do IFRR há o predomínio dos homens em relação às mulheres, ao mesmo tempo em que esta proporção está representada nestas unidades de ensino agrícola, pode-se dizer que a população de cada município está sendo atendida de forma equitativa em cada *campus*.

Gráfico nº 2: Estudantes por faixa etária dos Campi Novo Paraíso e Amajari



Do total de 219 estudantes entrevistados, constatou-se que quase um terço, ou seja, 29% o que corresponde a 63 (sessenta e três) estudantes estão na faixa etária de 15 anos; no entanto como a pesquisa foi feita em todos os períodos dos cursos de cada unidade, ou seja, abrangeu desde o 1º ano ao 4º ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, e alunos do curso técnico subsequente em agricultura (alternância), admite-se que a faixa etária dos 15 aos 18 anos caracteriza a regularidade de itinerário de formação dentro da normalidade, isso posto, percebe-se que 85% dos estudantes estão na faixa etária adequada para o estudo no curso técnico integrado ao Ensino Médio.

Quanto ao curso de formação técnica escolhido pelo discente foram apresentadas como opções de cursos as alternativas (a) Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio;(b) Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio; (c) Técnico Subsequente em Agropecuária em Regime de Alternância; (d) Técnico Subsequente em Agricultura em Regime de Alternância; (e) Técnico Subsequente em Agricultura; (f) Técnico Subsequente em Agropecuária.

Gráfico nº 03 . Opção de curso



Em razão da inserção das famílias em meio a propriedades rurais voltadas para a criação de gado de corte, o gráfico confirma a forte tendência pela opção ao curso na área de agropecuária.

4.1.2 Percepção sobre a Assistência Estudantil

Nesta questão de resposta simples em sim ou não, objetivou-se constatar a quantidade de estudantes que recebem algum tipo de assistência estudantil.

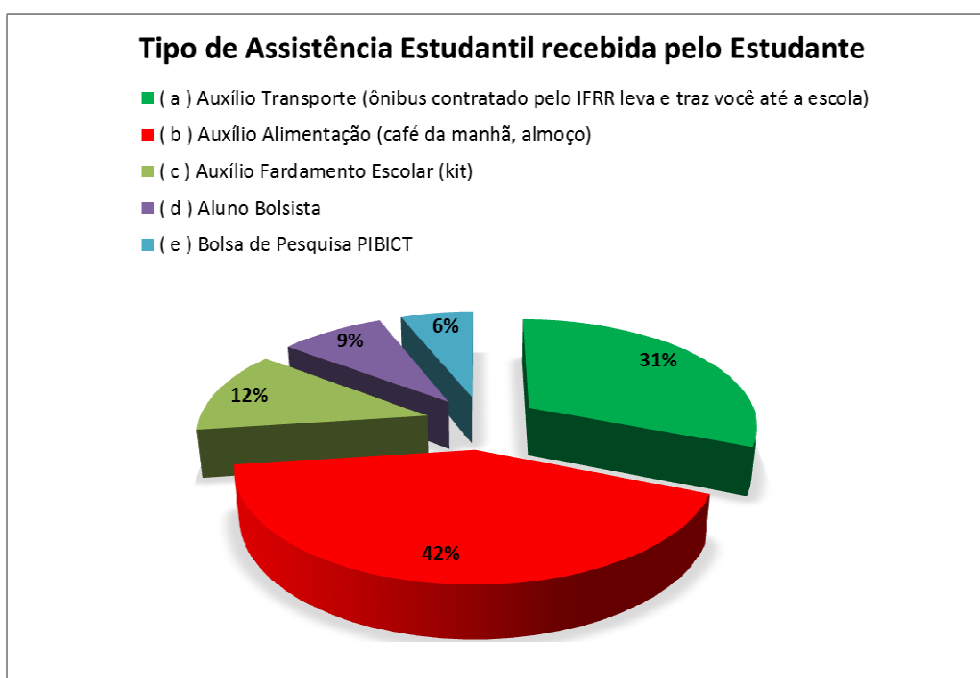
Gráfico nº 04 . Recebe alguma assistência estudantil



Depreende-se de forma clara que quase a totalidade, isto é, cerca de 213 estudantes entrevistados recebem algum tipo de assistência o que corresponde a 97% dos entrevistados. É valido destacar que cerca de 6 (seis) estudantes não responderam se recebem assistência, mas na entrevista com o reitor foi informado que todos os estudantes das unidades agrícolas recebem algum tipo de assistência, portanto percebe-se que alguns estudantes desconhecem que o auxílio transporte, alimentação, etc. refere-se a benefício estudantil.

Questionou-se ao estudante sobre qual tipo de assistência estudantil que recebia do IFRR, com objetivo de mensurar o quantitativo de benefícios que recebiam da instituição.

Gráfico nº 05 . Tipo de Assistência Estudantil recebida pelo Estudante



Percebe-se que 42% respondeu receber auxílio alimentação que corresponde a 194 (cento e noventa e quatro) do total de entrevistados que é de 219 (duzentos e dezenove). Fazendo uma correlação crítica com a entrevista feita com o Reitor, é sabido que todos recebem este auxílio, ou seja, 100% dos estudantes matriculados. No mesmo sentido ocorre com o auxílio transporte, pois apenas 31 % dos entrevistados afirma receber o auxílio, isto é, 143 (cento e quarenta e três), quando na verdade todos recebem.

Por conseguinte, importante constatação pode ser verificada ao tabular as respostas dadas a esta questão, pois a totalidade dos estudantes recebe auxílio alimentação (100%) – conforme informação da própria gestão da instituição – ao cruzar o total de alunos

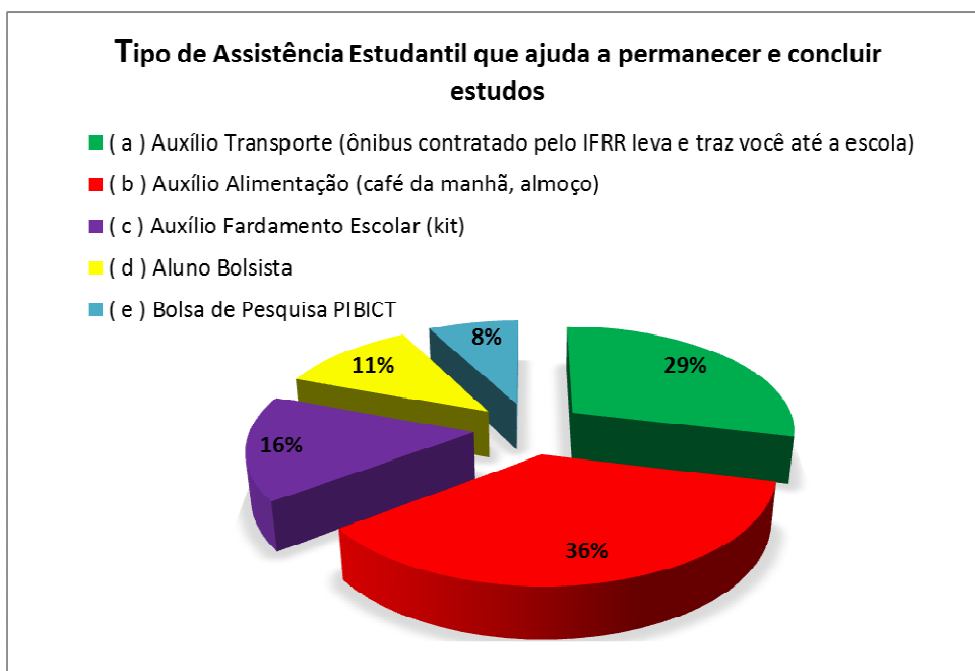
pesquisados com o resultado tabulado, percebeu-se que muitos não entendem que o transporte oferecido é assistência estudantil, por achar que só é assistência quando recebem em espécie.

A situação acima exposta pôde ser comprovada no momento da aplicação do questionário, pois muitos estudantes entendiam que assistência é só quando recebem dinheiro para pagar algo, como é o caso da refeição, e não quando se materializa no bem corpóreo, como é o caso do ônibus (transporte escolar).

Desta questão depreende-se que cerca de 25 (vinte e cinco) estudantes não sabem que assistência estudantil lhes é ofertada por meio da alimentação o que conduz a um público de 11% e no tocante ao transporte escolar o desconhecimento é de 34 %.

A intenção da formulação do quesito abaixo teve por base estabelecer um liame com os objetivos propostos nesta pesquisa, logo, tem o cerne de responder as indagações hipotéticas que concorreram para a propositura desta investigação. Percebe-se, a partir deste ponto em diante, o afunilamento das indagações feitas aos estudantes para preservar o tema Assistência Estudantil.

Gráfico nº 06 . Tipo de Assistência Estudantil que ajuda a permanecer e concluir estudos.



Depreende-se da expressão dos valores demonstrados acima que o Auxílio Alimentação tem um peso maior para os estudantes como condição que ajuda a permanecer e concluir os seus estudos, em segundo lugar vem o auxílio transporte, seguido pelo fardamento escolar, aluno bolsista e por último a pesquisa.

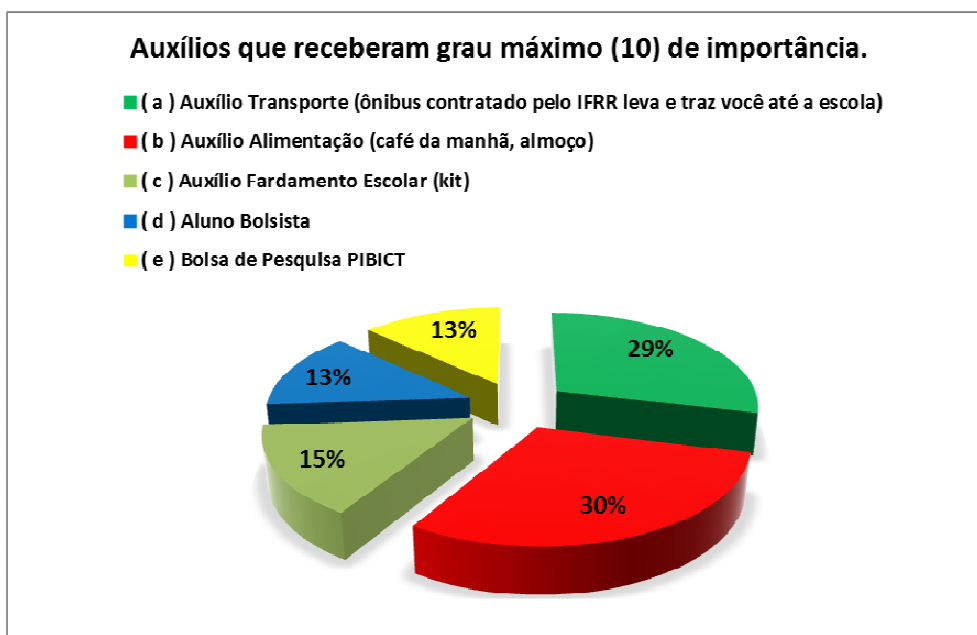
Isto demonstra para o gestor que os estudantes vêm com mais importância a alimentação e o transporte como elementos primordiais que colaboram juntos em 65% como fator determinante a permanência e conclusão dos estudos, logo, em um planejamento institucional a ênfase nestes auxílios deve ter uma preponderância para alocação de créditos.

Nota: Para melhor racionalizar a quantidade de hierarquia dos auxílios entre os valores 1 a 10, optou-se por apresentar o quantitativo de nota máxima (10 muito importante), atribuída a cada um dos auxílios, desprezando-se os valores de menor escala, ou seja, de 1 a 9 atribuídos a estas mesmas assistências estudantis.

Portanto, esta questão foi elaborada com o intuito de validar, sob forma de revalidar, a importância da assistência selecionada na questão anterior (6ª), com o diferencial de se atribuir um grau, ou seja, um peso no momento da escolha.

Sob este prisma, percebe-se que os valores aproximaram-se do que foi respondido pelos estudantes na questão anterior, ou seja, a intenção de revalidar as respostas da 6ª questão confirmou-se, consoante aos valores expressos no gráfico a seguir:

Gráfico nº 07 . Auxílios que receberam grau máximo (10) de importância.

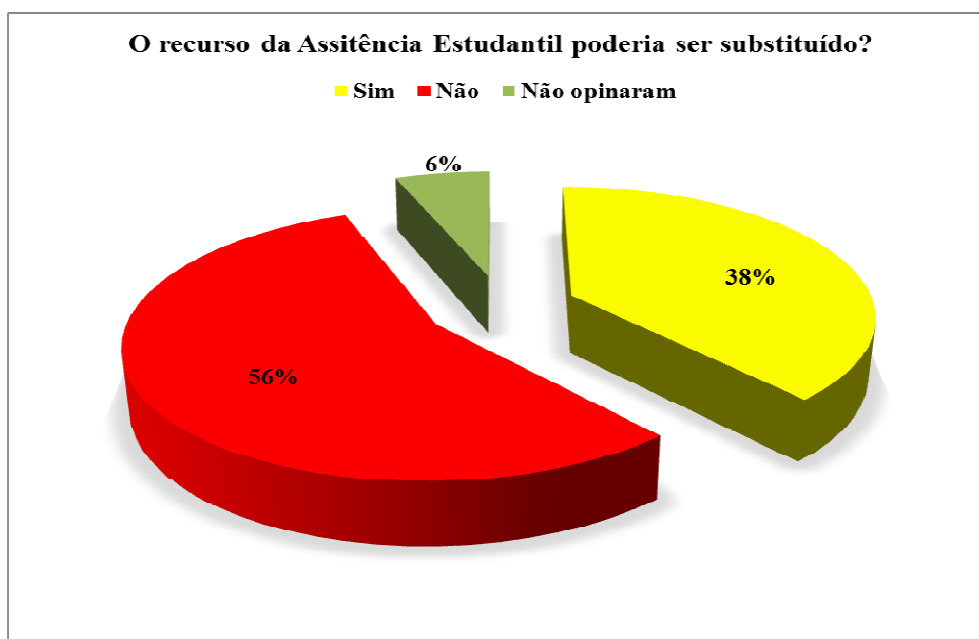


O Auxílio alimentação mais uma vez foi preponderante para o aluno, que o elegeu com o grau 10 de importância em praticamente 1/3 (30%) dentre os elencados como resposta nesta 7ª questão, seguido do auxílio transporte em 29% que também tem uma expressiva importância, comparando-se como os demais; seguido de auxílio fardamento 15%, e empatados a figura dos auxílios bolsista e PIBICT em 13%.

Nota: Para melhor compreensão da análise das respostas atribuídas a esta questão, torna-se necessário transcrevê-la a partir do questionário aplicado. Então tem-se:

Neste item obteve-se como resposta dos estudantes os valores expressos no gráfico abaixo:

Gráfico nº 8: O recurso da Assistência Estudantil poderia ser substituído?



Nesta questão mais da metade, ou seja, 56% dos entrevistados, que corresponde a 122 (cento e vinte e dois) estudantes, disseram que a Assistência Estudantil não poderia ser substituída, ao instante em que foram questionados para responder em breve relato por que tinham escolhido esta opção, disseram que “necessitamos muito”, “ajuda a concluir o curso”, “são muito importantes” e “ajuda bastante”.

Nota: as respostas subjetivas desta questão foram agrupadas nestas opções por manterem a concatenação da ideia em torno destas 4(quatro) frases acima expostas e respectivamente nesta ordem de importância.

Para aqueles que entendem a possibilidade de substituí-la, isto é, os que assinalaram “sim”, corresponde a um grupo de 38 % dos estudantes, ou seja, 84 (oitenta e quatro) – cuja indicação de substituição da assistência poderia ser feita em primeiro lugar por: laboratórios de biologia/química, empatando com a quadra de esporte; ficando em segundo plano a biblioteca e laboratório de informática.

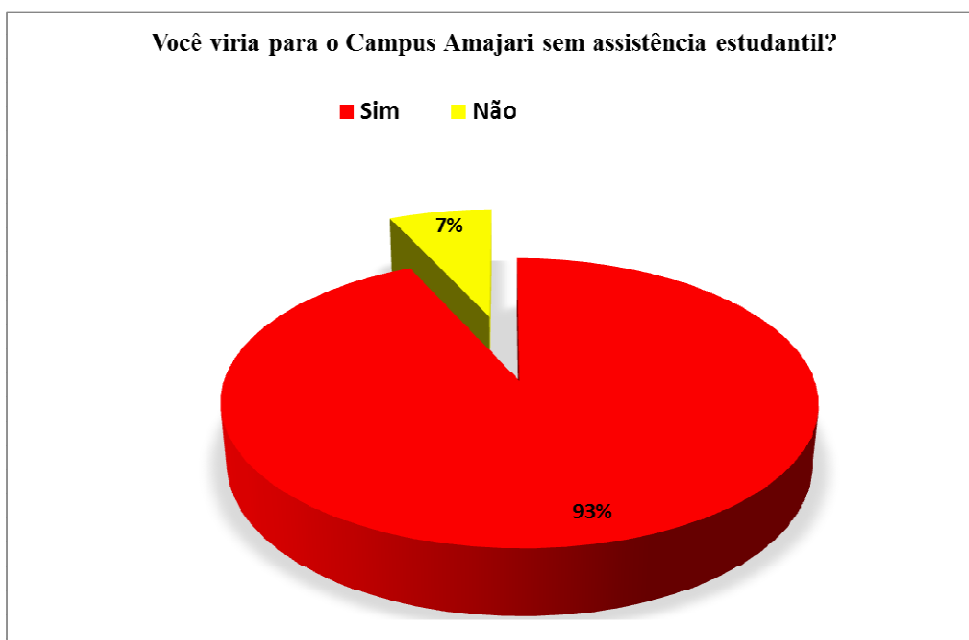
4.1.3 Implicações da Assistência Estudantil.

Nota: Percebeu-se uma particularidade ao analisar as respostas contidas nesta questão relativo a localização geográfica de cada uma das unidades (campus) pesquisadas. E isto pode ser constatado em relação ao fato de que o Campus Amajari está bem próximo a sede do município de Amajari, de forma inversa o Campus Novo Paraíso está distante da sede do município de Caracaráí.

Feita esta consideração será feita uma análise desta questão em separado para o campus Amajari e outra para o Campus Novo Paraíso.

Iniciando pelo Campus Amajari, percebe-se no gráfico abaixo que quase a totalidade dos estudantes submetidos a pesquisa entendem que a ausência da assistência não determinaria a “ida” ou melhor dizendo, não interfere no acesso ao seu campus.

Gráfico nº 9: **Você estudaria no Campus AMAJARI sem Assistência Estudantil?**



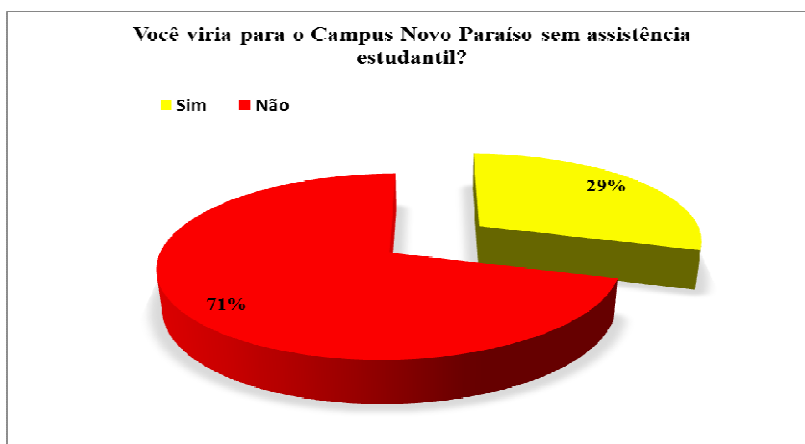
Cerca de 93% confirmaram que estudariam no Campus Amajari sem assistência estudantil, contra 7% que entende não ter condições de ir aquela unidades de ensino.

Esta situação é interessante uma vez que o acesso ao Campus Amajari não é determinado pela ausência da assistência estudantil, representando um importante indicador à gestão daquela unidade quanto a decisão de oferta de determinados auxílios estudantis, como é o caso do transporte.

Quanto ao Campus Novo Paraíso percebeu-se que a dependência da assistência estudantil é maior, porque a distante localização da unidade em relação a área urbana dos

municípios circunvizinhos concorre de modo capital para o acesso aquela unidade de ensino, conforme pode ser confirmado na disposição das informações estatísticas no gráfico abaixo.

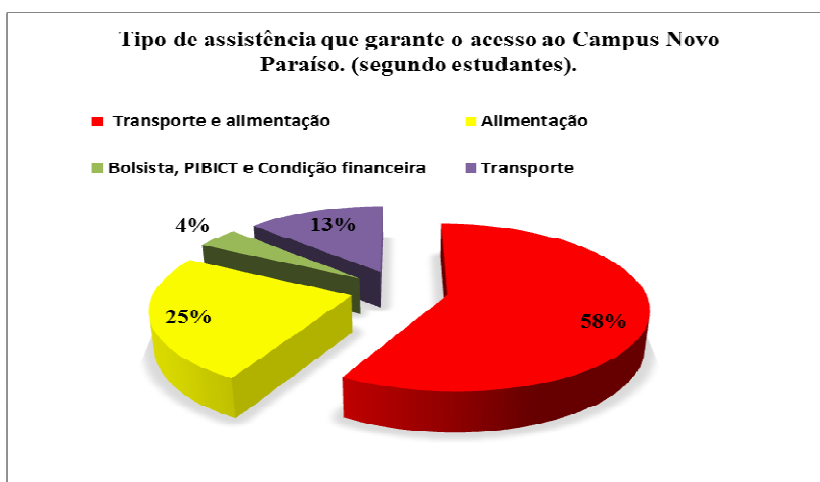
Gráfico nº 10: Você estudaria no Campus Novo Paraíso sem assistência estudantil?



Ante o exposto, no gráfico em questão, percebe-se que 71% dos estudantes submetidos a pesquisa no Campus Novo Paraíso não teriam acesso as dependências da instituição de ensino sem que tivessem a assistência estudantil disponível, do outro lado com 29% há um grupo que dispensa o auxílio disponibilizado pela instituição.

Ainda no Campus Novo Paraíso, foi questionado dentro desta mesma pesquisa, qual o tipo de assistência estudantil é mais necessário para estes estudantes, as respostas foram agrupadas em cinco categorias pelo pesquisador para agrupá-las em razão da finalidade, conforme apontavam os estudantes, é o que pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico nº 11: Tipo de assistência que garante acesso ao campus Novo Paraíso (segundo estudantes)



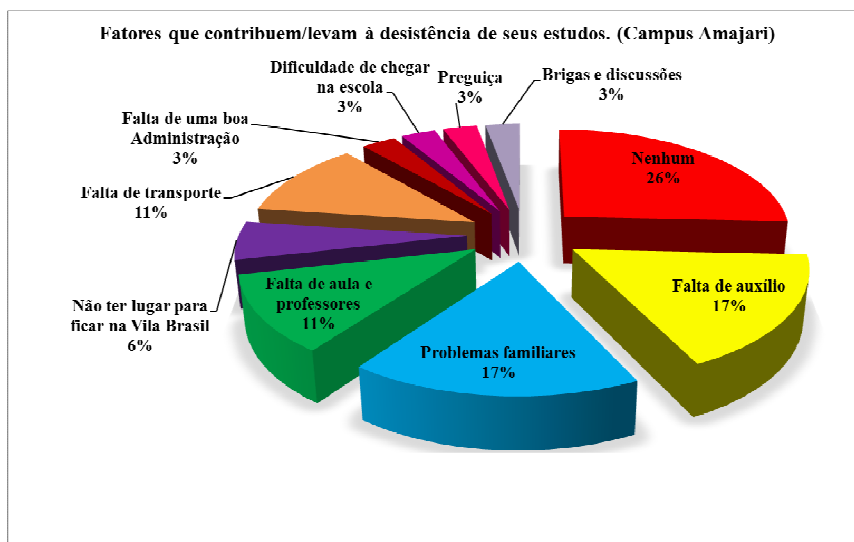
Os estudantes do Campus Novo Paraíso responderam que o transporte e alimentação são importantes para lhes garantir o acesso a unidade de ensino, em segundo, agora isoladamente a alimentação representando 25% da opinião dos entrevistados, e na sequência tem-se no aspecto individualizado o transporte, e por último ser bolsista, participara de programas de pesquisa e condição financeira desfavorecida.

É importante destacar nesta questão que para os estudantes a união do transporte escolar e alimentação é fundamental, porém entre alimentação e transporte, a alimentação ocupa lugar de destaque.

Nota: Esta questão será analisada de modo particular para cada um dos campus pesquisados, pois, torna-se relevante visualizar as informações dos estudantes de acordo com cada realidade de inserção da instituição de ensino.

O objetivo desta questão foi deixar que o próprio estudante informe, de acordo com seu entendimento, qual o fator preponderante para desistência de seus estudos; para que se possa fazer uma comparação de informações com a falta de assistência estudantil.

Gráfico nº 12: Fatores que contribuem/levam à desistência dos estudos pelos alunos do Campus Amajari

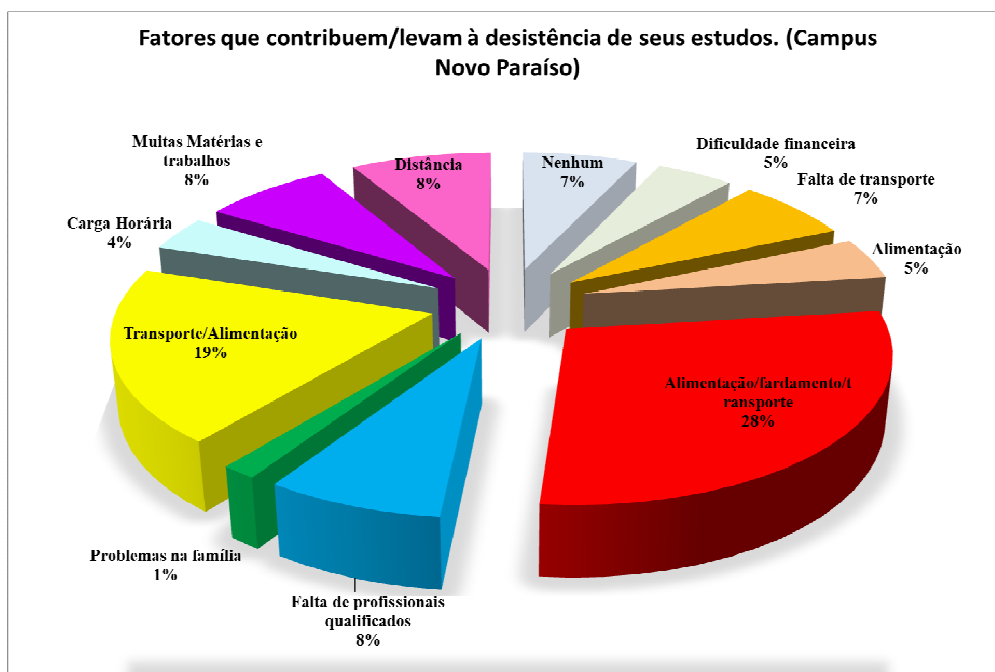


Interessante fato apontado pelos alunos quanto ao que foi questionado, pois quase um terço dos que responderam ao questionaram disseram que não há fator específico que os levem a desistir, ou seja, nenhuma condição aparente os faria desistir; enquanto que 17% apontaram que a falta de auxílio conduz a desistência, da mesma forma outros 17 % indicou

que os problemas familiares influenciam na desistência; 11 % disseram que a falta de transporte escolar concorre para a desistência.

Esta questão foi proposta com o objetivo de fazer com que o estudante do campus Novo Paraíso indicasse (sob seu ponto de vista) quais os fatores são suscetíveis a fazê-lo desistir do curso que está frequentando.

Gráfico nº 13: Fatores que contribuem/levam à desistência dos estudos pelos alunos do Campus Novo Paraíso.



Por representar uma informação importante do estudante no contexto do Campus Novo Paraíso, optou-se em analisar esta questão de maneira particular a esta unidade de ensino agrícola.

Percebeu-se que os estudantes apontaram que a alimentação juntamente com o fardamento e o transporte escolar são importantes, cuja ausência dos mesmos é motivo suficiente para desistência de cerca de 28% dos entrevistados. Enquanto que 19% dos entrevistados o Transporte somado a Alimentação são elementos que ausentes como assistência estudantil os conduziria a uma desistência escolar.

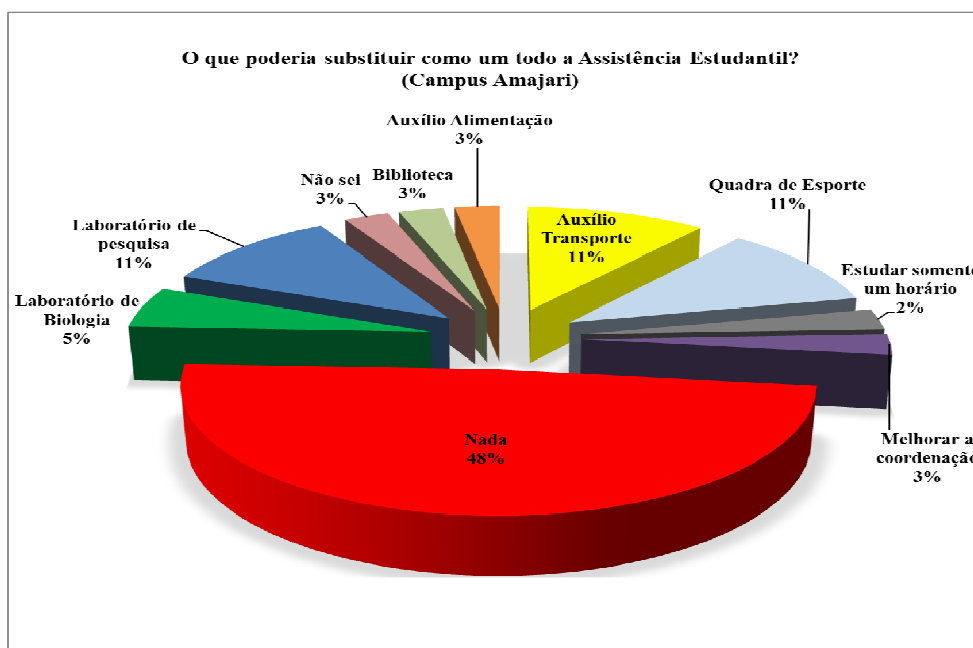
A falta de profissionais qualificados (professores), a distância e muitas matérias e trabalhos foram apontadas por 8% como fatores que os conduziriam a desistir dos estudos.

A falta de transporte ficou com 7% como fator que concorre para a desistência, já outros 7% entendem que não existe causa que os motive a desistir dos estudos.

Dificuldade financeira e falta de alimentação ficaram com 5% cada uma como fator de desistência, segundo ponto de vista dos estudantes no relato feito no questionário.

Nota: De modo similar a análise anterior, procedeu-se uma interpretação dos dados coletados para esta questão de modo individualizado para cada uma das unidades agrícolas investigadas. Iniciando pelo Campus Amajari.

Gráfico nº 14: O que poderia substituir a Assistência Estudantil?



Percebe-se que 48% dos estudantes estão satisfeitos com os benefícios que lhes são garantidos via assistência estudantil, cujo entendimento é que atualmente nada poderia substituir o que a eles está sendo ofertado.

Para 11% o auxílio transporte seria suficiente como benefício para garantir a continuidade dos estudos, de modo similar, outros 11% entendem que Laboratório de pesquisa pode assegurar a continuidade dos estudos, e também um grupo de 11% daqueles que responderam ao questionário entendem que ter uma quadra de esporte (coberta) serviria de estímulo para assegurar a continuidade de seus estudos.

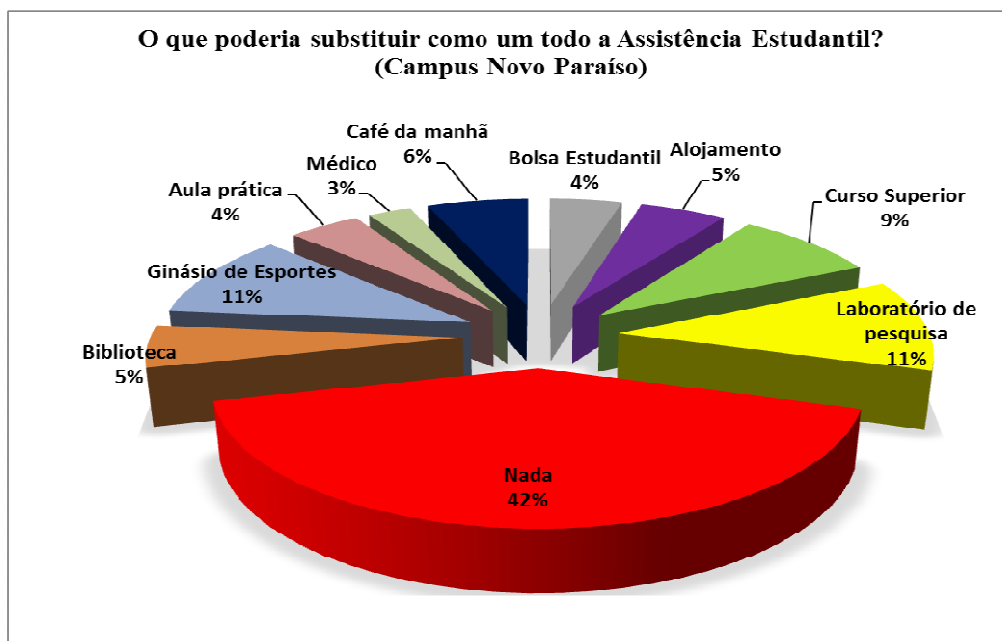
A existência de um laboratório de biologia seria uma condição importante para 5% dos entrevistados, pois serviria de estímulo para continuidade dos seus estudos, sendo capaz de substituir a assistência estudantil.

No mais, 3% indicaram a existência de uma biblioteca mais equipada como estímulo a conclusão dos seus estudos, já para outros 3% o auxílio alimentação por si só garante a

continuidade dos estudos; e 3% não sabem o que pode substituir a assistência estudantil e teria o mesmo grau de importância.

Análise das respostas atribuídas na 11ª questão pelos estudantes do campus Novo Paraíso.

Gráfico nº 15: O que poderia substituir a Assistência Estudantil?



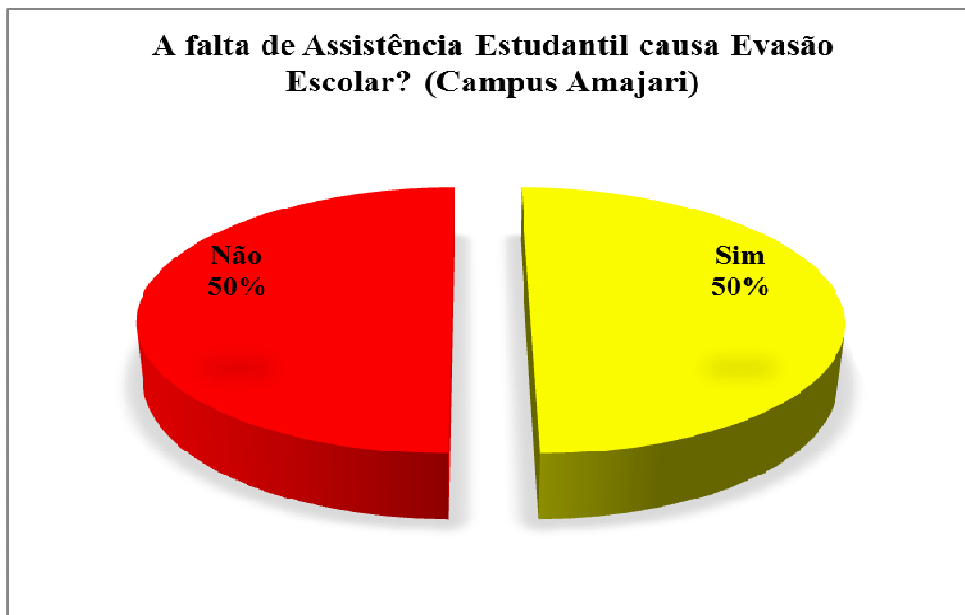
De modo significativo 42% dos estudantes que responderam ao questionário no campus Novo Paraíso entendem que “nada” pode substituir a assistência estudantil.

O valor de 11% foi reiterado pelos estudantes desta mesma unidade de ensino, quanto ao entendimento de que a assistência estudantil poderia ser substituída por laboratório de pesquisa e ginásio de esporte. Já para 9% de estudantes a existência de curso superior torna-se tão importante quanto a garantia de assistência estudantil, enquanto que 6% apontaram a oferta do café da manhã como fator de garantia à sua presença na escola. Para 5% a biblioteca tem o mesmo valor da assistência estudantil.

A oferta de bolsa estudantil e aula prática obtiveram 4% cada uma como fatores que podem vir a substituir a assistência estudantil no campus Novo Paraíso com o mesmo efeito para assegurar a permanência destes estudantes e levá-los à conclusão dos estudos. De outro lado apenas 3% apontaram a garantia de atendimento médico como elemento que se equipara a assistência estudantil.

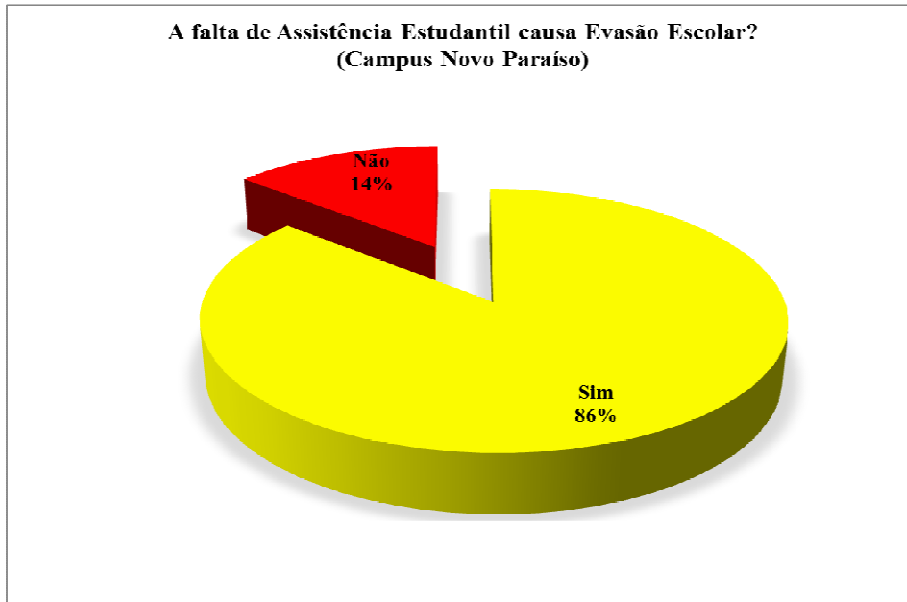
Nota: Esta questão será analisada de modo individualizado para cada um dos campus pesquisados, pois, houve uma diversidade de resposta que não se replicaram nas duas unidades de ensino, e para não perder a característica própria expressa pelas opiniões dos estudantes, optou-se por fazer deste modo a apresentação da tabulação nesta questão.

Gráfico nº 16: **A falta de Assistência Estudantil causa Evasão Escolar?**



Como o Campus Novo Paraíso está situado mais próximo da Vila Brasil que é a sede do Município do Amajari, percebe-se que para 50% dos estudantes a falta de assistência estudantil causaria a Evasão escolar, contra 50% que entendem o contrário, ou seja, a ausência da assistência estudantil não conduz a evasão. No mais, em conversa informal com estes estudantes, foi possível perceber que boa parte deles moram próximo ao campus, enquanto que outros estudantes residem nas comunidades indígenas circunvizinhas, e isto provavelmente reflete este percentual tão simétrico.

Gráfico nº 17: A falta de Assistência Estudantil causa Evasão Escolar?



Pode-se perceber que para os estudantes do campus Novo Paraíso, a falta de assistência estudantil causa evasão escolar, pois, cerca de 86% dos que responderam ao questionário apontaram este fato.

De modo contrário um grupo de 14% entende que a falta de assistência estudantil não conduz a evasão escolar.

Depreende-se com um olhar mais crítico e comparando as duas realidades (CNP e CAM) que a localização geográfica da instituição de ensino é fator determinante para o acesso e permanência do estudante na escola, pois, em conversa informal com os estudantes do campus Novo Paraíso, durante a aplicação deste questionário, os mesmos relataram que sem o transporte escolar não haveria como chegar à instituição para estudar.

4.2 Assistência Estudantil na percepção dos Gestores

Nota1: O coletivo de gestores: Coordenador de Curso, Diretor de Ensino, Diretor Geral de cada campus (Novo Paraíso e Amajari) e Reitor do IFRR foi consolidado e será apresentado nesta análise com a nomenclatura GESTOR. Esta precaução justifica-se em razão da necessidade de não individualizar o entrevistado o que levaria a sua identificação nominal.

Nota 2: O questionário foi constituído por 14 (quatorze) questões, sendo 5 (cinco) objetivas e 9 (nove) subjetivas.

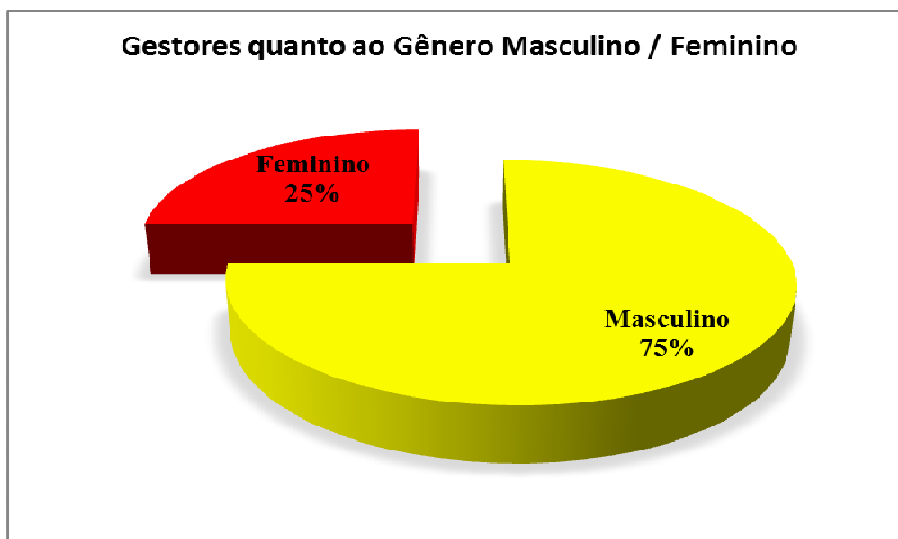
Nota 3: Ao todo 8 gestores responderam ao questionário que consta no anexo desta dissertação.

Nota 4: Nesta análise serão analisadas apenas 6 (seis) questões, que demonstraram maior relevância ao tema proposto nesta pesquisa.

4.2.1 Perfil dos Gestores

Do total de 8 (oito) gestores que responderam ao questionário, 6 (seis) são do sexo masculino e 2 (duas) do sexo feminino.

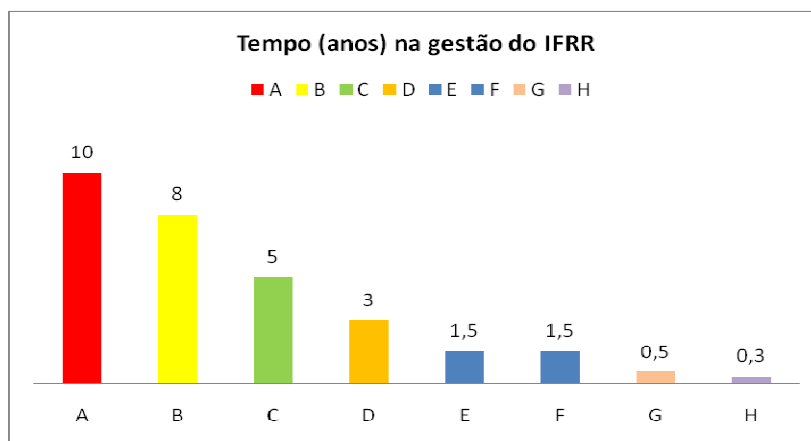
Gráfico 18: Gestores quanto ao Gênero Masculino / Feminino



Nesta questão foi possível perceber que apenas 3 (três) gestores tem 5 (cinco) anos ou mais de experiência em administrar ou coordenar o setor, departamento ou coordenação. Enquanto que a maioria tem menos de 3 (três) anos de experiência como gestor no IFRR. Isto

posto percebe-se que o quadro de gestão entrevistado é em boa parte novo neste quesito de administração. Em termos relativos temos cerca de 37,5 % de gestores com cinco anos ou mais experientes em gestão, enquanto que 62,5 % possui três anos ou menos na área de gestão.

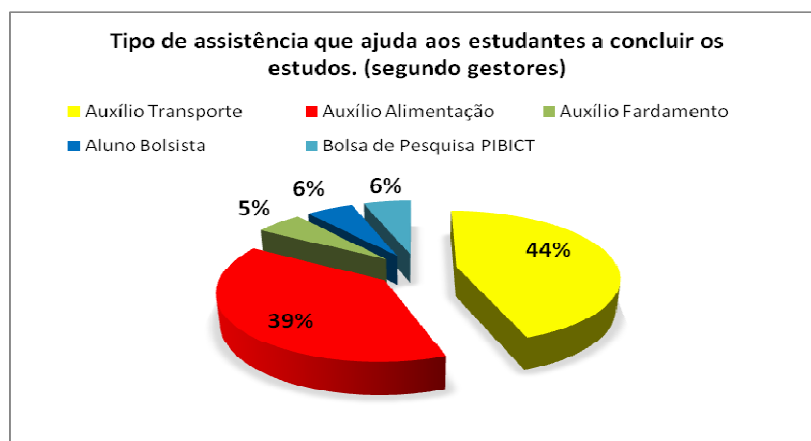
Gráfico 19: Tempo de experiência como Gestor do IFRR



4.2.2 Assistência Estudantil X Permanência no IFRR.

O objetivo da propositura desta indagação junto aos gestores foi para comparar a visão destes acerca de qual o auxílio é mais importante com o resultado das respostas dos estudantes. Neste caso foi possível constatar que tanto para os gestores quanto aos estudantes, os auxílios alimentação e transporte são os mais importantes. Ocorre que enquanto os estudantes apontaram a alimentação em 1º lugar (gráfico nº 06), os gestores indicaram o transporte como sendo o mais importante, conforme expresso no gráfico nº20 a seguir:

Gráfico 20: Tipo de assistência que ajuda aos estudantes a concluir os estudos

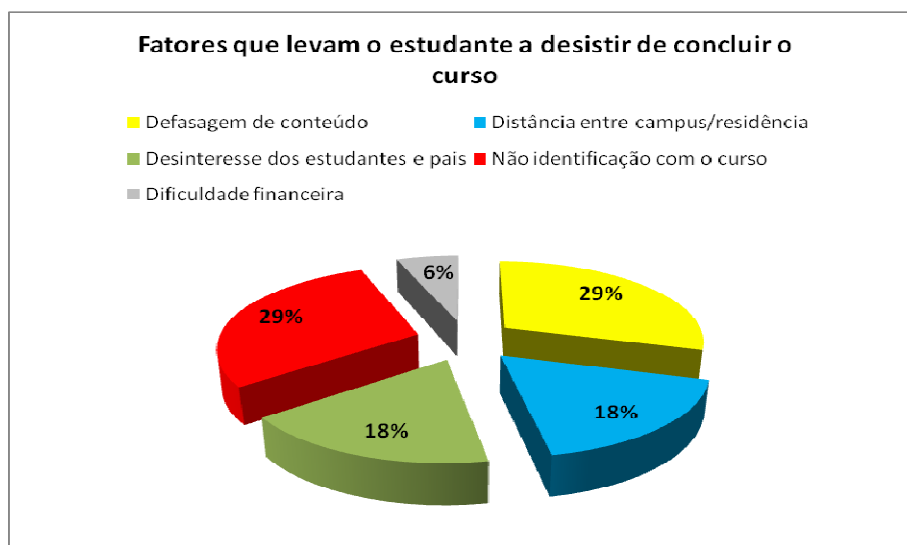


De modo a estabelecer uma correlação com o ponto de vista do estudante, foi proposta esta questão aos gestores com a finalidade de analisar os dois posicionamentos, uma vez que de modo semelhante no questionário dos estudantes também foi formulada uma assertiva seguindo esta estrutura (vide análises expressas nos gráficos de nº 12 e nº 13).

Na análise desta questão foi possível perceber que os gestores apontaram fatores que coincidentemente assemelhou-se entre os dois campi pesquisados, pode-se destacar que “a não identificação do aluno com o curso escolhido” e “defasagem de conhecimento” surgiram em praticamente todas as respostas.

Para melhor expressar esta situação e poder estabelecer um liame com o ponto de vista dos estudantes já expresso na análise da questão 13 do questionário dos estudantes, foi elaborado o gráfico nº 21 a seguir:

Gráfico nº 21 Fatores que levam o estudante a desistir de concluir o curso

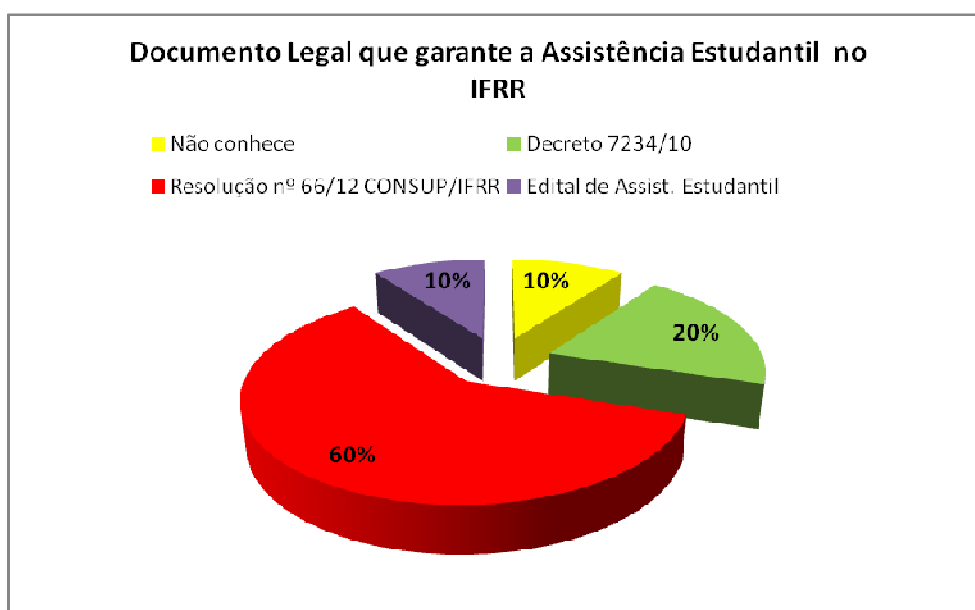


Portanto percebeu-se que ao fazer a comparação deste gráfico com os gráficos 12 e 13, a Distância e o transporte são os fatores mais recorrentes apontados entre gestores e discentes. Apesar de que fatores com maior percentual como é o caso de “defasagem de conteúdo” e “não identificação com o curso” permaneceram apenas no âmbito da gestão, em nenhum momento os estudantes apontaram estes fatores como causa determinante de possíveis desistências de conclusão de curso.

Esta questão proposta aos gestores teve como objetivo único de mensurar o conhecimento ou não sobre documentos institucionais ou leis que regem a Assistência Estudantil no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional.

Por conseguinte o gráfico nº 22 apresentou em termos percentuais uma confirmação, em sua maioria, do entendimento dos gestores no tocante a legalidade de conceder a assistência aos estudantes.

Gráfico nº 22 Documento legal que garante a concessão da Assistência Estudantil no IFRR

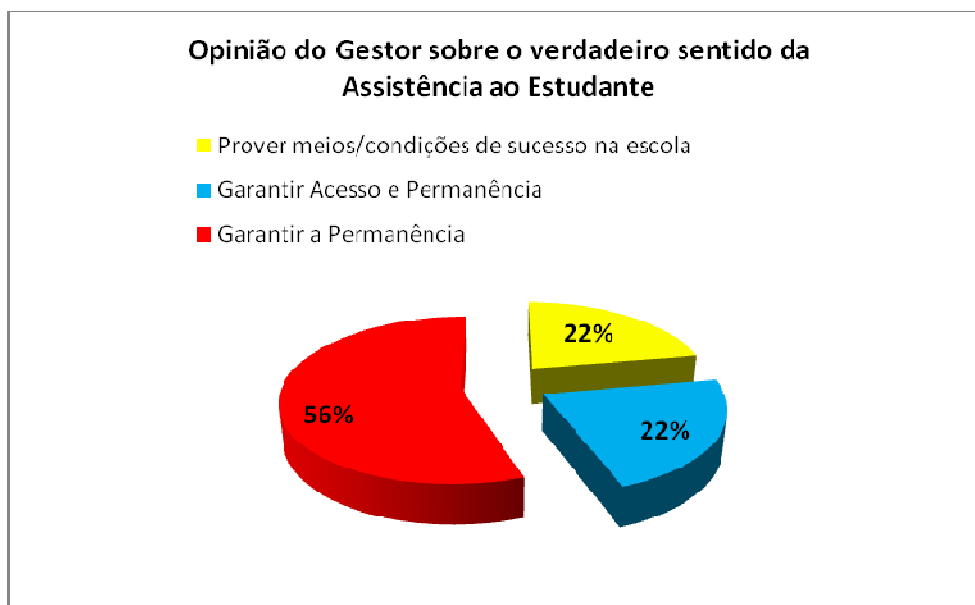


Apesar de parecer uma questão de simples proposição na verdade traz em si um acentuado entendimento ideológico da mera permanência do estudante na Instituição, pois ao conceder o benefício há o conceito de dever cumprido, ou seja, mero procedimento administrativo, sem a devida conscientização da classe estudantil sobre o porquê de lhes ser garantido este ou aquele auxílio, e em cascata a visão ideológica de um assistencialismo se instala no ideário coletivo da comunidade escolar.

Perante a situação expressa no parágrafo anterior, percebe-se no gráfico 23 que a maioria, apontou que garantir a permanência do estudante na escola é o verdadeiro sentido da assistência.

Por outro lado houve uma frequência traduzida em 22% apontada pelos gestores entrevistados, que há necessidade de prover meios/condições de sucesso na escola, e complementaram em sua fala que “pais e alunos utilizam este benefício para saciar seus bens e vontades materiais” que soa mal com o verdadeiro objetivo da assistência.

Gráfico nº 23 Opinião do Gestor sobre o verdadeiro sentido da Assistência ao Estudante



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida no Campus Amajari e Campus Novo Paraíso, unidades agrícolas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, envolvendo um total de 219 (duzentos e dezenove) estudantes e 8 (oito) gestores, exercendo as funções de Reitor, Diretor Geral, Diretor de Ensino, Coordenador de Curso e Coordenador Pedagógico, com o escopo de trazer à tona esta discussão sobre Assistência Estudantil, pois com a entrada em vigor do Decreto nº 7234/2010 (instrumento legal que disciplina esta matéria) suscita dúvidas e inquietações acerca deste tema, tanto para estudantes quanto para gestores.

Por isso, o tema: PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA DO ALUNO NA EDUCAÇÃO AGRÍCOLA PROFISSIONAL DA REDE FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO NO IFRR é um ponto de partida para que se possa repensar a prática que ocorre no IFRR, pois analisando os resultados da aplicação dos questionários e entrevista dirigida, encontrou-se um cenário onde:

1. A assistência estudantil tem um “estigma” de assistencialismo, pois ao observar as respostas dos estudantes nos questionários percebeu-se que há um entendimento em grande maioria que o benefício é um mero “repasso de dinheiro”, pois não vêem o auxílio como uma garantia de execução de preceito constitucional art.2º CF/88 “educação um direito de todos”.
2. Por falta de uma discussão crítica junto aos estudantes para refletir sobre a importância ou não da Assistência Estudantil, percebeu-se que a gestão ao cumprir a sua função administrativa esquece-se de evocar o tema: “o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Art. 206 da CF/88) em um contexto de desigualdades sociais que caracterizam muitas regiões brasileiras.
3. Dentre as respostas aos questionários e diálogo com os estudantes e gestores sobre a efetividade da assistência estudantil, chamou atenção o seguinte dilema: alguns estudantes levam de suas casas “quentinhas”, “marmitas” para a escola como garantia de almoço, não pela falta da refeição no restaurante da instituição, mas para economizar o dinheiro e repassá-lo aos pais. É neste ponto que para os gestores há prejuízo ao restaurante enquanto aos estudantes trata-se de uma

garantia de renda em casa para comprar certos gêneros alimentícios do dia a dia. Cabe aqui uma reflexão sobre esta prática, se o estudante permanece na escola, e o pouco economizado ainda contribui na renda familiar, este benefício acaba gerando uma dupla função social tanto na escola quanto na família deste estudante.

4. Por ser uma ação recente no modelo do Decreto 7234/10, a assistência estudantil no IFRR deve ser aplicada sob um ponto de vista gestor mais crítico, buscando a formação do estudante como cidadão mais politizado, evitando-se assim uma postura tecnicista de “formação para o trabalho”.

5. Internamente foi publicada a Resolução 66/2012 do CONSUP/IFRR, mas tal documento disciplina por meio de instruções de bases legais a efetivação da Assistência Estudantil administrativamente, torna-se necessário o estudo para efetivação das diretrizes ali previstas sob um enfoque pedagógico, mas politizado.

De fato este estudo sobre assistência estudantil é um início da discussão sobre o tema em questão, por isso, novos trabalhos devem surgir que irão enveredar por elementos como a satisfação do estudante quanto à assistência, novas metodologias para a utilização do crédito disponibilizado pelo PNAES, ou ainda novas modalidades de assistência, dentre outras.

Portanto, como resultado desta pesquisa foi possível elencar com mais clareza os programas de permanência destinados aos alunos do ensino agrícola no IFRR, sob um enfoque mais pormenorizado quanto a satisfação dos discente e também o processo de gestão destes programas, que neste caso ficou evidenciado a necessidade dos gestores explicitarem melhor o objetivo do programa junto aos estudantes, para que a ação de assistência estudantil não seja um mero repasse de benefícios, e sim uma condição de garantia e direito de acesso à educação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. L. T. Educação pública e serviço social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.63, 2000.

ARAÚJO, Josimeire O. O elo assistência e educação: análise assistência/ desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050428113719.pdf>>. Acesso em: abril. 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 32/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. Ministério da Educação. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil: PNAES. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Brasília: MEC, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 02 maio 2012.

_____. Constituição dos Estados Unidos do (de 18 de setembro de 1946). Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em 05/05/2012. Às 14h.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil: PNAES. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010b, p.05.

_____. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm. Acesso em 10/05/2012.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. p. 1.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm. Acesso em 21/09/2012.

Cadernos Camilliani. Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo, v. 10n. 2.3, 2009. Semestral (2000 – 2006), Quadrimestral (2007).

COSTA, Valeriano M. Ferreira, VITA Álvaro de, PRALON Eliana Marcondes. REFORMA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NUM CONTEXTO DE DESCENTRALIZAÇÃO: O papel dos

Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima no combate à pobreza. Cadernos Cedec nº 65, 1998.

DYNIWICZ, Ana Maria. Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes. 2ª ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

EDITAL nº 001/2012. Estabelece normas para seleção de candidatos às vagas do programa de assistência estudantil: auxílio alimentação 2012.1, oferecidas pelo instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Roraima para o campus Amajari.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Assuntos Comunitários Estudantis - Moradias Estudantis: histórico e realidade atual nas IFES. Maceió, 1995.

FONSECA, Celso Suckow. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. v.1.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, abr. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 ago. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006020003>.

GOMES, Fernanda Cunha. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. . A necessária interpretação sistemática da Constituição Federal, das Leis nº. 11.892/2008 e nº 9.394/1996 e do Decreto nº 7.234/2010. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2983, 1 set. 2011 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19894>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE AMAJARI-RR, disponível em <http://www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/dados_municipios/Amajari.pdf>. Acesso em 12/09/2012.

IFSC. Documento sobre Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Maio/2010.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010 de Caracaraí, disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 06/09/2012.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*, Martins Fontes, São Paulo, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 6ª ed. – 7ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

Mapa de Roraima, disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Roraima>>. Acesso em 12/07/2012. Às 23h.

NOBRE, Anderson de Melo. Assistência estudantil. P@rtes, São Paulo, v.1, 2010. Disponível em:<<http://www.partes.com.br/>> Acesso em: 03/05/2012. Às 9h.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996.

Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima. Ano 2009.

Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - PDLIS. AGENDA EXECUTIVA - 2001/2004. Estado de Roraima, município de Amajari. Fundação Getúlio Vargas Coordenadoria de Estudos e Programas Estratégicos.

Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - PDLIS. AGENDA EXECUTIVA - 2001/2004. Estado de Roraima, município de Caracarái. Fundação Getúlio Vargas Coordenadoria de Estudos e Programas Estratégicos.

Plano Nacional de Assistência Estudantil. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Diretoria Executiva – Gestão 2007/2008 Disponível em < <http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-de-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-ANDIFES.pdf>. Acesso em 12/08/2012.

RORAIMA, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de. Informações Socioeconômicas do Município de Amajari - RR 2010. Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisas 1ª edição. Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 2010.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2003. Documento apresentado para análise e aprovação, referente às atividades do Gestor realizadas no exercício de 2003, integrante da Prestação de Contas do CEFET/RR – Ano 2004.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2006. Documento apresentado para análise e aprovação, referente às atividades do Gestor realizadas no exercício de 2006, integrante da Prestação de Contas do CEFET/RR – Ano 2007.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007. Documento apresentado para análise e aprovação, referente às atividades do Gestor realizadas no exercício de 2007, integrante da Prestação de Contas do CEFET/RR – Ano 2008.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008. Documento apresentado para análise e aprovação, referente às atividades do Gestor realizadas no exercício de 2008, integrante da Prestação de Contas do CEFET/RR – Ano 2009.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009. Documento apresentado para análise e aprovação, referente às atividades do Gestor realizadas no exercício de 2009, integrante da Prestação de Contas do IFRR – Ano 2010.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010. Documento apresentado para análise e aprovação, referente às atividades do Gestor realizadas no exercício de 2010, integrante da Prestação de Contas do IFRR – Ano 2011.

ROMANO, Roberto. A universidade e o neoliberalismo. In: Caminhos, Belo Horizonte: APUBH, n. 18, 1999.

SAMPIERE, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. Tradução Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira; revisão técnica e adaptação Ana Gracinda Queluz Garcia, Paulo Heraldo Costa do Valle. 3ª ed. – São Paulo: McGraw – Hill, 2006.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Novas tecnologias, trabalho e educação. Petrópolis /RJ : Vozes, 1994.

SETEC. (Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília – DF, abril, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico, 23ª ed. rev. e atualizada, São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza; BONETTI, Dilsea A.; YASBEK, Maria C.; FALCÃO, Maria do Carmo B. C. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise (11ª ed.). São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Adailza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: Concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009.

SPOSATI, A. (Coord.) A Assistência Social no Brasil 1983-1990. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação – 17ª ed., São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Ensino Em-Revista, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010.

VIEIRA, Evaldo. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XVIII, nº 53, São Paulo: Cortez, 1997.

7. ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
INSTITUTO DE AGRONOMIA
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a) estudante, você é convidado(a) para participar deste projeto de pesquisa que está sendo realizado em nosso Campus AMAJARI. Sua participação não é obrigatória, mas contribuirá para uma melhor análise do programa de Assistência Estudantil oferecido pelo IFRR. Dê sua opinião que é muito importante.

Os resultados desse estudo servirão para:

- 1) Apontar os fatores que dificultam a permanência dos alunos na instituição e contribuem para evasão escolar no campus AMAJARI do IFRR.
- 2) Identificar, sob o ponto de vista do aluno, os melhores investimentos em assistência estudantil, que contribuem para sua permanência e conclusão do curso no IFRR.

As informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Roberto de Queiroz Lopes
Pesquisador

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do(a) Aluno (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
INSTITUTO DE AGRONOMIA
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola



Prezados (as) Alunos (as),

Contamos com sua colaboração neste questionário, respondendo de forma bem franca, que tem como propósito analisar o funcionamento do Programa de Assistência Estudantil quanto a garantia de permanência do aluno no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus AMAJARI. Comprometemos em guardar em sigilo suas informações pessoais.

Roberto de Queiroz Lopes
Mestrando PPGEA/UFRRJ

Questionário A

Campus AMAJARI/IFRR

Dados iniciais

1. **Sexo:** (a) Masculino. (b) Feminino.
2. **Qual a sua idade?** _____ anos.
3. **Qual é o seu curso?**
 - (a) Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
 - (b) Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio
 - (c) Técnico Subsequente em Agropecuária em Regime de Alternância
 - (d) Técnico Subsequente em Agricultura em Regime de Alternância
 - (e) Técnico Subsequente em Agricultura
 - (f) Técnico Subsequente em Agropecuária

4. Você recebe alguma Assistência Estudantil?

- (a) Sim (b) Não

5. Caso você receba algum tipo de assistência estudantil marque aquela(s) que você recebe.

- (a) Auxílio Transporte (ônibus contratado pelo IFRR leva e traz você até a escola)
- (b) Auxílio Alimentação (café da manhã, almoço)
- (c) Auxílio Fardamento Escolar (kit)
- (d) Aluno Bolsista
- (e) Bolsa de Pesquisa PIBICT

6) Na sua opinião qual tipo de auxílio do Programa Assistência Estudantil lhe ajuda a permanecer e concluir os estudos no campus AMAJARI? (Pode marcar um ou mais de um).

- (a) Auxílio Transporte (ônibus contratado pelo IFRR leva e traz você até a escola)
- (b) Auxílio Alimentação (café da manhã, almoço)
- (c) Auxílio Fardamento Escolar (kit)
- (d) Aluno Bolsista
- (e) Bolsa de Pesquisa PIBICT

7) Em uma escala de 1(menos importante) a 10 (muito importante), marque qual o grau de importância dos auxílios abaixo?

- | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| (a) Auxílio Transporte | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) |
| (b) Auxílio Alimentação | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) |
| (c) Auxílio Fardamento | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) |
| (d) Aluno Bolsista | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) |
| (e) Bolsa de Pesquisa PIBICT | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) |

8) Na sua opinião, o recurso da Assistência Estudantil poderia ser substituído?

- () SIM poderia ser substituído por:
- (a) laboratório de informática
 - (b) laboratório de biologia e química
 - (c) quadra de esporte
 - (d) biblioteca com mais livros
 - (e) Outro: _____

() NÃO poderia ser substituído
Por quê?

9) Você estudaria no Campus AMAJARI – IFRR?

- (a) Sim, mesmo sem assistência estudantil, eu viria para o Campus Amajari/IFRR.
- (b) Não, eu só venho para o IFRR/Campus Amajari pela ajuda que recebo da assistência estudantil.
Qual Assistência Estudantil? _____

10) Na sua opinião quais os fatores que contribuiriam e lhe levariam a desistir de concluir seus estudos no IFRR/Campus AMAJARI?

11) O que poderia substituir a Assistência Estudantil e teria a mesma importância para você, que lhe faria continuar seus estudos e concluí-los com êxito?

12) Na sua opinião a falta de Assistência Estudantil causa EVASÃO escolar?

- (a) Sim
- (b) Não



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
INSTITUTO DE AGRONOMIA
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a) GESTOR, você é convidado(a) para participar deste projeto de pesquisa que está sendo realizado em nosso IFRR. Sua participação não é obrigatória, mas contribuirá para uma melhor análise do programa de Assistência Estudantil oferecido pela instituição. A sua opinião é muito importante.

Os resultados desse estudo servirão dentre outros objetivos para:

- 1) Identificar os fatores que dificultam a permanência dos alunos na instituição e contribuem para evasão escolar no IFRR (Amajari e Novo Paraíso).
- 2) Apontar sugestões que favoreçam a permanência do estudante da Educação Agrícola na instituição até o término de seu curso auxiliando assim no processo de decisão dos Gestores de unidades agrícolas do IFRR.
- 3) Analisar a contribuição da Assistência Estudantil na vida acadêmica dos discentes;

Roberto de Queiroz Lopes
Pesquisador

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do(a) Gestor



Prezado (a) GESTOR(a),

Contamos com sua colaboração neste questionário, respondendo de forma bem franca, que tem como propósito analisar o funcionamento do Programa de Assistência Estudantil quanto a garantia de permanência do aluno no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus (Amajari e Novo Paraíso).

Roberto de Queiroz Lopes
Mestrando PPGEA/UFRRJ

Questionário A

Campus AMAJARI/IFRR

Dados iniciais

1. **Sexo:** (a) Masculino. (b) Feminino.
2. **Qual o seu tempo de experiência como Gestor?** _____ anos.
3. **Coordenador de qual Curso?**
- (a) Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
 - (b) Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio
 - (c) Técnico Subsequente em Agropecuária em Regime de Alternância
 - (d) Técnico Subsequente em Agricultura em Regime de Alternância
 - (e) Técnico Subsequente em Agricultura
 - (f) Técnico Subsequente em Agropecuária
 - (g) NÃO SE APLICA (Para Diretor ou Reitor)

4. **Você sabe o que é Assistência Estudantil?**

- (a) Sim (b) Não

5. **Assinale quais os tipos de ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL que existem na sua Instituição?**

- (a) Auxílio Transporte (ônibus contratado pelo IFRR leva e traz você até a escola)
- (b) Auxílio Alimentação (café da manhã, almoço)
- (c) Auxílio Fardamento Escolar (kit)
- (d) Aluno Bolsista
- (e) Bolsa de Pesquisa PIBICT
- (f) Outra: _____

6) **Na sua opinião qual tipo de auxílio do Programa Assistência Estudantil ajuda os ALUNOS a permanecerem e concluírem os estudos no seu campus ?**

Em uma escala de 1(menos importante) a 10 (muito importante), marque qual o grau de importância dos auxílios abaixo?

- | | | | | | | | | | | |
|------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| (a) Auxílio Transporte | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) |
| (b) Auxílio Alimentação | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) |
| (c) Auxílio Fardamento | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) |
| (d) Aluno Bolsista | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) |
| (e) Bolsa de Pesquisa PIBICT | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) |

8) Qual o critério utilizado pelo seu *CAMPUS* para concessão da Assistência Estudantil a cada estudante?

9) Na sua opinião qual a melhor forma para gerenciar e aplicar o recurso de Assistência Estudantil para garantir eficiência e eficácia na aplicação deste recurso?

10) Na sua opinião quais os fatores que contribuem e levam o estudante a desistir de concluir seus estudos no seu *Campus*?

11) Qual documento legal garante ao Instituto (IFRR) a concessão do benefício de Assistência Estudantil?

12) Você sabe o trâmite administrativo para a concessão da Assistência Estudantil aos estudantes da sua instituição?

(a) Sim (Qual)

(b) Não

13) A concessão da Assistência Estudantil deve ser precedida por alguma ação (pedagógica ou administrativa) no seu Instituto?

(a) Sim (Qual?)

(b) Não

14) Na sua OPINIÃO qual o verdadeiro sentido da concessão da Assistência Estudantil ao aluno?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

RESOLUÇÃO Nº 066-CONSELHO SUPERIOR, de 14 de fevereiro de 2012.

**REGULAMENTA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RORAIMA – IFRR.**

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, órgão de caráter consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n.º 50, de 07 de janeiro de 2009, do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial da União do dia 08 de janeiro de 2009, e em conformidade com o Regimento Interno do Conselho, faz saber que este Conselho reunido em 13/02/2012,

CONSIDERANDO os princípios referendados na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 afirma em seu art. 205 que a educação é dever do Estado e da família e no art. 206, I, o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 que ampara a assistência estudantil, conforme Artigo 3º, "O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...)";

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) em seu art. 53, inc. I, reitera esses princípios expostos na Carta Magna e na LDB;

CONSIDERANDO a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que criou os Institutos Federais, inclusive o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, e, ainda, o parágrafo único do art. 1º, que garante a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, e o estabelecimento no seu artigo 4º de que a execução das ações de assistência estudantil abrange os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em suas especificidades, nas áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e naquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR.

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o regulamento da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR.

Art. 1º. Ficam instituídas as diretrizes de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR.

**CAPÍTULO I
DA FINALIDADE**

Art. 2º. A Assistência Estudantil executada no âmbito do IFRR constitui-se no conjunto de ações voltadas para o atendimento de necessidades dos discentes regularmente matriculados, ampliando as condições de permanência e êxito no percurso formativo, de maneira a contribuir para o seu desenvolvimento integral.

Art. 3º. A Assistência Estudantil, instituída em cada *campus*, realizar-se-á mediante Programas de Assistência Estudantil – PAE.

Art. 4º. Será constituído o Fórum Interno de Assistência Estudantil como instância que irá acompanhar e propor diretrizes para a efetividade dos programas de Assistência Estudantil.

I - Os PAE serão elaborados e desenvolvidos pelos setores responsáveis pela sua administração, execução e avaliação.

II - O Fórum Interno de Assistência Estudantil é um espaço permanente de debates e reflexões acerca da Assistência Estudantil no âmbito do IFRR, o referido fórum poderá, a qualquer tempo, solicitar informações acerca dos PAE aos respectivos responsáveis.

Parágrafo único: Farão parte, obrigatoriamente, do Fórum Interno de Assistência Estudantil:

- Um representante da Pró-reitoria de Ensino;
- Um representante da Pró-reitoria de Extensão;
- Um representante da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação Tecnológica;
- Um representante da Pró-reitoria de Planejamento e Administração;
- Um representante da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional;
- Os responsáveis pela execução dos Programas da Assistência Estudantil;



- O Coordenador do Fórum das CAES.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º. A Política de Assistência Estudantil do IFRR orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- I- Dignidade da pessoa humana;
- II- Compreensão da saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças;
- III- O pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central;
- IV- O pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- V- A educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade;
- VI- A gratuidade do Ensino;
- VII- A igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso com êxito na Instituição;
- VIII- A formação com base no desenvolvimento integral dos estudantes e comprometida com os valores democráticos, que não naturalizam o desrespeito aos direitos e nem se omite diante deles;
- IX- A liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- X- Defesa em favor da eliminação de todas as formas de negligência, exploração, violência, crueldade, opressão, preconceitos e discriminação, por questões de qualquer natureza;
- XI- Interação com as atividades fins da Instituição: ensino, pesquisa e extensão;
- XII- Interdisciplinaridade da assistência estudantil, da equipe e das ações.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES

Art. 6º. Constituem diretrizes da política de Assistência Estudantil do IFRR:

- I- Desenvolvimento e fomento de ações visando a frequência, permanência e êxito

dos estudantes;

II- Descentralização das ações, respeitando as características e especificidades de cada *campus*;

III- Divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos de assistência estudantil do IFRR;

IV- Incentivo ao protagonismo discente no desenvolvimento e acompanhamento da política de assistência estudantil;

V- Garantia de auxílios desenvolvidos sob forma de ações (art. 7º) para estudantes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social para contribuir com a permanência e êxito destes discentes para a conclusão dos seus estudos;

VI- Promoção à saúde e qualidade de vida;

VII- A garantia de democratização e da qualidade dos serviços prestados aos discentes;

VIII- Igualdade de oportunidade no acesso ao atendimento, sem discriminação de quaisquer natureza;

IX- Gratuidade dos serviços de saúde prestados no âmbito das Coordenações de Assistência Estudantil;

X- O entendimento da educação como instrumento que contribui para a inclusão social.

XI- A práxis da Assistência Estudantil no âmbito do IFRR é de responsabilidade da comunidade escolar.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 7º. Constituem objetivos da Assistência Estudantil do IFRR:

I- Contribuir para a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter científico, técnico, cultural, artístico e desportivo;

II- Difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia;

III- Articular as ações de assistência estudantil com as atividades desenvolvidas pelo ensino, pesquisa e extensão;

IV- Contribuir para a ampliação da frequência, da permanência e do êxito dos estudantes no percurso formativo, favorecendo a conclusão dos cursos, na perspectiva da redução de evasão, da inclusão social e da formação integral;

CAPÍTULO IV DAS LINHAS DE AÇÕES

Art. 8º. As ações de Assistência Estudantil do IFRR deverão ser fomentadas nas seguintes áreas:

- I- Moradia estudantil;
- II- Alimentação;
- III- Transporte;
- IV- Atenção à saúde biopsicossocial;
- V- Inclusão digital;
- VI- Cultura;
- VII- Esporte;
- VIII- Creche;
- IX- Apoio didático;
- X- Acompanhamento pedagógico;
- XI- Inclusão social;
- XII- Produção intelectual.

Art. 9º O estudante do IFRR poderá cumular o auxílio de assistência estudantil com benefícios de aperfeiçoamento de formação acadêmica (Bolsas Extensão/Bolsas Pesquisa).

Art. 10º O programa de assistência estudantil que envolve questões relativas à vulnerabilidade social e que forem executadas por meio de repasse financeiro direto aos estudantes, não terão contrapartida, devendo considerar, preferencialmente, o seguinte critério, sem prejuízo de demais requisitos fixados por cada *campus*:

- I- Menor renda per capita familiar;

§ 1º Aproveitamento satisfatório e a Frequência Escolar mínima para aprovação são requisitos para permanência no programa.

§ 2º O Setor de Serviço Social de cada campus será responsável por realizar a avaliação das situações de vulnerabilidade social dos discentes a serem contemplados

nos programas de assistência estudantil desenvolvidos no âmbito das CAES.

§ 3º Em cada campus será de responsabilidade do setor pedagógico o acompanhamento das frequências e rendimentos.

Art. 11º. Nas ações, nos programas e nas atividades executadas pelo ensino, pesquisa e extensão que envolvam repasse financeiro direto aos estudantes, deverá ser considerado o seguinte critério:

I- Habilidade técnica e/ou desempenho acadêmico;

§ 1º Aproveitamento satisfatório e a Frequência Escolar mínima para aprovação são requisitos para permanência no programa.

§ 2º O Setor de Serviço Social de cada campus será responsável por realizar a avaliação das situações de vulnerabilidade social dos discentes a serem contemplados nos programas de assistência estudantil desenvolvidos no âmbito das CAES.

§ 3º Em cada campus será de responsabilidade do setor pedagógico o acompanhamento das frequências e rendimentos.

Parágrafo Único: Cada *campus* terá autonomia para planejar suas ações de acordo com sua realidade e recurso previsto, observando as determinações desta Resolução e os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista – RR, 14 de fevereiro de 2012.



EDVALDO PEREIRA DA SILVA
Presidente